

Fernanda Lira Goes | Maria Gabriella Figueiredo Vieira  
Talita Rocha Reis | Flávia Adriane Pestana de Oliveira  
Isabella Cristina Lunelli

# ATLAS DAS PERIFERIAS NO BRASIL

ASPECTOS RACIAIS DE INFRAESTRUTURA  
NOS AGLOMERADOS SUBNORMAIS

*Região Centro-Oeste*

Fernanda Lira Goes | Maria Gabriella Figueiredo Vieira  
Talita Rocha Reis | Flávia Adriane Pestana de Oliveira  
Isabella Cristina Lunelli

# ATLAS DAS PERIFERIAS NO BRASIL

ASPECTOS RACIAIS DE INFRAESTRUTURA  
NOS AGLOMERADOS SUBNORMAIS

*Região Centro-Oeste*

## **Governo Federal**

### **Ministério da Economia**

**Ministro** Paulo Guedes

# **ipea** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

#### **Presidente**

Carlos von Doellinger

#### **Diretor de Desenvolvimento Institucional**

Manoel Rodrigues Junior

#### **Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia**

Flávia de Holanda Schmidt

#### **Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas**

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

#### **Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais**

Nilo Luiz Saccaro Júnior

#### **Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura**

André Tortato Rauen

#### **Diretora de Estudos e Políticas Sociais**

Lenita Maria Turchi

#### **Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais**

Ivan Tiago Machado Oliveira

#### **Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação**

André Reis Diniz

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Fernanda Lira Goes | Maria Gabriella Figueiredo Vieira  
Talita Rocha Reis | Flávia Adriane Pestana de Oliveira  
Isabella Cristina Lunelli

# ATLAS DAS PERIFERIAS NO BRASIL

ASPECTOS RACIAIS DE INFRAESTRUTURA  
NOS AGLOMERADOS SUBNORMAIS

*Região Centro-Oeste*

Atlas das periferias no Brasil : aspectos raciais de infraestrutura nos aglomerados subnormais / Fernanda Lira Goes ... [et al.]. – Rio de Janeiro : Ipea : 2021.

435 p. : il., mapas.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5635-023-3

1. Áreas de pobreza. 2. Domicílios. 3. Aglomerados subnormais. 4. Fatores raciais. 5. Infraestrutura. 6. Brasil. I. Goes, Fernanda Lira. II. Vieira, Maria Gabriella Figueiredo. III. Reis, Talita Rocha. IV. Oliveira, Flávia Adriane Pestana de. V. Lunelli, Isabella Cristina. VI. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 307.33640981

Ficha catalográfica elaborada por Elizabeth Ferreira da Silva – CRB-7/6844.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-023-3>

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).

Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>11</b>
<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>PREFÁCIO – UMA CARTOGRAFIA DA DESIGUALDADE.....</b>	<b>15</b>
Jusciane Matos	
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
CAPÍTULO 1	
<b>METODOLOGIA DO <i>ATLAS DAS PERIFERIAS NO BRASIL</i> .....</b>	<b>25</b>
CAPÍTULO 2	
<b>BRASIL, ASPECTOS DO ENTORNO DO DOMICÍLIO NOS AGLOMERADOS SUBNORMAIS DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO RACIAL.....</b>	<b>29</b>
BOX 1	
<b>A PRESENÇA DOS POVOS INDÍGENAS EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS.....</b>	<b>35</b>
Frederico Augusto Barbosa da Silva Isabella Cristina Lunelli	
CAPÍTULO 3	
<b>REGIÃO SUL .....</b>	<b>59</b>
BOX 2	
<b>MARCAS DO CORPO: TATUAGEM E CABELOS NA COMPOSIÇÃO DE UM CORPO NEGRO.....</b>	<b>60</b>
Denise Ferreira da Costa Cruz	
CAPÍTULO 4	
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE.....</b>	<b>119</b>

BOX 3

**LETRAMENTO RACIAL, EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E O PROJETO AFROCIENTISTA EM GOIÂNIA: POTENCIALIDADES PERIFÉRICAS NEGRAS INSUBMISSAS .....120**

Anna M. Canavarro Benite  
Gustavo Augusto Assis Faustino  
Morgana Abranches Bastos  
Marysson J. Rodrigues Camargo

CAPÍTULO 5

**REGIÃO NORTE .....157**

BOX 4

**INCLUSÃO RACIAL DE JOVENS NEGRAS E NEGROS UNIVERSITÁRIOS .....158**

Valdirene Assis

CAPÍTULO 6

**REGIÃO NORDESTE .....217**

BOX 5

**PERIFERIAS OU O PRINCIPAL DA CIDADE? .....218**

Ana Fernandes  
Glória Cecília dos Santos Figueiredo  
José Eduardo Ferreira Santos  
Vilma Soares Ferreira Santos  
Ana Cristina da Silva Caminha  
Cícero Jorge Araújo Melo  
Sandra Regina Souza dos Santos  
Alex Sandro Pereira Lima (Leco)  
Abraão Joviniano dos Santos  
Luis Arnaldo Damasceno dos Anjos  
Eslane Silva da Paixão  
Victor Aícau Moraes Pires de Souza  
Maura Cristina da Silva  
Miralva Alves Nascimento (Dona Mira)

CAPÍTULO 7

**REGIÃO SUDESTE.....349**

BOX 6

**A INSCRIÇÃO ESPACIAL DA QUESTÃO RACIAL NO**

**ESPAÇO URBANO .....350**

Denílson Araújo de Oliveira

CAPÍTULO 8

**CONSIDERAÇÕES FINAIS.....431**

**REFERÊNCIAS.....435**

**APÊNDICE .....441**



Dedicamos esta pesquisa a todas as pessoas que resistem diante das dificuldades cotidianas causadas pela ausência de infraestrutura nas periferias brasileiras.



## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas e todos que de algum modo ofereceram contribuições para o desenvolvimento deste trabalho.

Do Ipea, Frederico Augusto Barbosa da Silva, pela colaboração com o texto *A presença dos povos indígenas em aglomerados subnormais* (box do capítulo 2), escrito em coautoria com Isabella Cristina Lunelli, e pelas considerações durante a elaboração da pesquisa; e Graziela Ansiliero, Pedro Herculano Souza e Fábio Vaz, pelas sugestões e indicações que nos levaram a percepções diversas das nossas ao nos brindar com observações únicas.

Do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cayo Franco, Claudio Stenner e Maikon Novaes, pelas elucidações acerca das especificidades relacionadas às pesquisas realizadas em aglomerados subnormais e pelo estímulo a nossa curiosidade.

Pelas participações nos boxes de cada capítulo, com ideias, perspectivas, memórias e sensações que ultrapassaram nossas noções sobre os assentamentos brasileiros em situação de vulnerabilidade e que foram importantes para proporcionar a condição de um texto necessariamente rico nos estudos sobre os aglomerados subnormais: Denise Ferreira da Costa Cruz (capítulo 3); Anna M. Canavarro Benite, Gustavo Augusto Assis Faustino, Morgana Abranches Bastos e Marysson J. Rodrigues Camargo, do Coletivo Ciata, do Laboratório de Pesquisas em Educação Química e Inclusão do Instituto de Química da Universidade Federal de Goiás (LPEQI/IQ/UFG) (capítulo 4); Valdirene Assis (capítulo 5); Ana Fernandes, Glória Cecília dos Santos Figueiredo, José Eduardo Ferreira Santos, Vilma Soares Ferreira Santos, Ana Cristina da Silva Caminha, Cícero Jorge Araújo Melo, Sandra Regina Souza dos Santos, Alex Sandro Pereira Lima, Abraão Joviniano dos Santos, Luis Arnaldo Damasceno dos Anjos, Eslane Silva da Paixão, Victor Aicau Moraes Pires de Souza, Maura Cristina da Silva e Miralva Alves Nascimento (capítulo 6); e Denílson Araújo de Oliveira (capítulo 7).

À Jusciane Matos, que nos presenteia com o legado, para além de uma abertura do livro, e o reconhecimento, sem se escusar de suas posições e críticas, por meio da atenção e do cuidado ao analisar a intenção, a estrutura, o conteúdo e o resultado do nosso trabalho; ao Ipea, por meio de Alda Pimentel, a colega que sempre nos apoiou neste projeto e a quem agradecemos todo o respeito com nossas ideias; à Lenita Maria Turchi, diretora de Estudos e Políticas Sociais; à coordenadora Ana Amélia Camarano; a todo o pessoal do editorial e

da comunicação que revisa, edita, publica e divulga nossas pesquisas; às nossas famílias, amigos e pessoas queridas que nos apoiaram e apoiam em iniciativas nem sempre tão óbvias, mas com certeza desafiadoras e envolventes, nosso respeito e nossa admiração.

Com afeto,

As autoras

## APRESENTAÇÃO

A publicação deste *Atlas das Periferias no Brasil: aspectos raciais de infraestrutura nos aglomerados subnormais* é resultante de um esforço colaborativo entre a Coordenação de Estudos e Pesquisas de Igualdade de Gênero, Raça e Gerações (COGRG), pesquisadores da Coordenação de Cultura e do Núcleo de Informações Sociais (Ninsoc), da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc), do Ipea. O projeto, iniciado em 2019, tem como objetivo a elaboração de uma metodologia de análise dos microdados da pesquisa em aglomerados subnormais realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) durante o censo demográfico de 2010. Importante ressaltar que essa metodologia inova no sentido de adotar no estudo uma perspectiva racial.

O trabalho apresenta um recorte racial dos dados sobre a infraestrutura do entorno dos domicílios nos aglomerados subnormais. Os resultados estatísticos podem ser observados por meio de mapas dos serviços públicos e de infraestrutura urbana e de acordo com a classificação racial utilizada pelo IBGE e incorporada no Ipea, destacando brancos, negros e indígenas.

São consideradas as cinco Grandes Regiões administrativas brasileiras, Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, conforme as características de infraestrutura externas às moradias. Apresenta-se, então, a visualização de aspectos como presença de lixo acumulado; esgoto a céu aberto; e ausência de iluminação pública, de pavimentação, de calçada, de meio fio/guia, de bueiro/boca-de-lobo, de rampa para cadeirante, de arborização e de identificação no logradouro. Essas imagens tecem uma cartografia racial das condições de vida nas periferias brasileiras.

Somam-se a todos os resultados apresentados, que reforçam a concentração da população negra nas periferias urbanas, a visibilidade trazida com este estudo para a presença dos povos indígenas nesses mesmos espaços. Nesse sentido, ressaltam-se as situações vivenciadas pela população indígena no tecido urbano, especialmente na região amazônica brasileira.

Os dados constituem um importante material a estimular novas abordagens e discussões, inclusive como elemento primário para outras propostas de pesquisa. Além da participação de técnicos de planejamento e pesquisa do Ipea, o Atlas reúne a presença de pesquisadoras e pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação, professores e professoras e demais servidores públicos de outras carreiras. A realização deste trabalho coletivo confirma a iniciativa do Ipea na sua missão de produzir conhecimento para beneficiar a sociedade brasileira.

Este *Atlas das Periferias no Brasil* se destaca, portanto, por inovar na apresentação das informações analisadas e, também, na contribuição com subsídios para outras pesquisas. Conscientes da necessidade de avançarmos nos desafios relativos à infraestrutura e na superação da vulnerabilidade de grupos populacionais, com este livro buscamos atuar como insumo ao planejamento e acompanhamento de políticas públicas locais, regionais e nacionais.

Encerro esta apresentação, desejando uma boa leitura a todas e todos.

**Presidente do Ipea**

## UMA CARTOGRAFIA DA DESIGUALDADE

Jusciane Matos

Jamais alguém descreveu a favela de maneira tão profunda como a escritora Carolina Maria de Jesus. Ela dizia que a cidade é a sala de visitas, e a favela, o quarto de despejo, onde são destinados os objetos sem valor. Enquanto Carolina via pouca beleza no local que habitava, é interessante notar que, ao contrário do significado pejorativo dado para a delimitação do espaço entre as cidades e as periferias, favela é o nome popular de uma flor, a *Cnidocolus quercifolius*, resistente a poucos climas brasileiros. Nas próximas páginas, as autoras optaram por não usar o mesmo termo de Carolina Maria e da flor. Em vez de favela, um nome duro, carregado de preconceitos e dores, chamaremos esses aglomerados de periferias. Essa escolha acolhe o sentimento dos que vivem nesses locais, aos quais denominam, até carinhosamente, de *perifa*, e eu arrisco dizer que tem muito a ver com a simbologia de estar no limite, no entorno, nos arredores e nunca no centro.

Na memória de Carolina Maria de Jesus, a favela tinha um cheiro específico, que não a agradava. Esse cheiro foi investigado nos artigos que você encontra a partir de agora. É o cheiro da falta de saneamento básico, dos esgotos a céu aberto, da falta de eletricidade. Nas próximas páginas, caro leitor, você terá uma cartografia do Brasil periférico. Brasil dos enxotados. Brasil dos esquecidos. Brasil da mão de obra barata, do transporte sem qualidade, das escolas em que a maioria das crianças vai para merendar, porque em casa o alimento é pouco. Um estudo que se não dá nome, dá ao menos um contorno de humanidade aos números. De certa forma, as autoras materializam por meio de mapas as diversas Marias, Josés, Antônio e Antônias. É um retrato das Carolinas, das muitas Carolinas que vivem ainda hoje nas favelas, ou melhor, nos quartos de despejo dos grandes centros. Os números representam pessoas viventes, residentes em casas com pouco, quase nenhum ou até mesmo nenhum acesso a infraestrutura urbana e saneamento básico, de Norte a Sul do país.

Por muito tempo, o termo extremamente complexo “nem-nem” foi utilizado por acadêmicos e imprensa para identificar pessoas que nem trabalhavam nem estudavam. Algo muito problemático porque envolve aspectos que não são possíveis de mensurar apenas ao se dizer que uma determinada parcela da população nem faz uma coisa nem faz outra. As próximas páginas talvez coloquem um pouco de

luz sobre as complexidades que envolvem os que nem conseguem estudar e nem conseguem trabalhar, assim como também não conseguem ter cultura, diversão e muitas outros acessos destinados aos da sala de visitas. Eu arriscaria trazer aqui um outro termo, os “sem-sem”: sem bueiro, sem calçada, sem meio-fio, sem pavimentação, sem o básico.

Os números são importantes. Neste livro, retira-se o olhar apenas e exclusivamente das favelas do Rio de Janeiro e de São Paulo e o estende para todo o Brasil. Não é uma observação exploradora, mas uma análise que se propõe a revelar as carências existentes nesses locais e, assim, contribuir para mudanças substanciais no modo de vida de uma população que, conforme o censo de 2010, base do estudo a que nos referimos, é de 11.425.644 pessoas, distribuídas em 6.329 periferias no país. Desses, 30,6% eram brancos e 68,6% eram negros. Não acreditamos em coincidências, e aqui reafirma-se o senso comum de que a favela é majoritariamente negra. Os dados analisados na pesquisa colocam, mais uma vez, uma lupa sobre o racismo estrutural da sociedade brasileira e nos levam a revisitar a casa grande e a senzala que, ideologicamente, persistem até hoje. Se ainda existe dúvida, explico: os centros são a casa grande e as periferias, as próprias senzalas. Mais uma vez “não acreditamos em coincidências”. As favelas são resultado de uma sociedade excludente e racista.

Quando questões como cor, raça e moradia são colocadas à mesa, a princípio pode-se esperar uma massa una e corporificada, porém, esse recorte traz raízes e problemáticas muito mais profundas quando observadas as consequências que essa população estigmatizada por essas questões sofre. Ao ser uma população, como mostra o estudo, de maioria negra e vivendo em locais com pouca infraestrutura, é possível perceber a dificuldade no acesso a outros recursos, como educação de qualidade e trabalho decente. É um raciocínio que me parece lógico. Se uma pessoa mora longe do centro, onde existem mais possibilidades de emprego e educação, ela necessita de mais tempo para chegar ao trabalho, logo, precisa acordar mais cedo e, como consequência, acaba ficando mais cansada. Além disso, se tem um nível de instrução menor, consegue empregos mais desgastantes. A possibilidade de estudar em meio a uma rotina exaustiva é bem menor do que uma pessoa que dispõe de todas as condições possíveis de alimentação de qualidade, transporte acessível e ambiente de estudo limpo, tranquilo e confortável. A concorrência entre os que moram nas periferias e os moradores dos centros urbanos é desleal.

Tendo uma radiografia das favelas brasileiras em 2010, espera-se verificar se houve ou não evolução significativa até os dias de hoje, sem esquecer o momento pandêmico que assola o país e o mundo desde 2020. Morar em regiões onde o mínimo de cuidado por parte do Estado é negado é fazer parte de uma parcela significativa da população condenada à morte lenta.



A escolha das autoras por retratar a população periférica de forma a extrapolar a questão numérica é um afago e uma esperança de que os moradores dessas regiões sejam vistos e tratados como seres sociais merecedores de respeito e cuidado.

Quando recebi o estudo que vocês terão acesso nas próximas páginas pensei: o que Carolina diria? Peço licença a sua memória para devanear uma fala sua “É tão atual, nada mudou muito. O preto continua sendo maioria nas favelas, as crianças continuam sem acesso à educação de qualidade, o lixo ainda tá acumulado, ainda não temos energia elétrica”. É isso que encontramos nas páginas seguintes. Um mapa muito bem desenhado dos enxotados da sala de visitas para as periferias brasileiras – o esconderijo daqueles que ainda servem à casa grande e ao fim do dia precisam retornar para suas senzalas no mundo global que, como dizia o grande geógrafo e escritor Milton Santos, é uma fábula e uma perversidade.



## INTRODUÇÃO

Ao nosso primeiro contato com os dados de 2010 sobre aglomerados subnormais do censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ficamos interessadas em analisar, escrever e divulgar aquela quantidade de informações contidas na pesquisa e que nos chamara a atenção principalmente pela riqueza de explicações. Assim, aos poucos, num esforço coletivo para seguir dando concretude às nossas vontades, com cada uma das pesquisadoras envolvidas, compartilhando aprendizagens e experiências, chegamos à publicação deste *Atlas das Periferias no Brasil*.

Pensamos em diversas possibilidades de apresentar nosso estudo. Optamos por divulgar as informações que viemos reunindo, nos interessando destacar, nessa etapa, os microdados que nos permitiram elaborar um recorte por raça e cor. Com isso, mais do que oferecer análises qualitativas a partir de uma fonte pouco explorada de dados, decidimos dar vazão a uma descrição quantitativa capaz de estimular análises especializadas e localizadas tão diversas e divergentes como são a realidade brasileira, seus sujeitos e suas interações.

O nosso olhar inicial, que perpassa todo o texto, caracteriza-se por alguma insatisfação. Ainda que haja um consenso acerca das periferias como sendo territórios de uma população com menor renda e de maioria negra, a comprovação das dificuldades, apresentada por meio dos dados do censo demográfico sobre os aglomerados subnormais, nos estimulou a converter nossa pesquisa em um diálogo.

Nossa decisão de expor as informações nos levou ao segundo aspecto do trabalho, qual seja, o de usar os dados como quantidade absoluta, com o intuito de que outros pesquisadores e outras pesquisadoras possam elaborar novas falas, a fim de democratizar a pluralidade de ideias por meio de uma diversidade de pesquisas. Afinal, essa é também uma missão que o Ipea atribui para si: “Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro, por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas”.<sup>1</sup>

O terceiro aspecto de nossa proposta foi seguir o trabalho desenvolvido pelo IBGE ao promover uma cartografia dos aglomerados subnormais no Brasil. Diante da quantidade de assentamentos dessa natureza, optamos por uma escala mais próxima da realidade das pessoas que vivem no nosso objeto de pesquisa.

---

1. Lema que consta na quarta capa de todas as publicações do Ipea. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1227&Itemid=68](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1227&Itemid=68)>.

Nesse sentido, apresentamos nossos mapas divididos por país (Brasil), Unidades da Federação (UFs), municípios e, por fim, os aglomerados subnormais com maior quantidade de residentes. Além disso, mantivemos a divulgação, feita por meio de tabelas, das informações disponíveis sobre as características do entorno do domicílio de todos os aglomerados subnormais no Brasil, classificados por raça/cor.

Mantivemos o recorte por raça e cor, conforme a classificação usada em pesquisas do IBGE, sem deixar de ajustá-las aos modelos utilizados em trabalhos desenvolvidos no Ipea. Ou seja, inicialmente, seriam brancos, amarelos, índios, pretos e pardos, porém os grupos foram estabelecidos aqui como brancos, indígenas e negros. Sobre essa questão, três ressalvas: i) sem negarmos a diversidade de povos que encerra a categoria indígena, utilizamos essa classificação tanto em substituição a *índios*, quanto pela impossibilidade de sua especificação por povos nos microdados; ii) os negros são a soma dos grupos populacionais autoidentificados como pretos e pardos; e iii) pela baixa representatividade estatística, os grupos populacionais de amarelos não foram explicitados.

Também mantivemos, sem deixar de adaptá-lo, a utilização do conceito de aglomerados subnormais, como se depreende da classificação empregada em pesquisas realizadas pelo IBGE. Quanto à adaptação do conceito, necessário enfatizar que a sua definição se ajusta a múltiplos significados, sem extrair dela um conceito comum. Para o IBGE, trata-se de “uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação”. Para os residentes dessas áreas – as reconhecendo como favela, morro, palafita, grota, baixada, comunidade, vila, ressaca, loteamento irregular, mocambo, ocupação e tanto outras designações – esses aglomerados são descritos a partir de outras perspectivas.

Por acreditarmos que a vivência dos indivíduos que habitam os aglomerados subnormais seja tão importante quanto as definições institucionais, como as do IBGE, optamos por usar o conceito de periferia disseminado no ambiente de assentamentos em situação de vulnerabilidade. A situação de vulnerabilidade, condição que a destaca em meio às cidades, é o que denota certa identidade, sem destituir sua diversidade.

As *perifas*, como são carinhosamente chamados os aglomerados subnormais por quem neles habita, são territórios aqui analisados por meio de dez características relacionadas ao entorno do domicílio. Além do número de pessoas por cor/raça residentes em domicílios ocupados em aglomerados subnormais, focamos em dois tipos de características presentes no entorno dos domicílios particulares permanentes. O primeiro, considerado mais próximo das questões

de conformação da infraestrutura pública, inclui o entorno dos domicílios que não possuem arborização, sem bueiro ou boca de lobo, sem calçada, sem meio-fio ou guia, sem pavimentação e sem rampa para cadeirante. O segundo, por sua vez, mais próximo aos serviços públicos que guardam relação com a infraestrutura urbana, são compostos por aqueles que não possuem identificação no logradouro, com esgoto a céu aberto, sem iluminação pública e com lixo acumulado.

De acordo com o censo demográfico de 2010, havia 6.329 aglomerados subnormais no Brasil, com uma população residente que somava um total de 11.425.644. Naquele mesmo ano, o censo demográfico identificou o total populacional de 190.755.799 de pessoas no país. Aquelas que se declararam negras eram 50,7%; as brancas, 47,7%; e as indígenas, 0,4%. A composição racial nos aglomerados subnormais apresenta uma concentração de pessoas negras morando nas periferias, com uma sobrerrepresentação de pretos e pardos. Ao todo, 68,3% eram negros; 30,6%, brancos; e 0,2%, indígenas. Quando observado o percentual de residentes em áreas regulares, os negros eram 49,6%, enquanto a soma de brancos (48,8%) e de indígenas (0,4%) se aproximava do total de pretos e de pardos.<sup>2</sup>

O livro está dividido em oito capítulos. No primeiro, apresentamos a metodologia escolhida para organizar os dados e estabelecer as análises realizadas, considerando que nosso foco para a cartografia foram os aglomerados subnormais com maior quantidade de residentes. No segundo capítulo, analisamos a situação dos aglomerados subnormais por raça/cor na escala país por meio de uma cartografia e das informações de cada uma das características do entorno do domicílio para o Brasil. Em seguida, iniciamos as análises nas escalas regionais, por UF, por município e nos aglomerados subnormais selecionados.

No terceiro capítulo, apresentamos a região Sul. No Rio Grande do Sul, Porto Alegre e Novo Hamburgo. Em Santa Catarina, Florianópolis e Blumenau. No Paraná, Curitiba.

No quarto capítulo, focalizamos a região Centro-Oeste. No Mato Grosso, Cuiabá; no Mato Grosso do Sul, Corumbá e entorno. No Distrito Federal, a capital Brasília e o entorno, que reúne as informações sobre a cidade de Novo Gama, em Goiás.

No quinto capítulo, os municípios escolhidos foram na região Norte. No Acre, Rio Branco. No Amazonas, Manaus. No Amapá, Macapá e Santana. No Pará, Belém, Ananindeua e Marituba. Em Rondônia, Porto Velho. O estado de Roraima não foi estudado pois não havia os dados em quantidade coerente para análise de residentes e moradores em aglomerados subnormais.

---

2. Excluído o grupo dos amarelos.

No sexto capítulo, olhamos para o Nordeste. Em Alagoas, Maceió, Rio Largo e Satuba. Na Bahia, Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari, Simões Filho, Candeia, São Francisco do Conde, Itaparica, Vera Cruz e Ilhéus. No Ceará, Fortaleza, Caucaia e Maracanaú. No Maranhão, São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. Na Paraíba, João Pessoa, Bayeux e Campina Grande. Em Pernambuco, Recife, Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho. No Rio Grande do Norte, Natal. Em Sergipe, Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão. No Piauí, Teresina e Timon, essa última limítrofe com o estado do Maranhão.

No sétimo capítulo está a região Sudeste, com maior aprofundamento nas maiores periferias brasileiras. No Espírito Santo, Vitória e Vila Velha. Em Minas Gerais, Belo Horizonte, Contagem e Betim. No Rio de Janeiro, Rio de Janeiro e Angra dos Reis. Em São Paulo, São Paulo, Diadema, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Osasco e Guarulhos.

No oitavo capítulo, tecemos as considerações finais.

Não podemos deixar de mencionar que um dos objetivos do trabalho está assentado na possibilidade de elaborarmos comparações dos dados de aglomerados subnormais entre o censo demográfico realizado em 2010 e o que será aplicado em seguida. Para além de um perfil e um diagnóstico, haverá a possibilidade de se analisar o desenvolvimento da situação do entorno do domicílio nas periferias. Com isso, por meio do processo histórico recente e do aprimoramento das informações disponíveis, a compreensão acerca das vivências dos residentes nas periferias brasileiras é ampliada, indicando seus desafios e avanços. Assim, com o conhecimento mais aprofundado dos problemas, há mais incentivo ao uso de políticas públicas nos aglomerados subnormais coerentes com as realidades das periferias.

Quanto às análises de pesquisadoras e pesquisadores convidados que contribuíram para esta edição, seus artigos foram disponibilizados num formato de box e em estilo livre ao longo do texto, intermediando as cartografias produzidas. Foi nossa intenção complementar esta publicação com reflexões pontuais sobre um tema complexo, realçando a amplitude de estudos e pesquisas em suas múltiplas percepções em território nacional.

O box do capítulo 2, *A presença dos povos indígenas em aglomerados subnormais*, escrito por Frederico Augusto Barbosa da Silva e Isabella Cristina Lunelli, apresenta um breve processo histórico dos assentamentos de povos indígenas nos territórios em situação de vulnerabilidade, legitimando a presença indígena nas cidades. O texto reflete sobre uma das primeiras inferências elaboradas com base nos dados de aglomerados subnormais extraídos do censo demográfico de 2010 acerca da presença de povos indígenas nas periferias brasileiras, em todo o território nacional.

O box do capítulo 3, *Marcas do corpo: tatuagem e cabelos na composição de um corpo negro*, de autoria de Denise Ferreira da Costa Cruz, propõe a discussão poética e incisiva das ideias de afrontamento a partir da perspectiva estética das características fenotípicas que identificam a negritude corporificada na própria resistência do território popular negro. Segundo a autora, as vivências compartilhadas entre os povos da diáspora africana centralizam nos territórios negros as rugosidades de um projeto colonialista de um Estado periférico.

O box do capítulo 4, *Letramento racial, educação científica e o projeto afrocientista em Goiânia: potencialidades periféricas negras insubmissas*, sob desenvolvimento de Anna M. Canavarro Benite, Gustavo Augusto Assis Faustino, Morgana Abranches Bastos, Marysson J. Rodrigues Camargo e Coletivo Ciata do Laboratório de Pesquisas em Educação Química e Inclusão do Instituto de Química da Universidade Federal de Goiás (LPEQI/IQ/UFG), retrata a experiências do estímulo a jovens negras na participação educacional de cursos de formação nas áreas de ciências exatas. O projeto Investiga Menina, apoiado nas parcerias entre universidades da região do Centro-Oeste, compatibiliza as lacunas de mulheres negras nas áreas de exatas com uma linha afrocentrada de desenvolvimento cognitivo.

No box do capítulo 5, *Inclusão racial de jovens negras e negros universitários*, a procuradora do trabalho e docente Valdirene Assis destaca as limitações encontradas no pleno gozo de direitos fundamentais pela população negra atualmente. Além das dificuldades exacerbadas no tocante à moradia, a autora reflete sobre as lógicas excludentes que imperam no mundo do trabalho e obstam o ingresso ou a progressão na carreira da população negra. Ao ponderar sobre a necessidade de dar consequências às ações afirmativas da educação, com o fomento às ações afirmativas pela efetivação do direito fundamental ao trabalho, Valdirene Assis nos convida a refletir sobre a forma como os corpos negros são lidos no mundo do trabalho e da urgente ação frente a estereótipos negativos que militam contra profissionais negras e negros.

O box do capítulo 6, *Periferias ou o principal da cidade?*, escrito por Ana Fernandes, Glória Cecília dos Santos Figueiredo, José Eduardo Ferreira Santos, Vilma Soares Ferreira Santos, Ana Cristina da Silva Caminha, Cícero Jorge Araújo Melo, Sandra Regina Souza dos Santos, Alex Sandro Pereira Lima, Abraão Joviniano dos Santos, Luis Arnaldo Damasceno dos Anjos, Eslane Silva da Paixão, Victor Aicau Moraes Pires de Souza, Maura Cristina da Silva e Miralva Alves Nascimento, representa uma fala coletiva de professoras universitárias e de lideranças de movimentos sociais com atuação na cidade de Salvador, Bahia. O trabalho retoma as falas de um encontro realizado em 2020, durante a pandemia da Covid-19, com a presença das autoras do livro no qual as questões acerca das

periferias foram propositivas para o debate. Mediante a sistematização das falas, com a análise conceitual, o texto reflete a riqueza das percepções colocadas sobre o principal objetivo do Atlas, as incoerências que se formam na proximidade de assentamentos vulneráveis.

O box do capítulo 7, *A Inscrição espacial da questão racial no espaço urbano*, de Denílson Araújo de Oliveira, concentra o olhar sobre a favela como território e espaço de luta. Os elementos e as ações dos residentes das periferias brasileiras são retratados como uma forma de resistência, a luta pela sobrevivência e a defesa da própria vida. Um dos aspectos apontados conflui para a violência característica da continuidade do modelo seletivo de homicídio que recai não apenas no grupo de jovens, mas sobretudo em jovens negros e homens negros, grupo sobrerrepresentado nos domicílios das favelas. Ainda que o texto centralize o enfoque nas favelas cariocas, reflete as experiências comuns de território populares negros de outros municípios.

Por fim, apresentamos algumas considerações finais, convidando todas e todos a participar das nossas reflexões por meio da apreciação do trabalho, com uma perspectiva de continuidade dos estudos de políticas públicas em periferias, com recorte raça/cor no Brasil. O objetivo é estimular o debate sobre os aglomerados em situação de vulnerabilidades diante das precariedades impostas pela ausência, inclusive, do Estado.



## **METODOLOGIA DO ATLAS DAS PERIFERIAS NO BRASIL**

No censo demográfico realizado em 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) avançou na investigação direcionada aos aglomerados subnormais. Para o IBGE, os aglomerados subnormais são definidos como

um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa. A identificação dos aglomerados subnormais é feita com base nos seguintes critérios:

- a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e
- b) Possuir pelo menos uma das seguintes características:
  - urbanização fora dos padrões vigentes – refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou
  - precariedade de serviços públicos essenciais, tais quais energia elétrica, coleta de lixo e redes de água e esgoto. Os aglomerados subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: invasão, loteamento irregular ou clandestino e áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente (IBGE, 2011a, p. 18).

Essa temática foi tratada pela primeira vez em 1953 com o lançamento do livro *As favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950*. A segunda iniciativa, em 1987, na qual foi definido o conceito de aglomerado subnormal para uso nos censos seguintes, em 1991 e 2000. A terceira iniciativa, no censo demográfico de 2010, com a aplicação de pesquisa domiciliar, avançou o conhecimento acerca dos aglomerados subnormais, por meio do conhecimento maior com apropriação territorial e uso de tecnologia mais atualizada (IBGE, 2011a, p. 4). Dos avanços apontados pelo IBGE para o conhecimento dos aglomerados subnormais, cabe mencionar a abrangência da pesquisa; a percepção da diversidade de aglomerados

por todo o país, a exemplo de favela, invasão, comunidade, baixada, ressaca, palafita e grota; e a atenção às normas internacionais (IBGE, 2011a, p. 5).

Os microdados do censo demográfico 2010 do IBGE apresentam os dados resultantes da aplicação de entrevistas com o questionário da amostra. Esses dados são divulgados sem a informação do setor censitário, com objetivo de garantir o anonimato. Para a análise acerca das características do entorno do domicílio, o IBGE disponibiliza uma base de dados agregados com a informação na escala do setor censitário e algumas variáveis selecionadas. A estrutura desse arquivo é diferente da estrutura dos microdados da amostra, permitindo, desse modo, que seja possível extrair a informação tal como está na base de setores censitários do universo e sem possibilitar qualquer novo cruzamento de variáveis, a não ser por questões de localização nas escalas das grandes regiões, das Unidades da Federação (UFs) e dos municípios. Assim, mediante o acesso aos códigos de setor censitário para cada aglomerado subnormal é possível identificar e extrair algumas informações sobre eles.

Os arquivos com dados por setor censitário são elaborados com a divulgação de informações sobre domicílios particulares permanentes e sobre as pessoas investigadas (residentes).<sup>1</sup> Nessa base de dados, a principal preocupação é manter o sigilo sobre a identificação das pessoas.<sup>2</sup> Portanto, o IBGE é bem criterioso com relação aos setores censitários por meio de restrição para apresentação das informações que possuem menos de cinco domicílios particulares permanentes. Ainda segundo o IBGE, as variáveis estruturais foram mantidas, quais sejam: a identificação das subdivisões geográficas, o número de domicílios e a população por sexo.

Primeiramente, foram utilizadas as informações com relação às pessoas que vivem nas periferias, ou seja, os dados disponibilizados sobre residentes. Em um segundo momento, foram extraídos os dados sobre as pessoas que moram em um domicílio com determinada característica em seu entorno, nesse caso, passou-se a estudar os moradores em domicílios particulares permanentes e não mais residentes. Desse modo, moradores em domicílios particulares permanentes são moradores que residem *apenas* em domicílios particulares permanentes.

A distinção entre residentes e moradores se faz necessária, pois, ao longo do texto, os dados serão apresentados para ambas as definições, porém em situações diferentes. Ao qualificar as pessoas que vivem em aglomerados subnormais, seja

---

1. Residentes são os moradores em domicílios na data de referência da pesquisa. Destaca-se que, nesse caso, os domicílios podem ser particulares, particulares permanentes ou coletivos.

2. "O Censo Demográfico 2010 segue os princípios normativos determinados na Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968. Conforme esta lei, as informações são confidenciais e obrigatórias, destinam-se exclusivamente a fins estatísticos e não podem ser objeto de certidão e nem ter eficácia jurídica como meio de prova" (IBGE, 2011a, p. 11).

segundo cor/raça ou não, os resultados serão apresentados em termos de *residentes em aglomerados subnormais*. Por um lado, nenhuma característica do domicílio será apresentada para residentes; por outro, serão apresentadas informações sobre o entorno do domicílio, por raça/cor e, nesse caso, os resultados também serão para o número de pessoas (e classificados como moradores em domicílios particulares permanentes de aglomerados subnormais). A quantidade de residentes é maior que a quantidade de moradores em aglomerados subnormais porque o IBGE restringe os dados em setores censitários com menos de cinco domicílios particulares permanentes para proteger os dados dos informantes. Dessa forma, os resultados para algumas categorias são aproximados, e a soma desses dados não é igual ao número de residentes.

As características do entorno dos domicílios apresentados estão divididas em duas classificações que visam facilitar a forma de apresentação, sem interferir no conteúdo da análise. A primeira, se faz com relação aos serviços públicos disponíveis aos domicílios; e a segunda com relação mais direta à infraestrutura. As características do entorno do domicílio sobre os serviços públicos são a presença de lixo acumulado e de esgoto a céu aberto e a inexistência de iluminação pública. As características próximas à infraestrutura são inexistência de pavimentação; calçada; meio-fio/guia; bueiro/boca de lobo; rampa para cadeirante; arborização e de identificação no logradouro.

Subnotificação com relação a quantidade de aglomerados subnormais acontece em todas as UFs. Periferias conhecidas de moradores residentes nos 32 recortes espaciais aqui apresentados são inferiores às realidades locais. As lacunas dessas informações não bloqueiam a análise, mas decerto limitam algumas inferências. Esse motivo nos inclinou a optar pela apresentação dos dados do modo mais transparente possível, mostrando as quantidades absolutas nos mapas e com as lacunas onde não houver valor disponível nas tabelas apresentadas no site.

No caso de povos indígenas, a visualização é mais completa com a divisão geográfica mais agregada, por exemplo, nas UFs, pois na escala do aglomerado subnormal há menor quantidade de informação de povos indígenas. Mesmo quando os dados estão agregados por UFs, algumas informações estão incompletas. Para o grupo populacional de amarelos, mantivemos as informações com os dados absolutos nas tabelas, tanto para residentes, como para moradores, portanto, disponibilizando as características no entorno do domicílio.

Para o capítulo 2, no qual analisamos o Brasil, agregou-se as informações na escala por UF com objetivo de visualizar um perfil e traçar um diagnóstico, ainda que limitado, acerca das características do entorno do domicílio dos aglomerados subnormais. O uso de cinco níveis de escala de cores possibilita ver as diferenças em cada estado, principalmente na mesma grande região. Os mesmos mapas

apresentam uma visualização pelo total da população, e em cada mapa é possível observar separadamente, por meio do recorte raça/cor, os grupos populacionais de negros, brancos e indígenas.

Nos capítulos 3, 4, 5, 6 e 7, com base nos microdados dos aglomerados subnormais, apresenta-se um movimento de periferias como assentamentos em situação de vulnerabilidade. Considera-se um processo dinâmico de fluxos estabelecidos nos territórios populares negros, compostos por elementos coletivos de identidades.

Diversas outras questões podem ser inferidas a partir dos primeiros olhares apresentados pelas dez características abordadas. Os capítulos sintetizam um primeiro exercício de sobrepor as camadas das classificações raciais (branco, negro, indígenas) às características do entorno do domicílio e dos residentes.

Decerto, este atlas não encerra a pesquisa ou atribui padrão metodológico a ela; pelo contrário, propõe uma qualificação específica das abordagens disponíveis. E considera fortemente outras colocações que surjam posteriormente.

## **BRASIL, ASPECTOS DO ENTORNO DO DOMICÍLIO NOS AGLOMERADOS SUBNORMAIS DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO RACIAL**

Segundo o censo demográfico de 2010, a população do Brasil naquele ano contabilizava 190.755.799 pessoas (IBGE, 2011b). Ao todo eram 6.329 aglomerados subnormais, com uma população residente de 11.425.644, em que brancos eram 30,6% e negros 68,6%. Nas áreas regulares residiam 179.324.180 pessoas, das quais 48,8% eram brancas e 49,6% negras. Naquele mesmo ano, o grupo de negros somou maioria populacional com 50,7%, enquanto 47,7% eram brancos. Nas periferias brasileiras em 2010, havia, portanto, maior presença de negros em comparação ao grupo de brancos, com uma sobrerrepresentação da população negra naqueles aglomerados em situação de maior dificuldade. Assim, seria razoável concluir que as periferias brasileiras são espaços de residência com concentração da população negra, território de resistência negra. E, nesse sentido, uma versão inicial de diagnóstico do entorno do domicílio da população nas periferias é uma questão atinente às desigualdades raciais e, mais, ao racismo estrutural.

Com base nessa primeira assertiva, analisamos as características do entorno do domicílio nos aglomerados subnormais. Uma das primeiras questões a serem abordadas nas periferias está relacionada à prestação de serviços públicos e à infraestrutura. Diante de diversas ocorrências quanto à ausência de infraestrutura e de serviços urbanos nas periferias brasileiras, conhecer um perfil racial de moradores de acordo com as características do entorno do domicílio pode ser um instrumento a mais no processo decisório para realização de ações nos aglomerados subnormais urbanos. Principalmente, pela relação direta entre aglomerado subnormal e população negra, oferecer infraestrutura torna-se uma proposta para o enfrentamento das desigualdades existentes.

O primeiro serviço é o acesso à iluminação pública, considerado relativamente universalizado no país. Apesar do esforço de políticas públicas como o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos, ainda havia um grupo de 6 milhões de pessoas sem iluminação pública no entorno do domicílio em 2010. Destes, os negros eram 62,2% e os brancos,

36,4%. Nos aglomerados regulares, os negros eram 61,2% e os brancos, 37,3%; e nos aglomerados subnormais, os negros somavam 68,4% e os brancos, 30,4%, ou seja, a mesma configuração no total da população se reproduzia nas áreas regulares. Na Bahia, há maior concentração de negros sem acesso à iluminação pública do total de residentes, com 78,6%. Em áreas regulares são 78,2% e nas periferias, 88,2%. Em Roraima, os indígenas sem iluminação pública são 4,7% entre os residentes. Em áreas regulares 4,6% e em aglomerados subnormais, 8,9%.

O segundo serviço está relacionado à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), cuja universalização do acesso a serviços de coleta de resíduos sólidos, bem como de material reciclável foi favorecido pela Lei nº 12.305/2010. Um dos principais desafios da PNRS estava relacionado ao encerramento dos lixões e à disponibilidade de aterros sanitários. Para tanto, o serviço de coleta e separação de material reciclável ficaria a cargo de cooperativas de catadores e catadoras de material reciclável.

No mesmo ano da lei, em 2010, 8 milhões de pessoas residiam em domicílios com lixo acumulado no entorno, sendo que aproximadamente 808 mil pessoas em aglomerados subnormais, o que aponta o serviço de coleta como um problema para além das periferias, presente também nas áreas regulares. No total, os negros eram 59% e os brancos, 39,7%, percentuais próximos aos das áreas regulares, 58% e 40,7%, respectivamente. Nos aglomerados subnormais, os percentuais sobem para 67,9% para negros e 30,9% para brancos. Em Roraima e na Bahia, 86% dos residentes em periferias com lixo acumulado no entorno do domicílio eram negros. Ou seja, a concentração da ausência do serviço recai sobre a população negra, o que significa dizer que o lixo fica mais próximo das moradias da população negra.

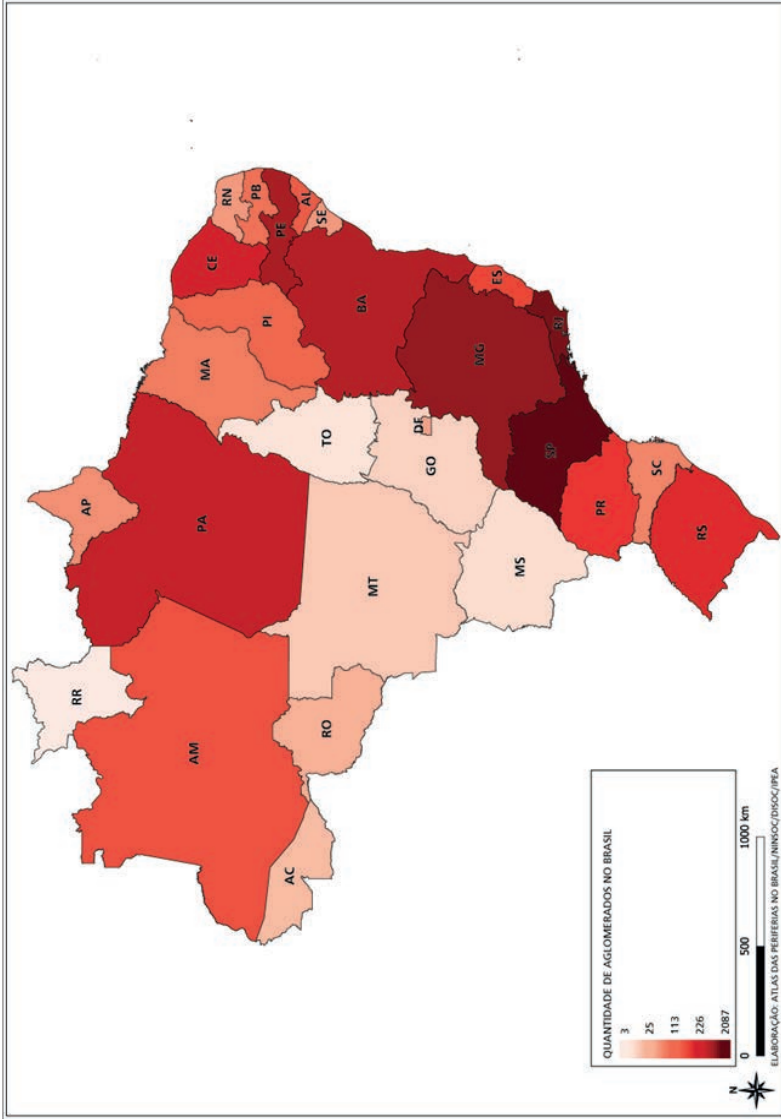
O terceiro serviço se trata de um dos principais desafios urbanos do país, o acesso a saneamento básico. Em 2010, quase 19 milhões de pessoas conviviam com presença de esgoto a céu aberto no Brasil, dos quais 65,8% eram negros e 32,8% brancos. O estado do Pará concentrava 2,3 milhões de pessoas, seguido pelo Maranhão (1,7 milhão), Ceará (1,5 milhão) e São Paulo (1,5 milhão). Nas áreas regulares, os estados que mais concentravam grupos negros com esgoto a céu aberto eram Roraima (76,8%), Bahia (77,5%), Pará e Amazonas (75,1%). Para os grupos de brancos, a concentração esteve mais presente no Rio Grande do Sul (74%), seguido por Santa Catarina (72,3%). Ao observarmos a presença de esgoto a céu aberto nos aglomerados subnormais, há maior concentração de negros nessa situação nos estados da Bahia (87,5%) e de Roraima (86,2), seguidos por Piauí (78,5%) e Espírito Santo (78,1%). Mais de 30% das pessoas que convivem com esgoto a céu aberto nas periferias brasileiras residiam no Pará. Ao todo, 505.644 eram negros e 138.801 brancos.

A infraestrutura nas periferias brasileiras é um tema conhecido seja nas pesquisas com caráter mais qualitativo, inclusive por meio de observação empírica no uso de ferramentas como fotografia e vídeos, seja nas pesquisas com propósito mais quantitativo, como o censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o censo da Redes da Maré de 2019. O processo de formação territorial de alguns aglomerados subnormais, como a Maré, no Rio de Janeiro, ocorreu tanto de modo desordenado, com ocupação por intervenção espontânea, quanto por meio de programas e projetos públicos do governo municipal, estadual ou federal (Redes da Maré, 2019, p. 17). Portanto, o conhecimento das periferias é uma demanda constante, sendo uma prioridade na relação entre um diagnóstico acerca da infraestrutura e das desigualdades étnico raciais nos territórios mais vulneráveis. Nesse sentido, as características apresentadas permitem outro conhecimento sobre as informações de aglomerados subnormais de modo a complementar outras pesquisas anteriormente realizadas.

A ausência de arborização era comum no entorno do domicílio de mais de 50 milhões de pessoas em 2010. Em São Paulo eram 6,8 milhões, no Rio de Janeiro 5,7 milhões e em Minas Gerais 5,2 milhões. Os negros eram mais afetados, sendo 57%, e os brancos, 41,7%. O Amapá concentrava o maior percentual de pessoas negras sem arborização no entorno do domicílio, quase 75%.

Das principais questões, algumas nos saltaram aos olhos e nos chamaram à reflexão: i) a semelhança da organização espacial das periferias em Fortaleza e no Rio de Janeiro; ii) a situação de Belém como cidade-periferia ou periferia-cidade, pela completude que as periferias ocupam no mapa do município e a pela continuidade com que se ligam aos municípios vizinhos; iii) o formato periferia metrópole de São Paulo, por uma relação de aproximação entre algumas periferias de determinadas regiões da cidade com periferias de municípios vizinhos, o que fez com que o mapa de São Paulo fosse apresentado em etapas que sintonizam uma versão diversa da cartografia padronizada; iv) a junção da periferia interestadual entre Timon e Teresina, uma referência explícita aos limites da fronteira política, que não justificam as relações sócio-migratórias; e v) a visibilidade de periferias supostamente inexistentes em cidades turísticas como Angra dos Reis, Blumenau, Ilhéus e Campina Grande.

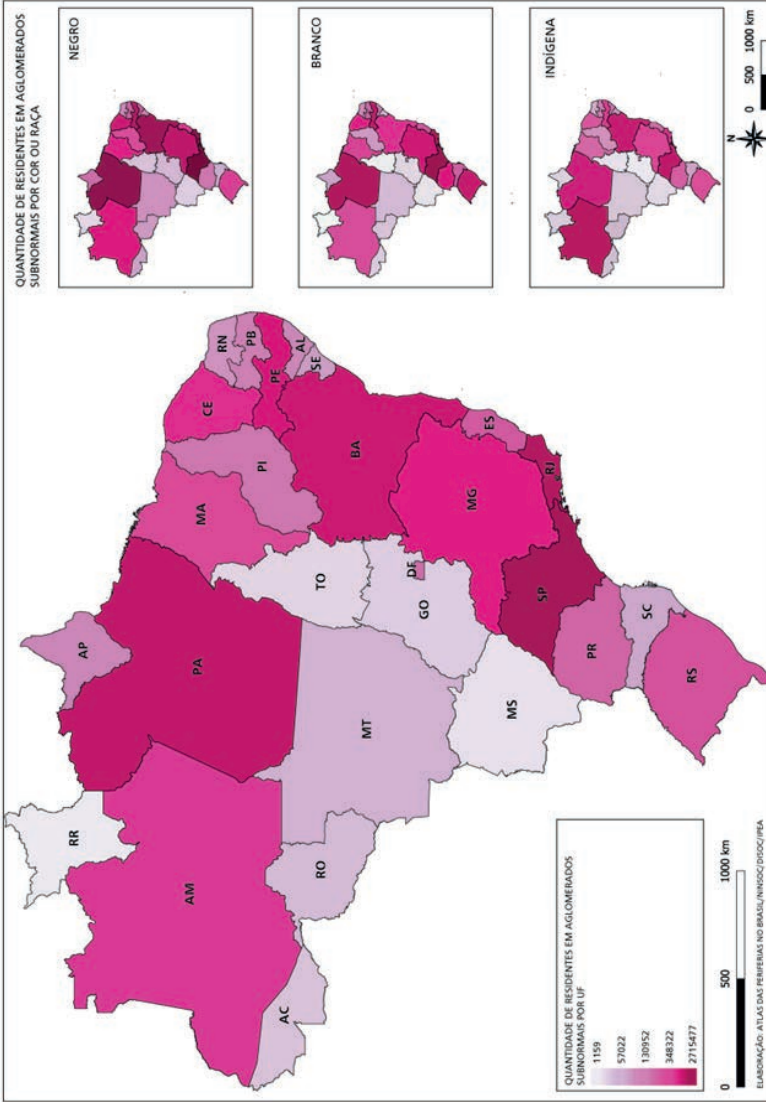
MAPA 1  
Brasil: quantidade de aglomerados subnormais (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.



MAPA 2  
Brasil e Unidades da Federação (UFs): quantidade de residentes em aglomerados subnormais (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

TABELA 1

**Brasil, regiões e UF: população residente em domicílios particulares permanentes ocupados em aglomerados subnormais segundo cor/raça (2010)**

Localização	Cor/raça <sup>1</sup>				Residentes
	Branco	Negro	Indígena	Amarelo	
<b>Brasil</b>	<b>3.490.429</b>	<b>7.800.336</b>	<b>22.280</b>	<b>103.299</b>	<b>11.431.619</b>
Norte	397.243	1.431.174	6.062	15.583	1.851.020
Acre	8.594	27.129	109	1.038	36.874
Amazonas	74.089	300.388	3.455	3.472	381.881
Amapá	23.418	83.566	78	916	108.442
Pará	279.042	977.145	2.199	9.191	1.267.583
Rondônia	10.410	36.485	111	674	47.687
Roraima	156	902	85	16	1.159
Tocantins	1.534	5.559	25	276	7.394
Nordeste	713.715	2.433.925	7.252	41.175	3.199.540
Alagoas	35.650	92.640	354	1.445	130.438
Bahia	108.899	846.390	3.157	13.222	971.716
Ceará	122.414	312.640	543	6.153	442.052
Maranhão	75.233	268.744	481	3.769	348.322
Paraíba	41.673	86.792	338	2.149	130.952
Pernambuco	258.396	604.946	1.683	8.476	875.616
Piauí	24.040	102.755	299	3.841	131.499
Rio Grande do Norte	28.196	57.510	158	869	86.733
Sergipe	19.214	61.508	239	1.251	82.212
Sudeste	1.945.635	3.579.657	6.809	41.164	5.583.071
Espírito Santo	54.975	185.620	460	1.636	243.607
Minas Gerais	147.426	441.782	1.083	8.040	599.033
Rio de Janeiro	677.209	1.324.630	2.022	18.784	2.024.954
São Paulo	1.066.025	1.627.625	3.244	12.704	2.715.477
Sul	379.343	207.645	1.714	2.275	591.274
Paraná	133.466	82.994	486	900	217.848
Rio Grande do Sul	192.024	103.212	1.047	1.121	297.611
Santa Catarina	53.853	21.439	181	254	75.815
Centro-Oeste	54.493	147.935	443	3.102	206.714
Distrito Federal	37.164	93.887	310	2.253	133.614
Goiás	2.520	6.017	10	33	8.829
Mato Grosso do Sul	1.629	5.059	27	42	7.249
Mato Grosso	13.180	42.972	96	774	57.022

Fonte: IBGE.

Elaboração: *Atlas das Periferias no Brasil* do Núcleo de Informações Sociais da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Ninsoc/Disoc) do Ipea.

Nota: <sup>1</sup> O IBGE restringe os dados em setores censitários com menos de cinco domicílios particulares permanentes para proteger os dados dos informantes. Dessa forma, os resultados para algumas categorias são aproximados, e a soma desses dados não é igual ao número de residentes.

BOX 1

**A PRESENÇA DOS POVOS INDÍGENAS EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS**

Frederico Augusto Barbosa da Silva<sup>1</sup>

Isabella Cristina Lunelli<sup>2</sup>

A urbanização e o crescimento populacional são alguns dos principais desafios sociais do Brasil. O crescimento vertiginoso da população urbana coincidiu com soluções de crescimento econômico, reorganização dos serviços públicos, das políticas sociais e das economias locais, introduzindo no espaço das cidades e das suas regiões dramáticas situações organizacionais, por reproduzirem desigualdades e injustiças sociais.

Desigualdades, exclusões seletivas e crescentes necessidades sociais geram demandas por ações públicas qualificadas. Quando distribuídas no território não são apenas espaciais, elas se relacionam com outras formas de injustiça social, sendo que sobre grupos étnico-raciais, a exemplo dos povos indígenas, se acumulam outras discriminações e múltiplas formas de violência. Mais importante, as cidades reproduzem e até mesmo exacerbam desigualdades.

Em geral, as cidades se dividem em duas porções, uma provida de infraestrutura e equipamentos públicos e a outra desprovida de recursos e investimentos. Aqueles que estão na porção “nobre” tem acesso a oportunidades de trabalho, cultura, lazer e serviços, ao contrário dos demais, que lidam com carências urbanas, às vezes as mais triviais, como parques, espaços verdes, bibliotecas, museus, teatros etc.

Ao mesmo tempo, o espaço mantém registros de exclusões, violência crua e simbólica, sendo mediados por privatização e presença de aparatos de vigilância e segurança. Em um contexto de baixos investimentos públicos, poucos são os lugares em que as cidades apresentam infraestrutura completa. Onde acontecem ciclos de investimento, funciona uma lógica insidiosa de valorização imobiliária e de ciclos simultâneos de exclusão e reestruturação das desigualdades, com expulsão das populações de baixa renda e mais vulneráveis para locais distantes, em situação precária, quando não totalmente desprovidos de infraestrutura.

É nesse contexto que as cidades acolhem indivíduos de povos indígenas, pressionando, constringendo comportamentos, excluindo-os social e espacialmente e, por vezes, segregando-os em periferias, em moradias precárias, onde se acumulam de forma densa os sinais de discriminação, desigualdade e racismo.

---

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Disoc/Ipea.

2. Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc/Ipea.

A presença indígena nas cidades vem sendo constatada e acompanhada sobretudo nas últimas décadas. À medida que essa parcela populacional passou a ser identificada nos censos demográficos, utilizando-se o critério da autodeclaração, houve uma crescente caracterização quanto aos seus dinamismos, com avanço no conhecimento da sua diversidade no território nacional e sua distribuição geográfica.

O último censo demográfico (IBGE, 2012) registrou a existência de uma população indígena de 896.917 indivíduos,<sup>3</sup> pertencentes a 305 povos distintos que, juntos, representavam 0,4% da população brasileira. Além da diversidade étnica, outras informações foram trazidas ao conhecimento, como o quantitativo da população indígena residente em terras indígenas e a distribuição territorial também por zonas rurais e urbanas.

Os estudos que seguiram à publicação dos dados evidenciaram que 517.383 indígenas possuíam domicílio em terras indígenas<sup>4</sup> e 379.534 possuíam domicílio fora das terras (46% da população indígena).<sup>5</sup> Além disso, quase um terço vivia em áreas urbanas. Em 2010, em todo o país, as cidades abrigavam 36,2% da população indígena nacional (315.748 indivíduos). Desses, em perímetro urbano, 298.871 viviam fora de terras indígenas e 25.963 dentro delas.

Aquém das hipóteses da expansão dos limites geográficos das cidades que passaram a incorporar terras indígenas (antes localizadas em zonas rurais), esse expressivo número de indígena em zonas urbanas é explicado por diversas causas, entre as quais: o aumento demográfico, que aliou elevada taxa de fecundidade e diminuição da mortalidade indígena; o fenômeno da etnogênese;<sup>6</sup> e, sobretudo, o êxodo rural.

As causas da migração indígena para as cidades são muitas: o comprometimento da própria sobrevivência e da qualidade de vida decorrentes

3. O censo demográfico de 2010 aponta a existência de 896,9 mil indígenas. Desse contingente populacional, 817,9 mil assim se declararam no quesito cor ou raça, e 78,9 mil afirmaram ser pessoas de outra cor ou raça (principalmente pardos, 67,5%), residentes em terras indígenas e que se consideravam "indígenas", de acordo com aspectos como tradições, costumes, cultura e antepassados (IBGE, 2012). Além disso, "neste conjunto, não estão contabilizados povos indígenas brasileiros considerados "índios isolados", pela própria política de contato, como também indígenas que estão em processo de reafirmação étnica após anos de dominação e repressão cultural e, conseqüentemente, ainda não estão se autodeclarando como tal" (IBGE, 2012).

4. As terras indígenas são bens da União, conforme o art. 20, XI, da Constituição Federal (Brasil, 1988). A expressão terras indígenas encerra uma categoria multissêmica, que, no texto constitucional, garante o direito originário às terras tradicionalmente ocupadas. Terras indígenas, conforme o ainda vigente Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973), são as terras ocupadas ou habitadas, as áreas reservadas e as terras de domínio, sejam coletivas ou individuais. As áreas reservadas aos povos indígenas, por sua vez, são a reserva indígena, o parque indígena e a colônia agrícola indígena. Há a menção, também, de possibilidade de Território Federal Indígena e a previsão das áreas interditadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) quando se tratar da proteção de índios isolados (Brasil, 1973).

5. Para compor os dados, em 2010, foram identificadas 505 terras indígenas, as que estavam com situação fundiária declarada (49), homologada (27), regularizada (405) e em processo de aquisição como reserva indígena (24) até 31 de dezembro de 2010. Representavam então 12,5% do território brasileiro (106.739.926 ha), em sua grande maioria localizados na chamada jurisdição da Amazônia legal (IBGE, 2012, p. 17).

6. Segundo Baniwa (2006, p.112), "a etnogênese é um fenômeno em que, diante de determinadas circunstâncias históricas, um povo étnico, que havia deixado de assumir sua identidade étnica por razões também históricas, consegue reassumi-la e reafirmá-la, recuperando aspectos relevantes de sua cultura tradicional".

da degradação ambiental de suas terras e territórios e da insegurança territorial frente às invasões relacionadas a atividades extrativistas; a expansão da atividade agropecuária; e a imposição da construção de rodovias, ferrovias e hidrelétricas em seus territórios ou próximos – esta última, geradora de deslocamentos forçados e imposição de políticas habitacionais compensatórias que, não raras vezes, os conduzem a áreas periféricas. Refletindo sobre as dificuldades que enfrentam os povos indígenas de permanecer e sobreviver em seus próprios territórios, há ainda um outro fator que explica sua presença nas cidades, a saber, a busca de acesso às políticas públicas mais básicas (saúde, educação, trabalho, segurança, moradia, previdência), inacessíveis em suas terras tradicionais.<sup>7</sup>

Nesses últimos anos, ainda que haja um crescente conhecimento sobre as causas que estão a justificar essa mobilidade espacial de indígenas e teorizações sobre a presença indígena em zonas urbanas, o êxodo para as cidades e sua ocupação desordenada, assim como sua contínua existência e resistência nesses espaços, permanece à espera de estudos mais aprofundados. Pouco se sabe dessa população que se mantém à margem de inúmeras políticas públicas – inclusive aquelas específicas aos povos indígenas – ou mesmo sobre a própria imemorabilidade dessa ocupação. A invisibilidade desses povos não apenas reforça a ideia equivocada de uma cidade como um espaço não indígena como os segrega de sua composição histórica e permanente como povos originários. As consequências dessa concentração de indígenas nas cidades ainda são desconhecidas, assim como os resultados da aceleração dos processos de urbanização em determinadas regiões, sobretudo na Amazônia. Por isso, os dados apresentados com esta publicação surpreendem não somente pelo seu encobrimento (Dussel, 1993) mas sobretudo, pela abertura de um campo de estudos pouco discutido nos meios científicos no Brasil: a presença indígena nas favelas – ou, utilizando-se da terminologia técnica do IBGE, a presença indígena nos aglomerados subnormais.

A análise dos dados de 2010 sugere que 7,06% da população indígena em áreas urbanas encontram-se nas periferias, vivendo de forma permanente (22.280 indígenas possuem domicílios particulares permanentes ocupados – algo em torno de 2,5% da população indígena em território brasileiro). Destacam-se sobre o quantitativo populacional indígena em aglomerados subnormais, em ordem decrescente, as regiões Nordeste, Sudeste, Norte, Sul e Centro-Oeste. Quanto à presença de indígenas nesses aglomerados subnormais por estado, sobressaem: Amazonas, São Paulo, Bahia, Pará, Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

---

7. A migração indígena em busca do acesso às políticas públicas resulta numa diferenciação específica da população indígena considerada “urbana”. É possível identificar entre a população indígena aqueles e aquelas que vivem nas cidades porque ali nasceram ou migraram definitivamente (“indígenas urbanos”) e, em caso distinto, aqueles e aquelas que não vivem permanentemente nos centros urbanos, mas encontram-se transitoriamente para uso dos serviços públicos ou, por exemplo, para acesso ao trabalho (“indígenas em contexto urbano”) (Silva e Lunelli, 2019, p. 41-42).

O censo, ao trazer informações de 62% desse universo de observação, anuncia inúmeras carências no entorno dos domicílios da população indígena nos aglomerados subnormais: ausência de identificação no logradouro (63,6%), inexistência de calçadas (69%), insuficiência de bueiro/boca de lobo (77,2%), falta de rampa para cadeirante (99,6%), ausência de meio-fio/guia (60,2%), *deficit* de pavimentação (44,0%) e de iluminação pública (23,0%).

O crescimento desordenado e sem planejamento dos centros urbanos reconfigura o entorno dos domicílios e é capaz de operar um etnocídio sobre os indígenas das periferias. Conhecendo a relação entre a natureza e a reprodução cultural dos povos indígenas, a ausência de arborização no entorno do domicílio, observada em 72,5%, evidencia o afastamento de certas práticas e a perda de conhecimentos tradicionais sobre a biodiversidade, inclusive em contexto intergeracional. Estados como o Amazonas e o Pará, por exemplo, expõem os limites dos discursos que aliam proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural nos processos de urbanização da Amazônia brasileira.

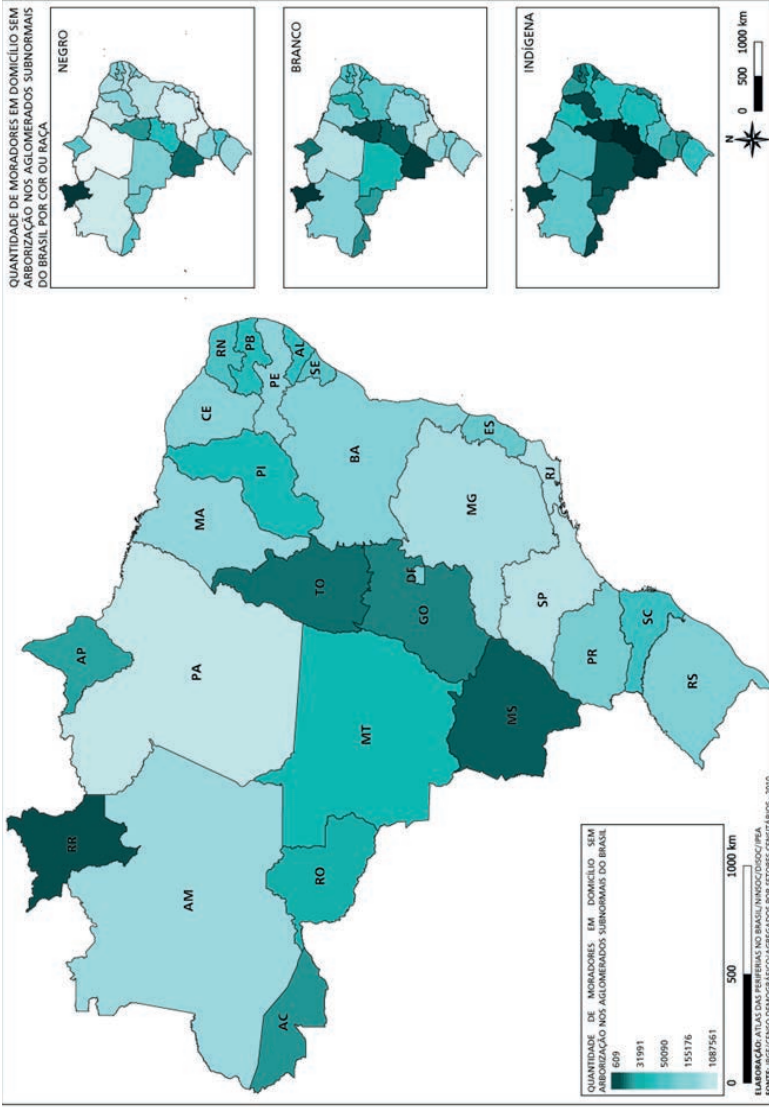
A precarização da vida dos povos indígenas nos centros urbanos também é verificada na convivência com esgoto a céu aberto (para 29,6% da população indígena localizadas nos aglomerados subnormais) e lixo acumulado (14,6%), carências que não podem ser normalizadas, nem naturalizadas. Esses indicadores reforçam a fragilização cotidiana com que convivem os povos indígenas no fenômeno de favelização a que estão submetidos, além do desrespeito de suas identidades étnicas e o racismo estrutural.

Com o advento da pandemia da Covid-19, agrega-se também o risco de genocídio diante das condições sanitárias e das características epidemiológicas. A pobreza e a violência nos centros urbanos também intensificam os problemas relacionados à precarização das condições de acesso à infraestrutura e aos serviços públicos, deflagrando situações alarmantes sobre a qualidade de vida desses grupos em extrema vulnerabilidade.

A invisibilidade dos indígenas nas favelas se mescla com a ausência de instrumentos de políticas públicas que deem proteção e efetividade aos direitos dos povos indígenas nas cidades e à cidade. Esperamos que essa primeira aproximação em relação aos dados das condições de moradia de indivíduos de povos indígenas em aglomerados subnormais abra o debate a respeito da dimensão étnica do fenômeno de favelização e dê margem a novas reflexões e pesquisas que, com maior profundidade, explorem as formas de uso e apropriação dos territórios e dos espaços urbanos no contexto das diferentes culturas e universos simbólicos.

MAPA 3

Brasil: quantidade de moradores em domicílios sem arborização em aglomerados subnormais (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

TABELA 2

**Brasil e UFs: moradores em domicílios particulares permanentes aglomerados subnormais segundo presença de arborização no entorno do domicílio segundo raça/cor (2010)**

Localização	Existência de arborização <sup>1</sup>									
	Sim					Não				
	Branços	Negros	Indígenas	Amarelos	Total	Branços	Negros	Indígenas	Amarelos	Total
<b>Brasil</b>	<b>665.987</b>	<b>1.254.676</b>	<b>3.804</b>	<b>20.188</b>	<b>1.944.655</b>	<b>1.295.016</b>	<b>3.084.508</b>	<b>10.021</b>	<b>41.193</b>	<b>4.430.738</b>
Norte	55.063	188.263	765	2.428	<b>246.519</b>	309.180	1.108.195	4.830	11.749	<b>1.433.954</b>
Acre	442	2.069	-	45	<b>2.556</b>	6.202	19.238	65	822	<b>26.327</b>
Amazonas	9.980	38.948	404	532	<b>49.864</b>	51.852	202.183	2.734	2.468	<b>259.237</b>
Amapá	2.294	8.436	2	61	<b>10.793</b>	5.742	21.362	12	189	<b>27.305</b>
Pará	37.652	122.349	317	1.360	<b>161.678</b>	238.174	839.763	1.869	7.755	<b>1.087.561</b>
Rondônia	3.445	11.829	24	199	<b>15.497</b>	6.929	24.502	87	473	<b>31.991</b>
Roraima	53	260	-	-	<b>313</b>	79	463	56	11	<b>609</b>
Tocantins	1.197	4.372	18	231	<b>5.818</b>	202	684	7	31	<b>924</b>
Nordeste	150.695	413.066	1.208	9.304	<b>574.273</b>	225.068	712.593	1.918	12.598	<b>952.177</b>
Alagoas	4.784	12.711	59	227	<b>17.781</b>	12.738	32.800	103	504	<b>46.145</b>
Bahia	6.830	44.033	235	830	<b>51.928</b>	16.358	127.497	547	2.333	<b>146.735</b>
Ceará	60.511	139.540	264	2.808	<b>203.123</b>	41.433	111.239	189	2.315	<b>155.176</b>
Maranhão	14.065	49.216	105	818	<b>64.204</b>	53.301	184.367	355	2.664	<b>240.687</b>
Paraíba	12.872	25.800	116	730	<b>39.518</b>	14.258	30.848	118	748	<b>45.972</b>
Pernambuco	21.879	44.051	97	664	<b>66.691</b>	50.912	116.886	275	1.507	<b>169.580</b>
Piauí	15.734	65.067	233	2.590	<b>83.624</b>	8.032	36.339	65	1.232	<b>45.668</b>
Rio Grande do Norte	7.785	14.299	36	253	<b>22.373</b>	16.055	33.479	110	446	<b>50.090</b>
Sergipe	6.235	18.349	63	384	<b>25.031</b>	11.981	39.138	156	849	<b>52.124</b>
Sudeste	338.033	577.503	1.278	7.109	<b>923.923</b>	538.764	1.046.601	1.971	13.366	<b>1.600.702</b>
Espírito Santo	10.006	30.099	52	204	<b>40.361</b>	15.522	53.286	123	498	<b>69.429</b>
Minas Gerais	40.735	106.209	255	168	<b>149.367</b>	73.516	226.111	526	4.220	<b>304.373</b>
Rio de Janeiro	73.899	144.333	253	2.069	<b>220.554</b>	199.865	385.369	610	5.617	<b>591.461</b>
São Paulo	213.393	296.862	718	2.668	<b>513.641</b>	249.861	381.835	712	3.031	<b>635.439</b>
Sul	113.053	51.531	460	674	<b>165.718</b>	181.130	106.762	971	1.147	<b>290.010</b>
Paraná	43.688	25.170	150	272	<b>69.280</b>	59.416	38.094	237	477	<b>98.224</b>
Rio Grande do Sul	58.715	23.760	282	355	<b>83.112</b>	88.778	53.728	598	495	<b>143.599</b>
Santa Catarina	10.650	2.601	28	47	<b>13.326</b>	32.936	14.940	136	175	<b>48.187</b>
Centro-Oeste	9.143	24.313	93	673	<b>34.222</b>	40.874	110.357	331	2.333	<b>153.895</b>
Distrito Federal	4.031	10.062	44	432	<b>14.569</b>	30.688	75.728	256	1.733	<b>108.405</b>
Goiás	326	491	1	16	<b>834</b>	537	1.274	-	13	<b>1.824</b>
Mato Grosso do Sul	1.437	4.384	24	41	<b>5.886</b>	141	587	3	1	<b>732</b>
Mato Grosso	3.349	9.376	24	184	<b>12.933</b>	9.508	32.768	72	586	<b>42.934</b>

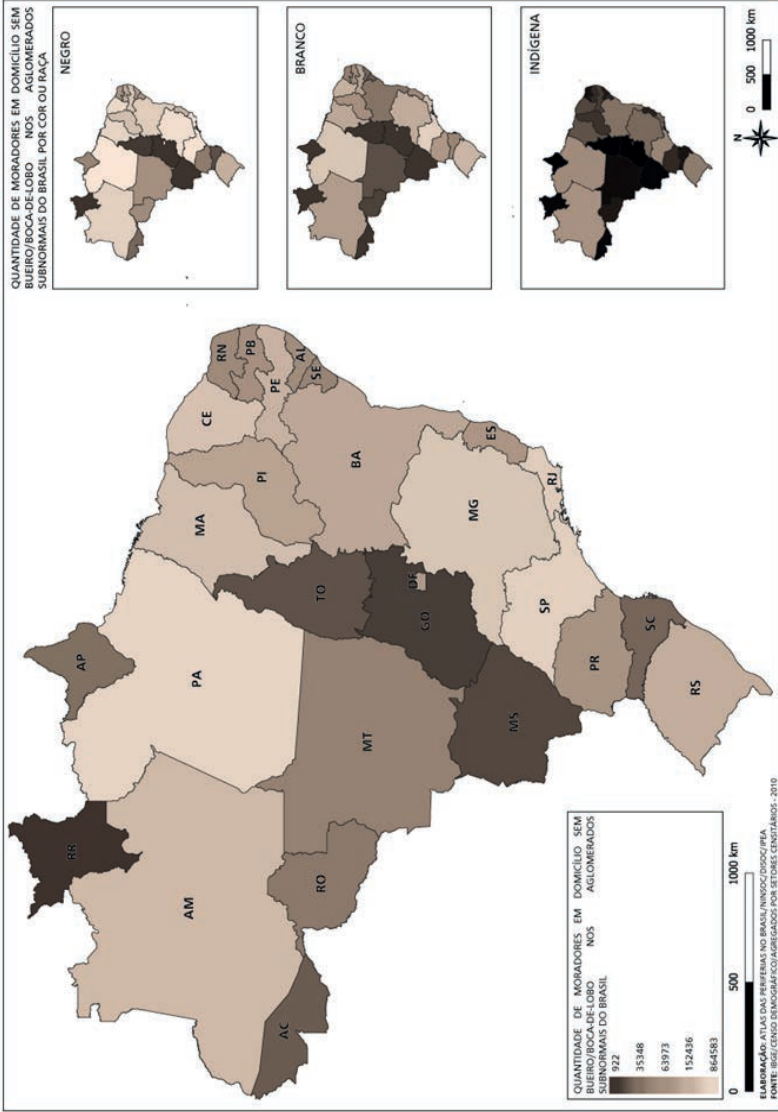
Fonte: IBGE.

Elaboração: Atlas das Periferias no Brasil/Ninsoc/Disoc/Ipea.

Nota: <sup>1</sup> O IBGE restringe os dados em setores censitários com menos de cinco domicílios particulares permanentes para proteger os dados dos informantes. Dessa forma, os resultados para algumas categorias são aproximados e a soma desses dados não é igual ao número de residentes.



MAPA 4  
Brasil: quantidade de moradores em domicílios sem bueiro/boca de lobo em aglomerados subnormais (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

TABELA 3

**Brasil e UFs: moradores em domicílios particulares permanentes aglomerados subnormais segundo presença de bueiro/boca de lobo no entorno do domicílio segundo raça/cor (2010)**

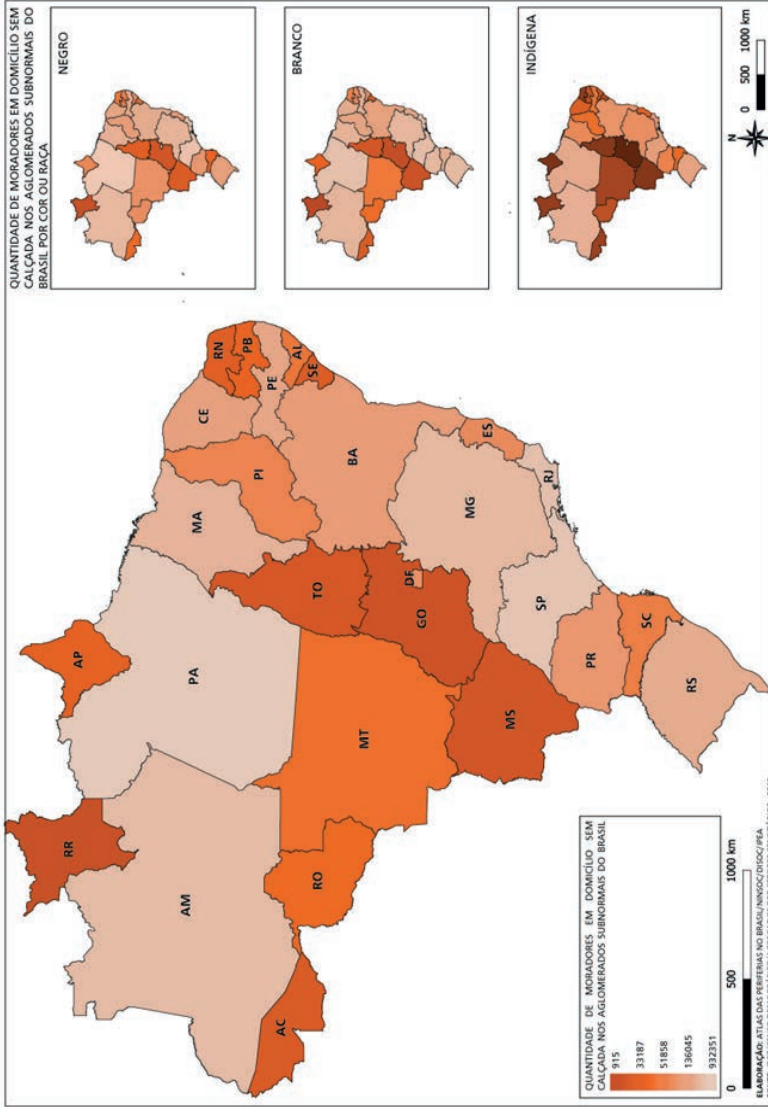
Localização	Existência de bueiro/boca de lobo <sup>1</sup>									
	Sim					Não				
	Branco	Negros	Indígenas	Amarelos	Total	Branco	Negros	Indígenas	Amarelos	Total
<b>Brasil</b>	<b>667.994</b>	<b>1.219.790</b>	<b>3.158</b>	<b>15.992</b>	<b>1.906.934</b>	<b>1.293.009</b>	<b>3.119.394</b>	<b>10.667</b>	<b>45.389</b>	<b>4.468.459</b>
Norte	111.712	362.744	762	3.900	<b>479.118</b>	252.531	933.714	4.833	10.277	<b>1.201.355</b>
Acre	2.315	6.006	9	225	<b>8.555</b>	4.329	15.301	56	642	<b>20.328</b>
Amazonas	16.717	62.159	192	738	<b>79.806</b>	45.115	178.972	2.946	2.262	<b>229.295</b>
Amapá	583	2.149	-	18	<b>2.750</b>	7.453	27.649	14	232	<b>35.348</b>
Pará	91.018	290.249	557	2.832	<b>384.656</b>	184.808	671.863	1.629	6.283	<b>864.583</b>
Rondônia	918	1.827	4	60	<b>2.809</b>	9.456	34.504	107	612	<b>44.679</b>
Roraima	-	-	-	-	<b>0</b>	132	723	56	11	<b>922</b>
Tocantins	161	354	-	27	<b>542</b>	1.238	4.702	25	235	<b>6.200</b>
Nordeste	65.431	183.151	614	3.352	<b>252.548</b>	310.332	942.508	2.512	18.550	<b>1.273.902</b>
Alagoas	1.958	4.769	39	78	<b>6.844</b>	15.564	40.742	123	653	<b>57.082</b>
Bahia	6.074	41.680	183	679	<b>48.616</b>	17.114	129.850	599	2.484	<b>150.047</b>
Ceará	14.259	33.165	73	648	<b>48.145</b>	87.685	217.614	380	4.475	<b>310.154</b>
Maranhão	5.818	18.546	51	344	<b>24.759</b>	61.548	215.037	409	3.138	<b>280.132</b>
Paraíba	6.671	14.407	60	379	<b>21.517</b>	20.459	42.241	174	1.099	<b>63.973</b>
Pernambuco	18.044	37.440	85	506	<b>56.075</b>	54.747	123.497	287	1.665	<b>180.196</b>
Piauí	1.135	4.498	12	139	<b>5.784</b>	22.631	96.908	286	3.683	<b>123.508</b>
Rio Grande do Norte	5.459	9.714	51	162	<b>15.386</b>	18.381	38.064	95	537	<b>57.077</b>
Sergipe	6.013	18.932	60	417	<b>25.422</b>	12.203	38.555	159	816	<b>51.733</b>
Sudeste	344.999	589.290	1.200	7.460	<b>942.949</b>	531.798	1.034.814	2.049	13.015	<b>1.581.676</b>
Espírito Santo	5.735	17.433	26	169	<b>23.363</b>	19.793	65.952	149	533	<b>86.427</b>
Minas Gerais	34.090	89.667	208	1.707	<b>125.672</b>	80.161	242.653	573	4.681	<b>328.068</b>
Rio de Janeiro	134.505	247.084	422	3.592	<b>385.603</b>	139.259	282.618	441	4.094	<b>426.412</b>
São Paulo	170.669	235.106	544	1.992	<b>408.311</b>	292.585	443.591	886	3.707	<b>740.769</b>
Sul	138.715	66.822	515	791	<b>206.843</b>	155.468	91.471	916	1.030	<b>248.885</b>
Paraná	62.278	36.193	225	446	<b>99.142</b>	40.826	27.071	162	303	<b>68.362</b>
Rio Grande do Sul	51.632	22.155	227	261	<b>74.275</b>	95.861	55.333	653	589	<b>152.436</b>
Santa Catarina	24.805	8.474	63	84	<b>33.426</b>	18.781	9.067	101	138	<b>28.087</b>
Centro-Oeste	7.137	17.783	67	489	<b>25.476</b>	42.880	116.887	357	2.517	<b>162.641</b>
Distrito Federal	3.954	9.774	54	349	<b>14.131</b>	30.765	76.016	246	1.816	<b>108.843</b>
Goiás	452	904	1	18	<b>1.375</b>	411	861	-	11	<b>1.283</b>
Mato Grosso do Sul	700	1.919	-	16	<b>2.635</b>	878	3.052	27	26	<b>3.983</b>
Mato Grosso	2.031	5.186	12	106	<b>7.335</b>	10.826	36.958	84	664	<b>48.532</b>

Fonte: IBGE.

Elaboração: Atlas das Periferias no Brasil/Ninsoc/Disoc/Ipea.

Nota: <sup>1</sup> O IBGE restringe os dados em setores censitários com menos de cinco domicílios particulares permanentes para proteger os dados dos informantes. Dessa forma, os resultados para algumas categorias são aproximados e a soma desses dados não é igual ao número de residentes.

MAPA 5  
Brasil: quantidade de moradores em domicílios sem calçada em aglomerados subnormais (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

TABELA 4

**Brasil e UFs: moradores em domicílios particulares permanentes aglomerados subnormais segundo presença de calçada no entorno do domicílio segundo raça/cor (2010)**

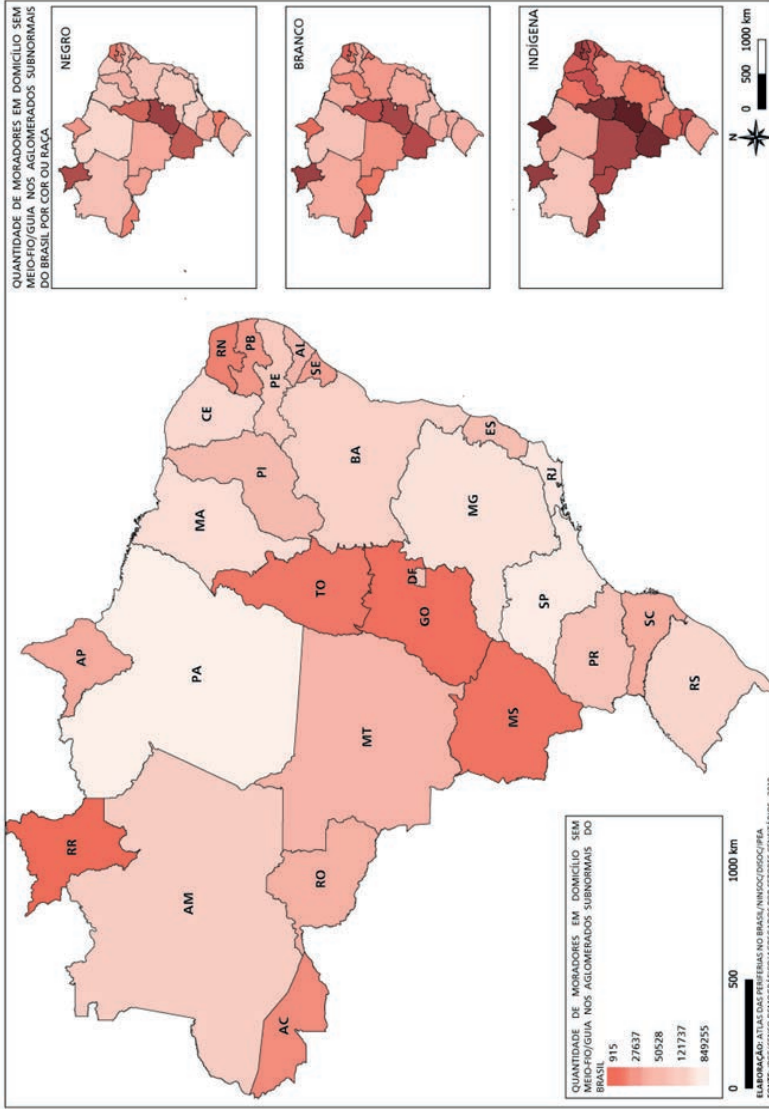
Localização	Existência de calçada <sup>1</sup>									
	Sim					Não				
	Branços	Negros	Indígenas	Amarelos	Total	Branços	Negros	Indígenas	Amarelos	Total
<b>Brasil</b>	<b>824.173</b>	<b>1.607.509</b>	<b>4.289</b>	<b>23.925</b>	<b>2.459.896</b>	<b>1.136.819</b>	<b>2.731.662</b>	<b>9.536</b>	<b>37.456</b>	<b>3.915.473</b>
Norte	94.492	289.900	863	3.231	<b>388.486</b>	269.751	1.006.558	4.732	10.946	<b>1.291.987</b>
Acre	1.141	2.181	4	98	<b>3.424</b>	5.503	19.126	61	769	<b>25.459</b>
Amazonas	12.740	44.512	318	547	<b>58.117</b>	49.092	196.619	2.820	2.453	<b>250.984</b>
Amapá	633	2.050	1	26	<b>2.710</b>	7.403	27.748	13	224	<b>35.388</b>
Pará	77.797	236.139	521	2.431	<b>316.888</b>	198.029	725.973	1.665	6.684	<b>932.351</b>
Rondônia	2.160	4.983	19	122	<b>7.284</b>	8.214	31.348	92	550	<b>40.204</b>
Roraima	4	3	-	-	<b>7</b>	128	720	56	11	<b>915</b>
Tocantins	17	32	-	7	<b>56</b>	1.382	5.024	25	255	<b>6.686</b>
Nordeste	186.384	483.125	1.454	9.669	<b>680.632</b>	189.379	642.534	1.672	12.233	<b>845.818</b>
Alagoas	4.459	10.790	49	161	<b>15.459</b>	13.063	34.721	113	570	<b>48.467</b>
Bahia	9.552	58.610	300	1.057	<b>69.519</b>	13.636	112.920	482	2.106	<b>129.144</b>
Ceará	67.394	151.608	333	2.919	<b>222.254</b>	34.550	99.171	120	2.204	<b>136.045</b>
Maranhão	23.824	72.007	156	1.200	<b>97.187</b>	43.542	161.576	304	2.282	<b>207.704</b>
Paraíba	14.878	30.685	129	759	<b>46.451</b>	12.252	25.963	105	719	<b>39.039</b>
Pernambuco	30.753	59.582	159	850	<b>91.344</b>	42.038	101.355	213	1.321	<b>144.927</b>
Piauí	9.942	39.743	99	1.574	<b>51.358</b>	13.824	61.663	199	2.248	<b>77.934</b>
Rio Grande do Norte	13.645	25.128	98	405	<b>39.276</b>	10.195	22.650	48	294	<b>33.187</b>
Sergipe	11.937	34.972	131	744	<b>47.784</b>	6.279	22.515	88	489	<b>29.371</b>
Sudeste	455.685	776.438	1.634	9.944	<b>1.243.701</b>	421.101	847.653	1.615	10.531	<b>1.280.900</b>
Espírito Santo	7.733	22.917	54	197	<b>30.901</b>	17.795	60.468	121	505	<b>78.889</b>
Minas Gerais	63.255	163.512	400	2.961	<b>230.128</b>	50.996	168.808	381	3.427	<b>223.612</b>
Rio de Janeiro	115.784	221.635	356	3.469	<b>341.244</b>	157.980	308.067	507	4.217	<b>470.771</b>
São Paulo	268.913	368.374	824	3.317	<b>641.428</b>	194.330	310.310	606	2.382	<b>507.628</b>
Sul	78.588	36.043	254	493	<b>115.378</b>	215.595	122.250	1.177	1.328	<b>340.350</b>
Paraná	37.911	20.212	109	304	<b>58.536</b>	65.193	43.052	278	445	<b>108.968</b>
Rio Grande do Sul	33.264	13.622	129	172	<b>47.187</b>	114.229	63.866	751	678	<b>179.524</b>
Santa Catarina	7.413	2.209	16	17	<b>9.655</b>	36.173	15.332	148	205	<b>51.858</b>
Centro-Oeste	9.024	22.003	84	588	<b>31.699</b>	40.993	112.667	340	2.418	<b>156.418</b>
Distrito Federal	4.326	10.828	58	365	<b>15.577</b>	30.393	74.962	242	1.800	<b>107.397</b>
Goiás	505	910	1	19	<b>1.435</b>	358	855	-	10	<b>1.223</b>
Mato Grosso do Sul	689	1.807	4	23	<b>2.523</b>	889	3.164	23	19	<b>4.095</b>
Mato Grosso	3.504	8.458	21	181	<b>12.164</b>	9.353	33.686	75	589	<b>43.703</b>

Fonte: IBGE.

Elaboração: *Atlas das Periferias no Brasil/Ninsoc/Disoc/Ipea*.

Nota: <sup>1</sup> O IBGE restringe os dados em setores censitários com menos de cinco domicílios particulares permanentes para proteger os dados dos informantes. Dessa forma, os resultados para algumas categorias são aproximados e a soma desses dados não é igual ao número de residentes.

MAPA 6  
Brasil: quantidade de moradores em domicílios sem meio-fio em aglomerados subnormais (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

TABELA 5

**Brasil e UFs: moradores em domicílios particulares permanentes aglomerados subnormais segundo presença de meio-fio no entorno do domicílio segundo raça/cor (2010)**

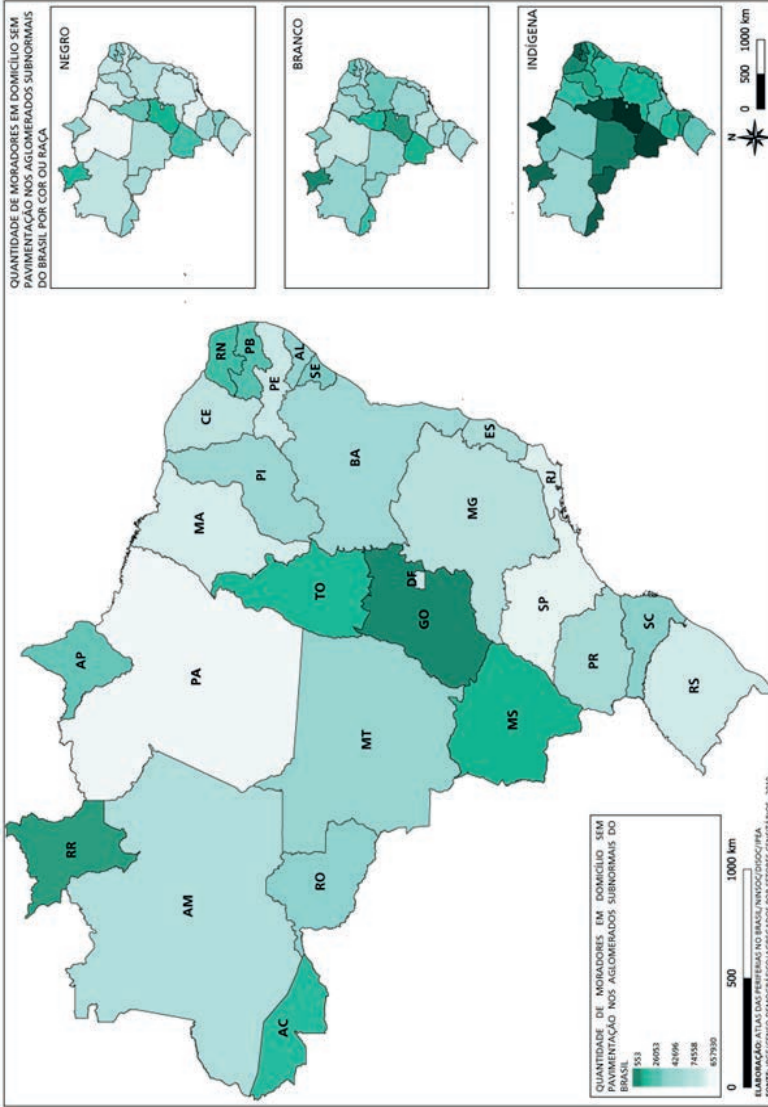
Localização	Existência de meio-fio/guia <sup>1</sup>									
	Sim					Não				
	Branços	Negros	Indígenas	Amarelos	Total	Branços	Negros	Indígenas	Amarelos	Total
<b>Brasil</b>	<b>987.800</b>	<b>1.983.566</b>	<b>5.505</b>	<b>29.408</b>	<b>3.006.279</b>	<b>973.192</b>	<b>2.355.605</b>	<b>8.320</b>	<b>31.973</b>	<b>3.369.090</b>
Norte	140.170	458.504	1.450	5.269	<b>605.393</b>	224.073	837.954	4.145	8.908	<b>1.075.080</b>
Acre	2.075	4.953	5	175	<b>7.208</b>	4.569	16.354	60	692	<b>21.675</b>
Amazonas	39.255	145.394	768	1.947	<b>187.364</b>	22.577	95.737	2.370	1.053	<b>121.737</b>
Amapá	733	2.536	3	21	<b>3.293</b>	7.303	27.262	11	229	<b>34.805</b>
Pará	95.873	300.508	658	2.945	<b>399.984</b>	179.953	661.604	1.528	6.170	<b>849.255</b>
Rondônia	1.883	4.239	16	124	<b>6.262</b>	8.491	32.092	95	548	<b>41.226</b>
Roraima	4	3	-	-	<b>7</b>	128	720	56	11	<b>915</b>
Tocantins	347	871	-	57	<b>1.275</b>	1.052	4.185	25	205	<b>5.467</b>
Nordeste	203.976	544.747	1.650	11.290	<b>761.663</b>	171.787	580.912	1.476	10.612	<b>764.787</b>
Alagoas	3.781	9.422	43	152	<b>13.398</b>	13.741	36.089	119	579	<b>50.528</b>
Bahia	10.309	64.979	341	1.214	<b>76.843</b>	12.879	106.551	441	1.949	<b>121.820</b>
Ceará	59.387	132.709	272	2.581	<b>194.949</b>	42.557	118.070	181	2.542	<b>163.350</b>
Maranhão	29.217	91.878	198	1.594	<b>122.887</b>	38.149	141.705	262	1.888	<b>182.004</b>
Paraíba	18.371	38.318	172	992	<b>57.853</b>	8.759	18.330	62	486	<b>27.637</b>
Pernambuco	37.852	76.034	216	1.051	<b>115.153</b>	34.939	84.903	156	1.120	<b>121.118</b>
Piauí	14.553	60.296	162	2.436	<b>77.447</b>	9.213	41.110	136	1.386	<b>51.845</b>
Rio Grande do Norte	18.670	36.341	114	544	<b>55.669</b>	5.170	11.437	32	155	<b>16.794</b>
Sergipe	11.836	34.770	132	726	<b>47.464</b>	6.380	22.717	87	507	<b>29.691</b>
Sudeste	512.207	891.907	1.888	11.341	<b>1.417.343</b>	364.579	732.184	1.361	9.134	<b>1.107.258</b>
Espírito Santo	11.106	33.284	67	292	<b>44.749</b>	14.422	50.101	108	410	<b>65.041</b>
Minas Gerais	73.030	194.455	469	3.633	<b>271.587</b>	41.221	137.865	312	2.755	<b>182.153</b>
Rio de Janeiro	143.519	270.450	460	4.018	<b>418.447</b>	130.245	259.252	403	3.668	<b>393.568</b>
São Paulo	284.552	393.718	892	3.398	<b>682.560</b>	178.691	284.966	538	2.301	<b>466.496</b>
Sul	118.985	56.320	417	760	<b>176.482</b>	175.198	101.973	1.014	1.061	<b>279.246</b>
Paraná	50.792	28.271	149	385	<b>79.597</b>	52.312	34.993	238	364	<b>87.907</b>
Rio Grande do Sul	50.454	22.265	215	309	<b>73.243</b>	97.039	55.223	665	541	<b>153.468</b>
Santa Catarina	17.739	5.784	53	66	<b>23.642</b>	25.847	11.757	111	156	<b>37.871</b>
Centro-Oeste	12.462	32.088	100	748	<b>45.398</b>	37.555	102.582	324	2.258	<b>142.719</b>
Distrito Federal	7.551	19.880	78	532	<b>28.041</b>	27.168	65.910	222	1.633	<b>94.933</b>
Goiás	578	1.060	1	20	<b>1.659</b>	285	705	-	9	<b>999</b>
Mato Grosso do Sul	866	2.466	4	26	<b>3.362</b>	712	2.505	23	16	<b>3.256</b>
Mato Grosso	3.467	8.682	17	170	<b>12.336</b>	9.390	33.462	79	600	<b>43.531</b>

Fonte: IBGE.

Elaboração: *Atlas das Periferias no Brasil*/Ninsoc/Disoc/Ipea.

Nota: <sup>1</sup> O IBGE restringe os dados em setores censitários com menos de cinco domicílios particulares permanentes para proteger os dados dos informantes. Dessa forma, os resultados para algumas categorias são aproximados e a soma desses dados não é igual ao número de residentes.

MAPA 7  
Brasil: quantidade de moradores em domicílios sem pavimentação em aglomerados subnormais (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

TABELA 6

**Brasil e UFs: moradores em domicílios particulares permanentes aglomerados subnormais segundo presença de pavimentação no entorno do domicílio segundo raça/cor (2010)**

Localização	Existência de pavimentação <sup>1</sup>									
	Sim					Não				
	Branços	Negros	Indígenas	Amarelos	Total	Branços	Negros	Indígenas	Amarelos	Total
<b>Brasil</b>	<b>1.299.753</b>	<b>2.702.524</b>	<b>7.737</b>	<b>39.459</b>	<b>4.049.473</b>	<b>661.250</b>	<b>1.636.660</b>	<b>6.088</b>	<b>21.922</b>	<b>2.325.920</b>
Norte	200.001	667.136	2.402	7.593	<b>877.132</b>	164.242	629.322	3.193	6.584	<b>803.341</b>
Acre	3.714	10.620	17	403	<b>14.754</b>	2.930	10.687	48	464	<b>14.129</b>
Amazonas	51.012	193.325	1.390	2.446	<b>248.173</b>	10.820	47.806	1.748	554	<b>60.928</b>
Amapá	2.373	7.782	8	76	<b>10.239</b>	5.663	22.016	6	174	<b>27.859</b>
Pará	139.425	446.518	924	4.442	<b>591.309</b>	136.401	515.594	1.262	4.673	<b>657.930</b>
Rondônia	3.102	7.925	63	169	<b>11.259</b>	7.272	28.406	48	503	<b>36.229</b>
Roraima	28	62	-	-	<b>90</b>	104	661	56	11	<b>832</b>
Tocantins	347	904	-	57	<b>1.308</b>	1.052	4.152	25	205	<b>5.434</b>
Nordeste	256.984	734.044	2.098	14.793	<b>1.007.919</b>	118.779	391.615	1.028	7.109	<b>518.531</b>
Alagoas	6.567	16.475	76	248	<b>23.366</b>	10.955	29.036	86	483	<b>40.560</b>
Bahia	18.448	130.913	560	2.406	<b>152.327</b>	4.740	40.617	222	757	<b>46.336</b>
Ceará	83.807	195.409	382	3.960	<b>283.558</b>	18.137	55.370	71	1.163	<b>74.741</b>
Maranhão	39.101	124.702	228	2.051	<b>166.082</b>	28.265	108.881	232	1.431	<b>138.809</b>
Paraíba	18.722	39.491	169	1.055	<b>59.437</b>	8.408	17.157	65	423	<b>26.053</b>
Pernambuco	43.020	88.960	244	1.184	<b>133.408</b>	29.771	71.977	128	987	<b>102.863</b>
Piauí	15.735	64.853	178	2.592	<b>83.358</b>	8.031	36.553	120	1.230	<b>45.934</b>
Rio Grande do Norte	19.406	37.768	120	547	<b>57.841</b>	4.434	10.010	26	152	<b>14.622</b>
Sergipe	12.178	35.473	141	750	<b>48.542</b>	6.038	22.014	78	483	<b>28.613</b>
Sudeste	663.831	1.180.822	2.367	15.191	<b>1.862.211</b>	212.966	443.282	882	5.284	<b>662.414</b>
Espírito Santo	12.807	38.194	62	328	<b>51.391</b>	12.721	45.191	113	374	<b>58.399</b>
Minas Gerais	97.929	275.400	637	5.216	<b>379.182</b>	16.322	56.920	144	1.172	<b>74.558</b>
Rio de Janeiro	194.451	360.882	630	5.380	<b>561.343</b>	79.313	168.820	233	2.306	<b>250.672</b>
São Paulo	358.644	506.346	1.038	4.267	<b>870.295</b>	104.610	172.351	392	1.432	<b>278.785</b>
Sul	164.696	84.041	731	1.028	<b>250.496</b>	129.487	74.252	700	793	<b>205.232</b>
Paraná	69.905	40.643	251	521	<b>111.320</b>	33.199	22.621	136	228	<b>56.184</b>
Rio Grande do Sul	74.083	35.439	399	434	<b>110.355</b>	73.410	42.049	481	416	<b>116.356</b>
Santa Catarina	20.708	7.959	81	73	<b>28.821</b>	22.878	9.582	83	149	<b>32.692</b>
Centro-Oeste	14.241	36.481	139	854	<b>51.715</b>	35.776	98.189	285	2.152	<b>136.402</b>
Distrito Federal	8.916	22.903	106	610	<b>32.535</b>	25.803	62.887	194	1.555	<b>90.439</b>
Goiás	719	1.360	1	25	<b>2.105</b>	144	405	-	4	<b>553</b>
Mato Grosso do Sul	968	2.904	4	28	<b>3.904</b>	610	2.067	23	14	<b>2.714</b>
Mato Grosso	3.638	9.314	28	191	<b>13.171</b>	9.219	32.830	68	579	<b>42.696</b>

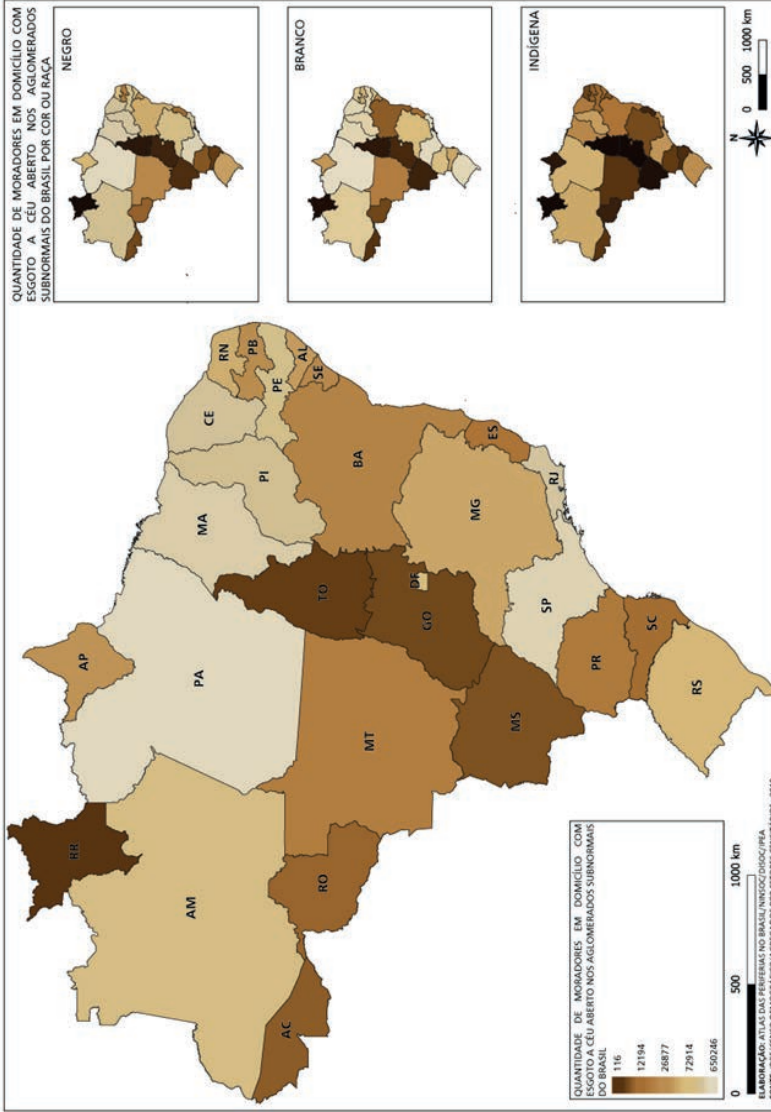
Fonte: IBGE.

Elaboração: *Atlas das Periferias no Brasil*/Ninsoc/Disoc/Ipea.

Nota: <sup>1</sup> O IBGE restringe os dados em setores censitários com menos de cinco domicílios particulares permanentes para proteger os dados dos informantes. Dessa forma, os resultados para algumas categorias são aproximados e a soma desses dados não é igual ao número de residentes.



MAPA 8  
Brasil: quantidade de moradores em domicílios com esgoto a céu aberto em aglomerados subnormais (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

TABELA 7

**Brasil e UFs: moradores em domicílios particulares permanentes aglomerados subnormais segundo presença de esgoto a céu aberto no entorno do domicílio segundo raça/cor (2010)**

Localização	Existência de esgoto a céu aberto <sup>1</sup>									
	Sim					Não				
	Branços	Negros	Indígenas	Amarelos	Total	Branços	Negros	Indígenas	Amarelos	Total
<b>Brasil</b>	<b>528.981</b>	<b>1.444.374</b>	<b>4.086</b>	<b>20.376</b>	<b>1.997.817</b>	<b>1.432.011</b>	<b>2.894.797</b>	<b>9.739</b>	<b>41.005</b>	<b>4.377.552</b>
Norte	167.472	616.445	1.958	6.143	<b>792.018</b>	196.771	680.013	3.637	8.034	<b>888.455</b>
Acre	1.595	5.615	28	214	<b>7.452</b>	5.049	15.692	37	653	<b>21.431</b>
Amazonas	18.408	72.171	835	794	<b>92.208</b>	43.424	168.960	2.303	2.206	<b>216.893</b>
Amapá	6.283	23.858	10	206	<b>30.357</b>	1.753	5.940	4	44	<b>7.741</b>
Pará	138.801	505.644	1.074	4.727	<b>650.246</b>	137.025	456.468	1.112	4.388	<b>598.993</b>
Rondônia	2.293	8.748	11	183	<b>11.235</b>	8.081	27.583	100	489	<b>36.253</b>
Roraima	15	100	-	1	<b>116</b>	117	623	56	10	<b>806</b>
Tocantins	77	309	-	18	<b>404</b>	1.322	4.747	25	244	<b>6.338</b>
Nordeste	151.146	466.018	1.200	9.716	<b>628.080</b>	224.617	659.641	1.926	12.186	<b>898.370</b>
Alagoas	11.751	29.743	114	467	<b>42.075</b>	5.771	15.768	48	264	<b>21.851</b>
Bahia	2.568	21.983	124	446	<b>25.121</b>	20.620	149.547	658	2.717	<b>173.542</b>
Ceará	30.895	85.924	131	1.883	<b>118.833</b>	71.049	164.855	322	3.240	<b>239.466</b>
Maranhão	29.585	107.786	221	1.549	<b>139.141</b>	37.781	125.797	239	1.933	<b>165.750</b>
Paraíba	8.558	17.742	109	468	<b>26.877</b>	18.572	38.906	125	1.010	<b>58.613</b>
Pernambuco	28.000	66.445	111	909	<b>95.465</b>	44.791	94.492	261	1.262	<b>140.806</b>
Piauí	20.367	87.145	261	3.197	<b>110.970</b>	3.399	14.261	37	625	<b>18.322</b>
Rio Grande do Norte	13.715	29.093	59	396	<b>43.263</b>	10.125	18.685	87	303	<b>29.200</b>
Sergipe	5.707	20.157	70	401	<b>26.335</b>	12.509	37.330	149	832	<b>50.820</b>
Sudeste	130.213	257.667	486	2.843	<b>391.209</b>	746.573	1.366.424	2.763	17.632	<b>2.133.392</b>
Espírito Santo	3.709	13.586	19	86	<b>17.400</b>	21.819	69.799	156	616	<b>92.390</b>
Minas Gerais	9.304	32.792	64	529	<b>42.689</b>	104.947	299.528	717	5.859	<b>411.051</b>
Rio de Janeiro	40.009	84.541	168	1.201	<b>125.919</b>	233.755	445.161	695	6.485	<b>686.096</b>
São Paulo	77.191	126.748	235	1.027	<b>205.201</b>	386.052	551.936	1.195	4.672	<b>943.855</b>
Sul	54.772	33.991	305	356	<b>89.424</b>	239.411	124.302	1.126	1.465	<b>366.304</b>
Paraná	11.473	7.375	51	86	<b>18.985</b>	91.631	55.889	336	663	<b>148.519</b>
Rio Grande do Sul	35.878	21.943	232	192	<b>58.245</b>	111.615	55.545	648	658	<b>168.466</b>
Santa Catarina	7.421	4.673	22	78	<b>12.194</b>	36.165	12.868	142	144	<b>49.319</b>
Centro-Oeste	25.378	70.253	137	1.318	<b>97.086</b>	24.639	64.417	287	1.688	<b>91.031</b>
Distrito Federal	20.249	51.492	108	1.065	<b>72.914</b>	14.470	34.298	192	1.100	<b>50.060</b>
Goiás	137	404	-	4	<b>545</b>	726	1.361	1	25	<b>2.113</b>
Mato Grosso do Sul	125	501	1	9	<b>636</b>	1.453	4.470	26	33	<b>5.982</b>
Mato Grosso	4.867	17.856	28	240	<b>22.991</b>	7.990	24.288	68	530	<b>32.876</b>

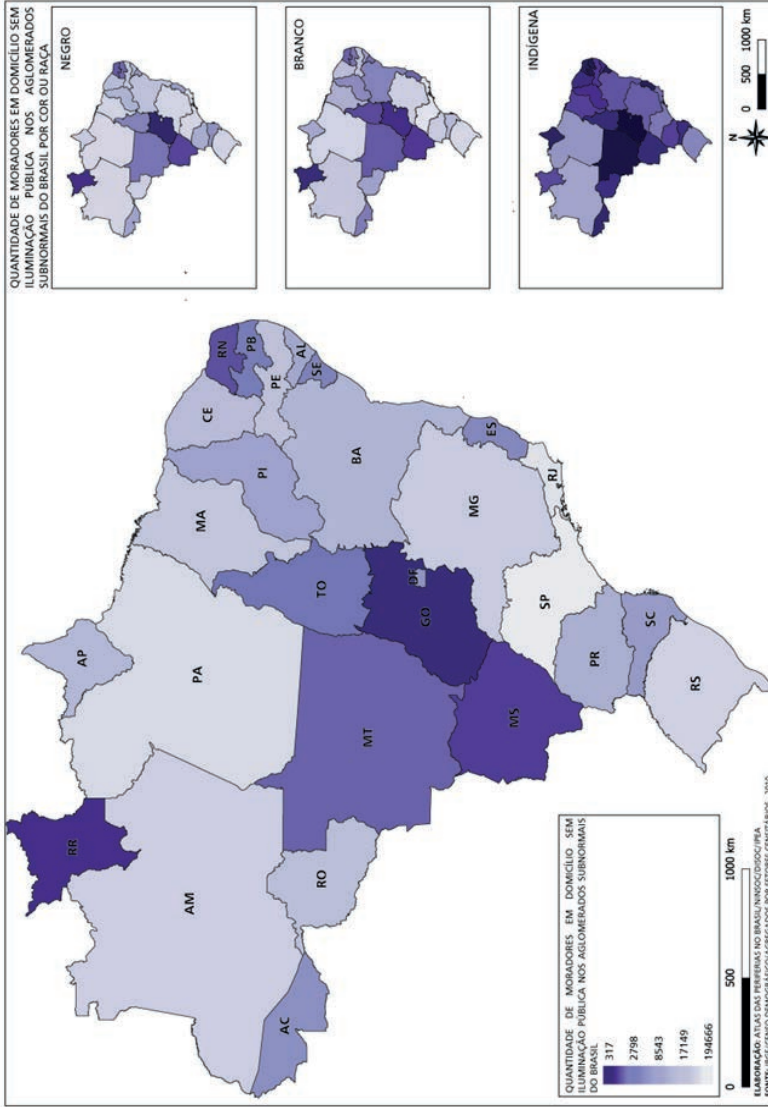
Fonte: IBGE.

Elaboração: Atlas das Periferias no Brasil/Ninsoc/Disoc/lpea.

Nota: <sup>1</sup> O IBGE restringe os dados em setores censitários com menos de cinco domicílios particulares permanentes para proteger os dados dos informantes. Dessa forma, os resultados para algumas categorias são aproximados e a soma desses dados não é igual ao número de residentes.

MAPA 9

Brasil: quantidade de moradores em domicílios sem iluminação pública em aglomerados subnormais (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

TABELA 8

**Brasil e UFs: moradores em domicílios particulares permanentes aglomerados subnormais segundo presença de iluminação pública no entorno do domicílio segundo raça/cor (2010)**

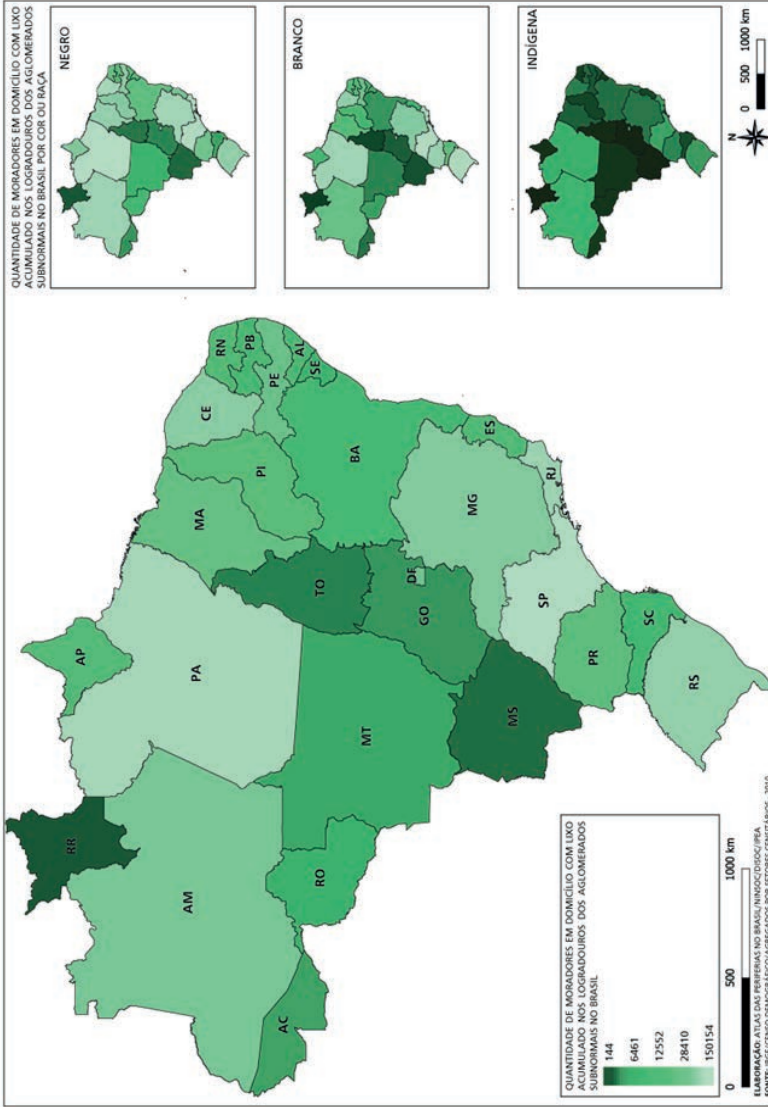
Localização	Existência de iluminação pública <sup>1</sup>									
	Sim					Não				
	Branços	Negros	Indígenas	Amarelos	Total	Branços	Negros	Indígenas	Amarelos	Total
<b>Brasil</b>	<b>1.721.330</b>	<b>3.799.449</b>	<b>10.652</b>	<b>55.066</b>	<b>5.586.497</b>	<b>239.685</b>	<b>539.752</b>	<b>3.173</b>	<b>6.315</b>	<b>788.925</b>
Norte	321.480	1.117.176	3.380	12.293	<b>1.454.329</b>	42.763	179.282	2.215	1.884	<b>226.144</b>
Acre	5.723	17.711	55	742	<b>24.231</b>	921	3.596	10	125	<b>4.652</b>
Amazonas	54.525	206.404	1.327	2.642	<b>264.898</b>	7.307	34.727	1.811	358	<b>44.203</b>
Amapá	4.766	17.245	6	187	<b>22.204</b>	3.270	12.553	8	63	<b>15.894</b>
Pará	248.359	850.046	1.884	8.108	<b>1.108.397</b>	27.467	112.066	302	1.007	<b>140.842</b>
Rondônia	7.129	22.652	95	463	<b>30.339</b>	3.245	13.679	16	209	<b>17.149</b>
Roraima	50	255	1	-	<b>306</b>	82	468	55	11	<b>616</b>
Tocantins	928	2.863	12	151	<b>3.954</b>	471	2.193	13	111	<b>2.788</b>
Nordeste	354.661	1.052.187	2.928	20.687	<b>1.430.463</b>	21.102	73.472	198	1.215	<b>95.987</b>
Alagoas	14.438	37.657	144	636	<b>52.875</b>	3.084	7.854	18	95	<b>11.051</b>
Bahia	21.784	159.250	724	2.976	<b>184.734</b>	1.404	12.280	58	187	<b>13.929</b>
Ceará	97.643	238.643	437	4.893	<b>341.616</b>	4.301	12.136	16	230	<b>16.683</b>
Maranhão	63.639	218.221	407	3.285	<b>285.552</b>	3.727	15.362	53	197	<b>19.339</b>
Paraíba	26.219	54.816	232	1.425	<b>82.692</b>	911	1.832	2	53	<b>2.798</b>
Pernambuco	68.102	148.457	350	2.029	<b>218.938</b>	4.689	12.480	22	142	<b>17.333</b>
Piauí	22.300	94.601	279	3.569	<b>120.749</b>	1.466	6.805	19	253	<b>8.543</b>
Rio Grande do Norte	23.170	46.078	141	682	<b>70.071</b>	670	1.700	5	17	<b>2.392</b>
Sergipe	17.366	54.464	214	1.192	<b>73.236</b>	850	3.023	5	41	<b>3.919</b>
Sudeste	746.801	1.375.642	2.856	17.745	<b>2.143.044</b>	130.008	248.479	393	2.730	<b>381.610</b>
Espírito Santo	24.683	79.825	170	677	<b>105.355</b>	845	3.560	5	25	<b>4.435</b>
Minas Gerais	106.513	306.121	710	5.808	<b>419.152</b>	7.738	26.199	71	580	<b>34.588</b>
Rio de Janeiro	225.248	431.747	719	6.409	<b>664.123</b>	48.528	97.972	144	1.277	<b>147.921</b>
São Paulo	390.357	557.949	1.257	4.851	<b>954.414</b>	72.897	120.748	173	848	<b>194.666</b>
Sul	250.915	127.476	1.096	1.529	<b>381.016</b>	43.268	30.817	335	292	<b>74.712</b>
Paraná	95.647	57.814	334	676	<b>154.471</b>	7.457	5.450	53	73	<b>13.033</b>
Rio Grande do Sul	115.776	54.781	614	665	<b>171.836</b>	31.717	22.707	266	185	<b>54.875</b>
Santa Catarina	39.492	14.881	148	188	<b>54.709</b>	4.094	2.660	16	34	<b>6.804</b>
Centro-Oeste	47.473	126.968	392	2.812	<b>177.645</b>	2.544	7.702	32	194	<b>10.472</b>
Distrito Federal	32.991	80.884	282	2.036	<b>116.193</b>	1.728	4.906	18	129	<b>6.781</b>
Goiás	752	1.561	1	27	<b>2.341</b>	111	204	-	2	<b>317</b>
Mato Grosso do Sul	1.414	4.245	14	30	<b>5.703</b>	164	726	13	12	<b>915</b>
Mato Grosso	12.316	40.278	95	719	<b>53.408</b>	541	1.866	1	51	<b>2.459</b>

Fonte: IBGE.

Elaboração: *Atlas das Periferias no Brasil*/Ninsoc/Disoc/Ipea.

Nota: <sup>1</sup> O IBGE restringe os dados em setores censitários com menos de cinco domicílios particulares permanentes para proteger os dados dos informantes. Dessa forma, os resultados para algumas categorias são aproximados e a soma desses dados não é igual ao número de residentes.

MAPA 10  
Brasil: quantidade de moradores em domicílios com lixo acumulado em aglomerados subnormais (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

TABELA 9

**Brasil e UFs: moradores em domicílios particulares permanentes aglomerados subnormais segundo presença de lixo acumulado no entorno do domicílio segundo raça/cor (2010)**

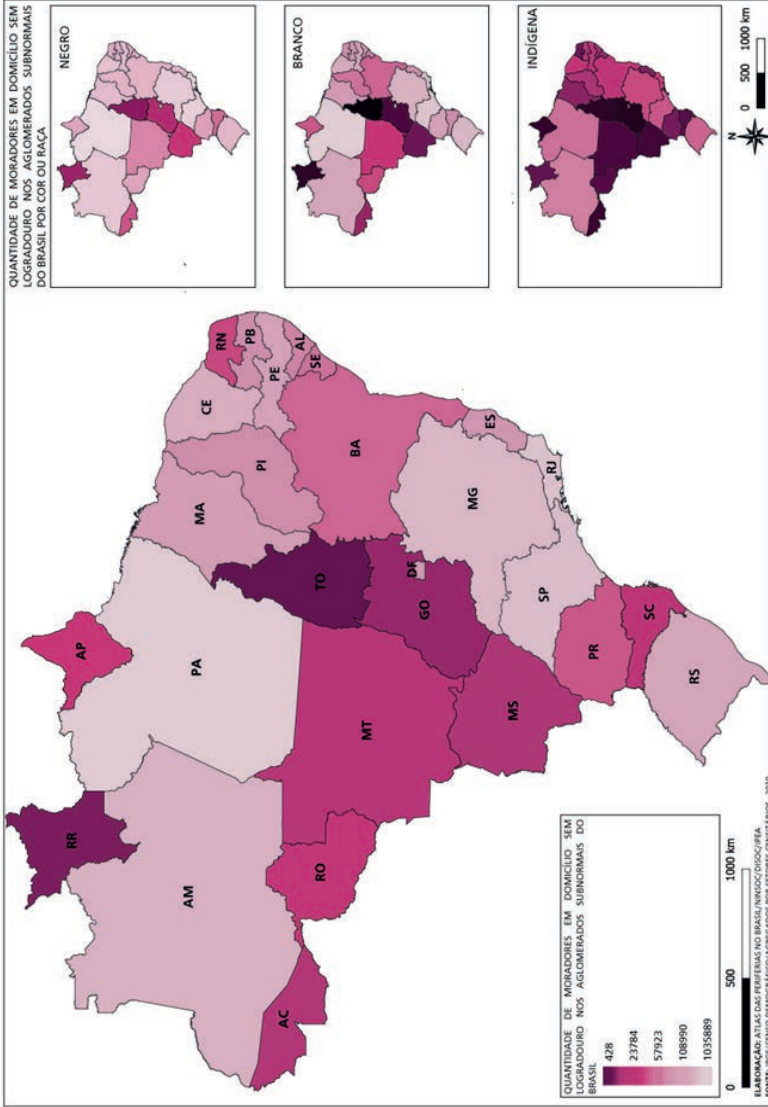
Localização	Existência de lixo acumulado <sup>1</sup>									
	Sim					Não				
	Branco	Negro	Indígenas	Amarelo	Total	Branco	Negro	Indígenas	Amarelo	Total
<b>Brasil</b>	<b>249.800</b>	<b>548.688</b>	<b>1.758</b>	<b>7.422</b>	<b>807.668</b>	<b>1.711.192</b>	<b>3.790.483</b>	<b>12.067</b>	<b>53.959</b>	<b>5.567.701</b>
Norte	41.015	156.431	653	1.727	<b>199.826</b>	323.228	1.140.027	4.942	12.450	<b>1.480.647</b>
Acre	927	2.949	16	125	<b>4.017</b>	5.717	18.358	49	742	<b>24.866</b>
Amazonas	6.188	27.407	402	349	<b>34.346</b>	55.644	213.724	2.736	2.651	<b>274.755</b>
Amapá	3.291	12.655	5	74	<b>16.025</b>	4.745	17.143	9	176	<b>22.073</b>
Pará	29.218	107.704	223	1.040	<b>138.185</b>	246.608	854.408	1.963	8.075	<b>1.111.054</b>
Rondônia	1.269	5.087	6	99	<b>6.461</b>	9.105	31.244	105	573	<b>41.027</b>
Roraima	20	124	-	-	<b>144</b>	112	599	56	11	<b>778</b>
Tocantins	102	505	1	40	<b>648</b>	1.297	4.551	24	222	<b>6.094</b>
Nordeste	42.185	131.062	296	2.483	<b>176.026</b>	333.578	994.597	2.830	19.419	<b>1.350.424</b>
Alagoas	3.189	8.264	28	115	<b>11.596</b>	14.333	37.247	134	616	<b>52.330</b>
Bahia	1.208	8.668	43	162	<b>10.081</b>	21.980	162.862	739	3.001	<b>188.582</b>
Ceará	12.381	34.430	69	721	<b>47.601</b>	89.563	216.349	384	4.402	<b>310.698</b>
Maranhão	4.456	21.375	33	296	<b>26.160</b>	62.910	212.208	427	3.186	<b>278.731</b>
Paraíba	3.431	7.713	36	171	<b>11.351</b>	23.699	48.935	198	1.307	<b>74.139</b>
Pernambuco	7.956	20.200	29	225	<b>28.410</b>	64.835	140.737	343	1.946	<b>207.861</b>
Piauí	3.312	14.306	25	522	<b>18.165</b>	20.454	87.100	273	3.300	<b>111.127</b>
Rio Grande do Norte	4.182	9.084	17	127	<b>13.410</b>	19.658	38.694	129	572	<b>59.053</b>
Sergipe	2.070	7.022	16	144	<b>9.252</b>	16.146	50.465	203	1.089	<b>67.903</b>
Sudeste	101.350	198.088	412	2.286	<b>302.136</b>	775.436	1.426.003	2.837	18.189	<b>2.222.465</b>
Espírito Santo	2.564	9.889	25	74	<b>12.552</b>	22.964	73.496	150	628	<b>97.238</b>
Minas Gerais	10.933	33.091	68	575	<b>44.667</b>	103.318	299.229	713	5.813	<b>409.073</b>
Rio de Janeiro	29.724	64.025	116	898	<b>94.763</b>	244.040	465.677	747	6.788	<b>717.252</b>
São Paulo	58.129	91.083	203	739	<b>150.154</b>	405.114	587.601	1.227	4.960	<b>998.902</b>
Sul	54.265	34.656	297	359	<b>89.577</b>	239.918	123.637	1.134	1.462	<b>366.151</b>
Paraná	12.693	9.379	85	145	<b>22.302</b>	90.411	53.885	302	604	<b>145.202</b>
Rio Grande do Sul	36.110	21.250	186	185	<b>57.731</b>	111.383	56.238	694	665	<b>168.980</b>
Santa Catarina	5.462	4.027	26	29	<b>9.544</b>	38.124	13.514	138	193	<b>51.969</b>
Centro-Oeste	10.985	28.451	100	567	<b>40.103</b>	39.032	106.219	324	2.439	<b>148.014</b>
Distrito Federal	9.560	23.445	94	502	<b>33.601</b>	25.159	62.345	206	1.663	<b>89.373</b>
Goiás	199	632	-	6	<b>837</b>	664	1.133	1	23	<b>1.821</b>
Mato Grosso do Sul	103	307	-	6	<b>416</b>	1.475	4.664	27	36	<b>6.202</b>
Mato Grosso	1.123	4.067	6	53	<b>5.249</b>	11.734	38.077	90	717	<b>50.618</b>

Fonte: IBGE.

Elaboração: *Atlas das Periferias no Brasil*/Ninsoc/Disoc/Ipea.

Nota: <sup>1</sup> O IBGE restringe os dados em setores censitários com menos de cinco domicílios particulares permanentes para proteger os dados dos informantes. Dessa forma, os resultados para algumas categorias são aproximados e a soma desses dados não é igual ao número de residentes.

MAPA 11  
Brasil: quantidade de moradores em domicílios sem logradouro em aglomerados subnormais (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

TABELA 10

**Brasil e UFs: moradores em domicílios particulares permanentes aglomerados subnormais segundo presença de identificação no logradouro do domicílio segundo raça/cor (2010)**

Localização	Existência de identificação do logradouro <sup>1</sup>									
	Sim					Não				
	Branco	Negro	Indígena	Amarelo	Total	Branco	Negro	Indígena	Amarelo	Total
<b>Brasil</b>	<b>921.201</b>	<b>1.779.467</b>	<b>5.039</b>	<b>26.820</b>	<b>2.732.527</b>	<b>1.039.827</b>	<b>2.559.737</b>	<b>8.786</b>	<b>34.561</b>	<b>3.642.911</b>
Norte	76.862	256.130	837	3.595	<b>337.424</b>	287.381	1.040.328	4.758	10.582	<b>1.343.049</b>
Acre	5.088	15.278	47	623	<b>21.036</b>	1.556	6.029	18	244	<b>7.847</b>
Amazonas	15.781	57.740	345	702	<b>74.568</b>	46.051	183.391	2.793	2.298	<b>234.533</b>
Amapá	1.331	4.018	3	39	<b>5.391</b>	6.705	25.780	11	211	<b>32.707</b>
Pará	49.551	161.675	349	1.775	<b>213.350</b>	226.275	800.437	1.837	7.340	<b>1.035.889</b>
Rondônia	3.775	12.706	75	202	<b>16.758</b>	6.599	23.625	36	470	<b>30.730</b>
Roraima	4	3	-	-	<b>7</b>	128	720	56	11	<b>915</b>
Tocantins	1.332	4.710	18	254	<b>6.314</b>	67	346	7	8	<b>428</b>
Nordeste	166.076	523.660	1.490	10.282	<b>701.508</b>	209.687	601.999	1.636	11.620	<b>824.942</b>
Alagoas	999	2.509	-	31	<b>3.539</b>	16.523	43.002	162	700	<b>60.387</b>
Bahia	16.293	122.410	540	2.309	<b>141.552</b>	6.895	49.120	242	854	<b>57.111</b>
Ceará	45.510	102.856	185	2.137	<b>150.688</b>	56.434	147.923	268	2.986	<b>207.611</b>
Maranhão	44.750	148.590	318	2.243	<b>195.901</b>	22.616	84.993	142	1.239	<b>108.990</b>
Paraíba	6.336	11.706	49	414	<b>18.505</b>	20.794	44.942	185	1.064	<b>66.985</b>
Pernambuco	27.763	56.541	151	759	<b>85.214</b>	45.028	104.396	221	1.412	<b>151.057</b>
Piauí	11.543	49.204	128	1.746	<b>62.621</b>	12.223	52.202	170	2.076	<b>66.671</b>
Rio Grande do Norte	8.217	15.735	57	247	<b>24.256</b>	15.623	32.043	89	452	<b>48.207</b>
Sergipe	4.665	14.109	62	396	<b>19.232</b>	13.551	43.378	157	837	<b>57.923</b>
Sudeste	510.058	871.924	1.878	10.736	<b>1.394.596</b>	366.764	752.200	1.371	9.739	<b>1.130.074</b>
Espírito Santo	9.629	29.179	50	257	<b>39.115</b>	15.899	54.206	125	445	<b>70.675</b>
Minas Gerais	52.827	146.318	382	2.846	<b>202.373</b>	61.424	186.002	399	3.542	<b>251.367</b>
Rio de Janeiro	139.128	256.927	471	3.809	<b>400.335</b>	134.661	272.795	392	3.877	<b>411.725</b>
São Paulo	308.474	439.500	975	3.824	<b>752.773</b>	154.780	239.197	455	1.875	<b>396.307</b>
Sul	147.734	73.199	642	867	<b>222.442</b>	146.449	85.094	789	954	<b>233.286</b>
Paraná	73.637	42.418	268	521	<b>116.844</b>	29.467	20.846	119	228	<b>50.660</b>
Rio Grande do Sul	45.985	21.389	265	230	<b>67.869</b>	101.508	56.099	615	620	<b>158.842</b>
Santa Catarina	28.112	9.392	109	116	<b>37.729</b>	15.474	8.149	55	106	<b>23.784</b>
Centro-Oeste	20.471	54.554	192	1.340	<b>76.557</b>	29.546	80.116	232	1.666	<b>111.560</b>
Distrito Federal	11.518	29.189	126	851	<b>41.684</b>	23.201	56.601	174	1.314	<b>81.290</b>
Goiás	541	777	1	16	<b>1.335</b>	322	988	-	13	<b>1.323</b>
Mato Grosso do Sul	447	829	1	12	<b>1.289</b>	1.131	4.142	26	30	<b>5.329</b>
Mato Grosso	7.965	23.759	64	461	<b>32.249</b>	4.892	18.385	32	309	<b>23.618</b>

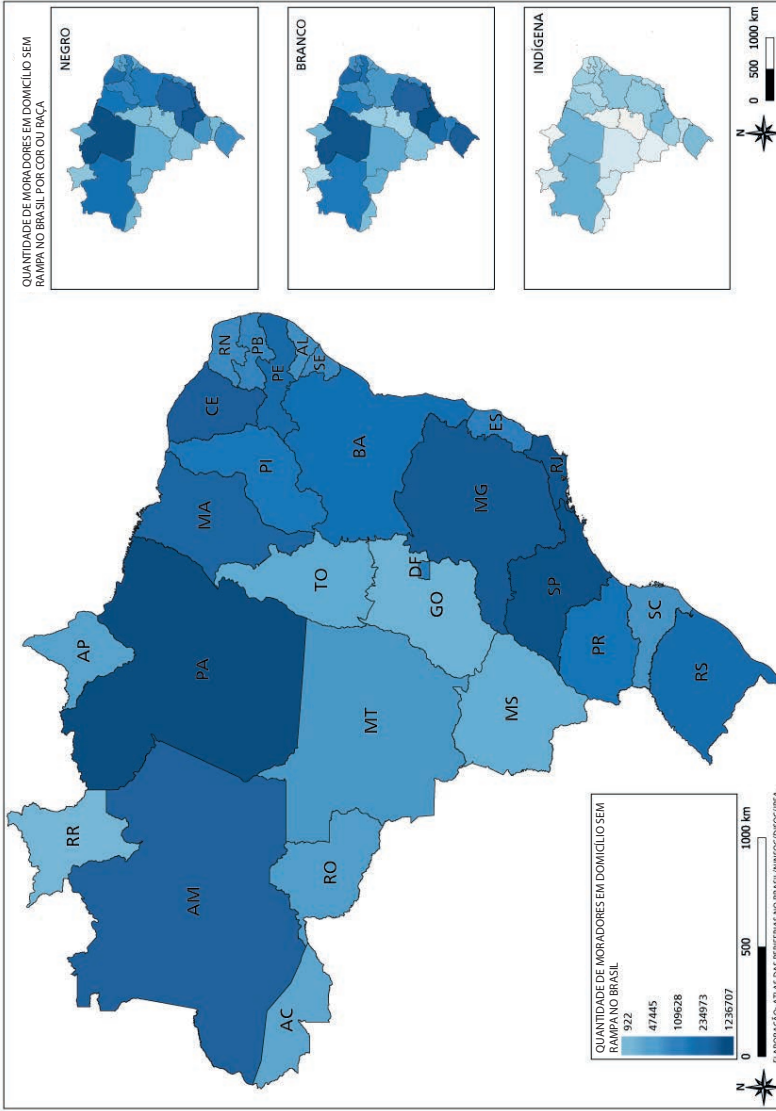
Fonte: IBGE.

Elaboração: *Atlas das Periferias no Brasil*/Ninsoc/Disoc/Ipea.

Nota: <sup>1</sup> O IBGE restringe os dados em setores censitários com menos de cinco domicílios particulares permanentes para proteger os dados dos informantes. Dessa forma, os resultados para algumas categorias são aproximados e a soma desses dados não é igual ao número de residentes.



MAPA 12  
Brasil: quantidade de moradores em domicílios sem rampa em aglomerados subnormais (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

TABELA 11

**Brasil e UFs: moradores em domicílios particulares permanentes aglomerados subnormais segundo presença de rampa para cadeirante no entorno do domicílio segundo raça/cor (2010)**

Localização	Existência de rampa para cadeirante <sup>1</sup>									
	Sim					Não				
	Branços	Negros	Indígenas	Amarelos	Total	Branços	Negros	Indígenas	Amarelos	Total
<b>Brasil</b>	<b>15.614</b>	<b>24.468</b>	<b>59</b>	<b>356</b>	<b>40.497</b>	<b>1.945.378</b>	<b>4.314.703</b>	<b>13.766</b>	<b>61.025</b>	<b>6.334.872</b>
Norte	3.632	9.607	31	116	<b>13.386</b>	360.611	1.286.851	5.564	14.061	<b>1.667.087</b>
Acre	19	83	-	-	<b>102</b>	6.625	21.224	65	867	<b>28.781</b>
Amazonas	174	520	6	9	<b>709</b>	61.658	240.611	3.132	2.991	<b>308.392</b>
Amapá	-	-	-	-	<b>0</b>	8.036	29.798	14	250	<b>38.098</b>
Pará	3.426	8.974	25	107	<b>12.532</b>	272.400	953.138	2.161	9.008	<b>1.236.707</b>
Rondônia	13	30	-	-	<b>43</b>	10.361	36.301	111	672	<b>47.445</b>
Roraima	-	-	-	-	<b>0</b>	132	723	56	11	<b>922</b>
Tocantins	-	-	-	-	<b>0</b>	1.399	5.056	25	262	<b>6.742</b>
Nordeste	1.910	4.479	10	119	<b>6.518</b>	373.853	1.121.180	3.116	21.783	<b>1.519.932</b>
Alagoas	34	45	-	1	<b>80</b>	17.488	45.466	162	730	<b>63.846</b>
Bahia	95	414	-	10	<b>519</b>	23.093	171.116	782	3.153	<b>198.144</b>
Ceará	476	981	-	21	<b>1.478</b>	101.468	249.798	453	5.102	<b>356.821</b>
Maranhão	183	407	-	11	<b>601</b>	67.183	233.176	460	3.471	<b>304.290</b>
Paraíba	267	505	2	9	<b>783</b>	26.863	56.143	232	1.469	<b>84.707</b>
Pernambuco	459	817	1	21	<b>1.298</b>	72.332	160.120	371	2.150	<b>234.973</b>
Piauí	118	507	1	26	<b>652</b>	23.648	100.899	297	3.796	<b>128.640</b>
Rio Grande do Norte	98	171	5	4	<b>278</b>	23.742	47.607	141	695	<b>72.185</b>
Sergipe	180	632	1	16	<b>829</b>	18.036	56.855	218	1.217	<b>76.326</b>
Sudeste	5.378	8.023	17	95	<b>13.513</b>	871.408	1.616.068	3.232	20.380	<b>2.511.088</b>
Espírito Santo	44	116	-	2	<b>162</b>	25.484	83.269	175	700	<b>109.628</b>
Minas Gerais	358	802	-	11	<b>1.171</b>	113.893	331.518	781	6.377	<b>452.569</b>
Rio de Janeiro	1.576	2.516	4	44	<b>4.140</b>	272.188	527.186	859	7.642	<b>807.875</b>
São Paulo	3.400	4.589	13	38	<b>8.040</b>	459.843	674.095	1.417	5.661	<b>1.141.016</b>
Sul	4.474	2.079	1	15	<b>6.569</b>	289.709	156.214	1.430	1.806	<b>449.159</b>
Paraná	3.151	1.598	-	11	<b>4.760</b>	99.953	61.666	387	738	<b>162.744</b>
Rio Grande do Sul	1.113	450	1	4	<b>1.568</b>	146.380	77.038	879	846	<b>225.143</b>
Santa Catarina	210	31	-	-	<b>241</b>	43.376	17.510	164	222	<b>61.272</b>
Centro-Oeste	220	280	0	11	<b>511</b>	49.797	134.390	424	2.995	<b>187.606</b>
Distrito Federal	-	8	-	-	<b>8</b>	34.719	85.782	300	2.165	<b>122.966</b>
Goiás	-	-	-	-	<b>0</b>	863	1.765	1	29	<b>2.658</b>
Mato Grosso do Sul	137	106	-	6	<b>249</b>	1.441	4.865	27	36	<b>6.369</b>
Mato Grosso	83	166	-	5	<b>254</b>	12.774	41.978	96	765	<b>55.613</b>

Fonte: IBGE.

Elaboração: Atlas das Periferias no Brasil/Ninsoc/Disoc/lpea.

Nota: <sup>1</sup> O IBGE restringe os dados em setores censitários com menos de cinco domicílios particulares permanentes para proteger os dados dos informantes. Dessa forma, os resultados para algumas categorias são aproximados e a soma desses dados não é igual ao número de residentes.

## CAPÍTULO 4

### **REGIÃO CENTRO-OESTE**

Distrito Federal

Brasília e entorno (Novo Gama)

Mato Grosso

Cuiabá

Mato Grosso do Sul

Corumbá

## BOX 3

**LETRAMENTO RACIAL, EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E O PROJETO AFROCIENTISTA EM GOIÂNIA: POTENCIALIDADES PERIFÉRICAS NEGRAS INSUBMISSAS**Anna M. Canavarro Benite<sup>1</sup>Gustavo Augusto Assis Faustino<sup>2</sup>Morgana Abranches Bastos<sup>3</sup>Marysson J. Rodrigues Camargo<sup>4</sup>

As políticas de ações afirmativas são conquistas de lutas históricas do movimento negro brasileiro. São estratégias que superam a retórica ilusória da democracia racial, traduzindo-se em ações reais que visam modificar as condições de vida da população negra. Além disso, indicam ainda que o Brasil é um país em que a categoria raça funciona como um mecanismo de alocação de pessoas na estrutura social. Portanto, concebe-se o racismo, neste excerto, como um sistema de opressão que opera em diferentes frentes, a saber, os níveis pessoal, interpessoal e institucional da vida social, que abrangem formas de violências físicas, culturais e simbólicas e impactam sobremaneira as trajetórias de vida da maioria da população brasileira (Werneck, 2013).

Um dos indicadores que reafirmam a necessidade de implementação de ações de discriminação positiva – e, aqui, cabe destacar a Lei nº 10.639/2003, que impôs a inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica – é a baixa presença negra nos cursos de graduação e pós-graduação, especialmente nas áreas de ciências exatas, naturais e suas tecnologias, que, indubitavelmente, são etapas que substancializam a formação de quadros de cientistas em um país. Entre os fatores que obstaculizam a chegada e a estadia negra na universidade pública – local onde se produz cerca de 95% da ciência brasileira<sup>5</sup> – sobressaem os econômicos e a construção de imaginário acerca da população negra (Souza *et al.*, 2019). Este último refere-se à representatividade de negros e negras nesse campo do saber em que, em geral, tem sido tolhida pela rarefeita presença desse grupo como pesquisadores(as) dessas áreas e pelos inúmeros estereótipos, preconceitos e discriminações raciais que afastam, simbolicamente, os(as) jovens negros(as), levando-os(as) a não optar pelas carreiras científicas.

---

1. Professora associada no Coletivo Ciata, do Laboratório de Pesquisas em Educação Química e Inclusão do Instituto de Química da Universidade Federal de Goiás (LPEQI/IQ/UFG).

2. Licenciando em química; e pesquisador de iniciação científica no Coletivo Ciata/LPEQI/IQ/UFG.

3. Mestre em química; e pesquisadora no Coletivo Ciata/LPEQI/IQ/UFG.

4. Doutorando em química; e colaborador no Coletivo Ciata/LPEQI/IQ/UFG.

5. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/noticias-antiores/item/3799-universidades-publicas-realizam-mais-de-95-da-ciencia-no-brasil>>.

Em contrapartida, um contingente organizado de cientistas negros(as) vem se mobilizando para mudar essa realidade. Em 2018, a Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN) firmou parceria com o Instituto Unibanco no Projeto Afrocientista, que tem sido desenvolvido e monitorado pelos núcleos de estudos afro-brasileiros (NEABs), núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas (NEABIs) e grupos correlatos que compõem um consórcio nacional.<sup>6</sup>

Em 2019, oito grupos, das diferentes regiões brasileiras, foram selecionados para compor essa iniciativa inédita e transformar as atividades de sala de aula em grandes potências de saberes para a cosmogonia africana e afro-brasileira em todas as áreas de conhecimento. Dessa forma, o Coletivo Ciata, grupo de estudos do LPEQI/IQ/UFG e gerido pela profa. dra. Anna Canavarro Benite, foi um dos grupos selecionados.

Desde 2015, o Coletivo Ciata possui parceira com o Colégio Estadual Solon Amaral (CESA), por meio do projeto Investiga Menina!, que desenvolve ações voltadas para a promoção do ingresso de meninas negras da educação básica pública nas carreiras de exatas, naturais e tecnológicas.<sup>7</sup> Essa escola está situada no setor Vera Cruz II, na região oeste da periferia da Grande Goiânia, com seu escopo de 1.004 estudantes, dos(as) quais 95% são autodeclarados(as) negros(as), sendo 55% mulheres e 45% homens. Foram selecionados treze estudantes – nove meninas e cinco meninos do segundo e terceiro ano do ensino médio – como bolsistas de iniciação científica da ABPN. Todos(as) os(as) alunos(as) foram contemplados mensalmente, por um período de dez meses, com uma bolsa no valor de R\$ 150,00, além de um auxílio-transporte de R\$ 80,00 para realizar o deslocamento entre o CESA e a UFG, uma vez por semana. A figura 1 apresenta a primeira visita dos estudantes na UFG e, importa dizer, que o grupo foi acrescentado por mais duas alunas do ensino médio contempladas com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), totalizando quinze selecionados(as).

---

6. Disponível em: <<http://www.abpn.org>>. Acesso em: 23 fev. 2020.

7. Mais informações em Vargas (2018).

FIGURA 1  
Estudantes do CESA visitando pela primeira vez a UFG



Elaboração do LEQPI.

Os(as) bolsistas foram divididos em três subgrupos, cada qual coordenado por um(a) pesquisador(a) doutorando(a) do Coletivo Ciata, com atividades que incorporavam letramento racial e científico com vistas, sobretudo, a desmistificar a carreira acadêmica, especialmente nas ciências naturais, exatas e engenharias, como uma impossibilidade às pessoas negras. Assim, os(as) estudantes participaram de grupos de estudos e oficinas de saberes, compreendendo a importância dos conhecimentos africano e da diáspora na constituição identitária do Brasil, realizaram visitas técnicas a laboratórios e museu, executaram atividades práticas em laboratório de ensino, participaram de eventos de pesquisa e extensão na UFG etc. O quadro 1 apresenta as especificidades de atuação de cada subgrupo.

QUADRO 1  
Subgrupos do Afrocientista do Coletivo Ciata/Goiânia

Projeto Afrocientista	
Regional Centro-Oeste: Goiânia	
Subgrupo de estudos/dia da semana/coordenador(a)	Atividades
<i>Silkscreen</i> /Segunda-feira/ Mestre (Msc.) Talita Ferreira de Rezende Costa	A arte de <i>silkscreen</i> e os processos químicos; produção de estamparias; roupas africanas; simbologias <i>adinkra</i> ; e tecnologias africanas.
Experimentação problematizadora/Terça-feira/ Msc. Marysson Jonas Rodrigues Camargo	A química no continente africano, berço da humanidade. As carreiras acadêmicas. A ciência e a desconstrução dos estereótipos racistas. Pioneirismo africano. Comunicação crítica e produção de vídeos para uma química antirracista. Problematizando o legado roubado do continente africano e a ciência.
Investiga Menina!/Sexta-feira/Msc. Regina Nobre Vargas	Papéis de gênero, raça e sexualidade na sociedade. O papel das quitandeiras na construção da identidade brasileira. Conheça uma mana da UFG e a escrita de trabalhos científicos.

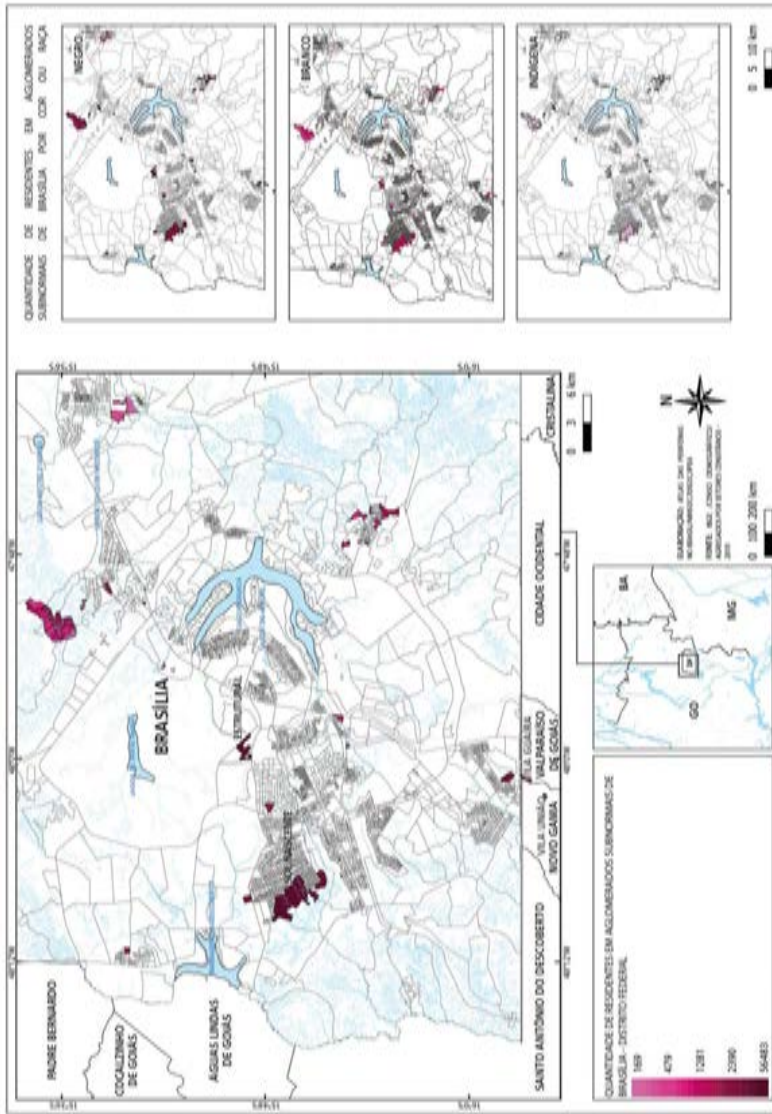
Elaboração dos autores.

Do quadro 1, portanto, depreende-se que as atividades desenvolvidas combinaram educação científica e letramento racial. Ou seja, foram viabilizadas atividades que tangenciaram conceitos científicos, específicos da química, e antirracismo e mais: atividades que aproximaram os(as) bolsistas da universidade e seus espaços de produção e divulgação do conhecimento. Na finalização das atividades do projeto, todos(as) os(as) participantes apresentaram um relato de experiência, em trios, duplas ou individualmente, acerca da temática desenvolvida durante o ano em cada subgrupo de estudos no XVII Encontro Centro-Oeste de Debates sobre o Ensino de Química (XVII Ecodeq), em Goiânia (Goiás), na UFG. Dessa forma, possibilitou-se que os(as) alunos(as) experimentassem etapas do trabalho científico da concepção do problema de pesquisa, desenvolvimento, comunicação e validação com os pares.

Alguns frutos já foram colhidos nessa empreitada. Dos(as) nove bolsistas do projeto, que cursavam o terceiro ano do ensino médio, sete foram classificados(as) no Sistema de Seleção Unificado (Sisu) e no Programa Universidade para Todos (Prouni), ambos do Ministério da Educação de 2020, ou seja, 77,78% de aprovação. Os cursos escolhidos foram: enfermagem, engenharia civil, engenharia da computação, farmácia e geologia. Logo, infere-se que o Projeto Afrocientista pode ter impactado nessas escolhas, e acredita-se que possa influenciar positivamente as trajetórias de vida desses(as) estudantes e suas famílias.

Conclui-se, nesse breve relato, que projetos como esse, com parcerias entre iniciativas pública, privada ou mistas, devem ser multiplicados seja em Goiás, seja em todo o Brasil. É premente que jovens negros e negras possam optar, sem ressalvas, pelas carreiras acadêmicas e, para isso, não se deve prescindir da garantia de oportunidades e condições atreladas à educação antirracista. Assim, entende-se que para dismantelar o racismo estrutural é preciso dispor, também, de estratégias sistêmicas, e a educação científica associada ao letramento racial pode configurar-se como um recurso potencial.

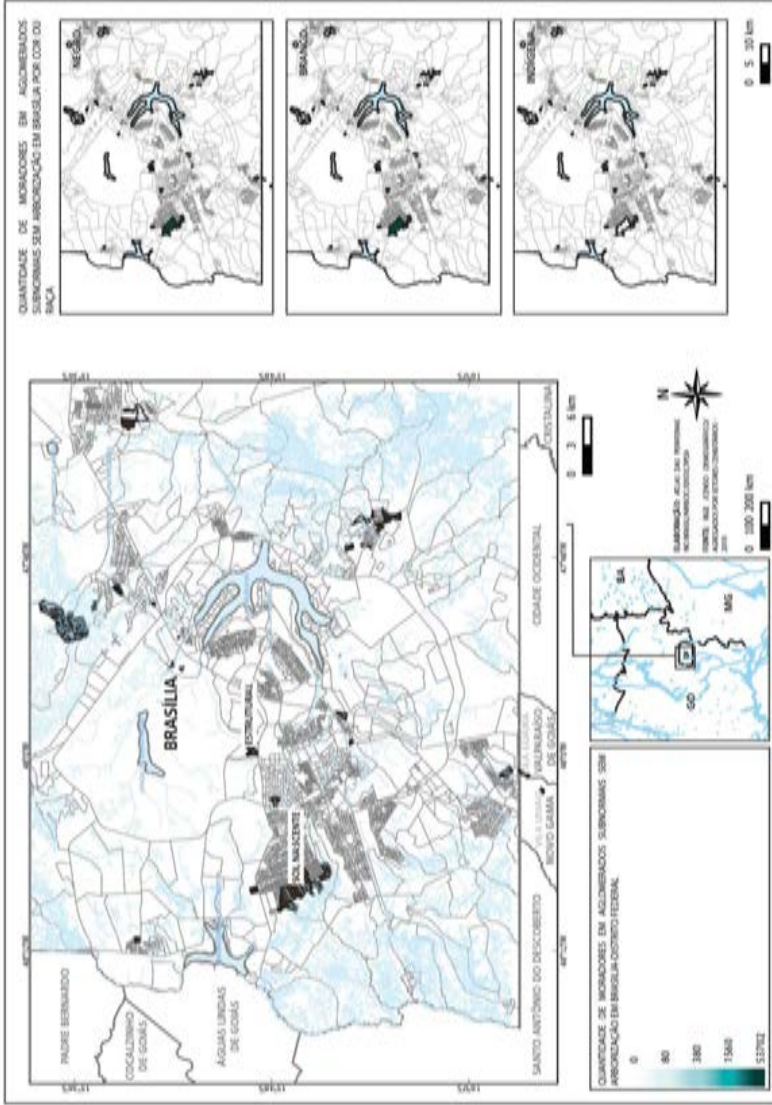
MAPA 1  
 Brasília e entorno (Novo Gama): quantidade de residentes em aglomerados subnormais, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).  
 Elaboração das autoras.

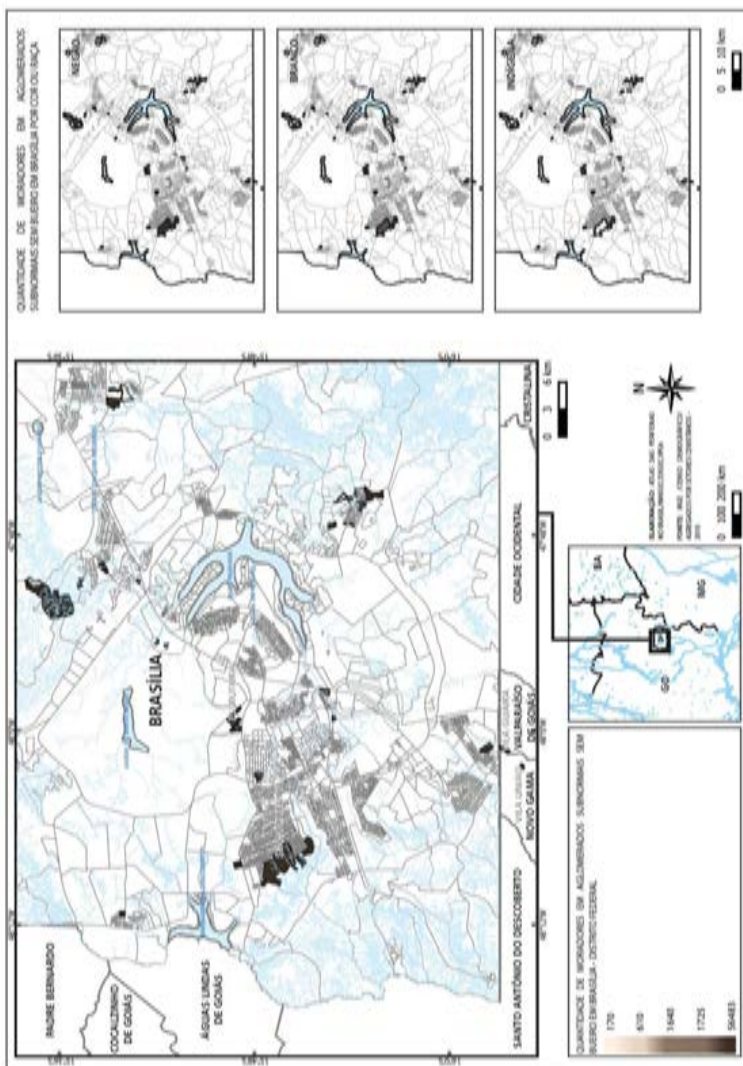


MAPA 2  
Brasília e entorno (Novo Gama): quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem arborização, por raça/cor (2010)



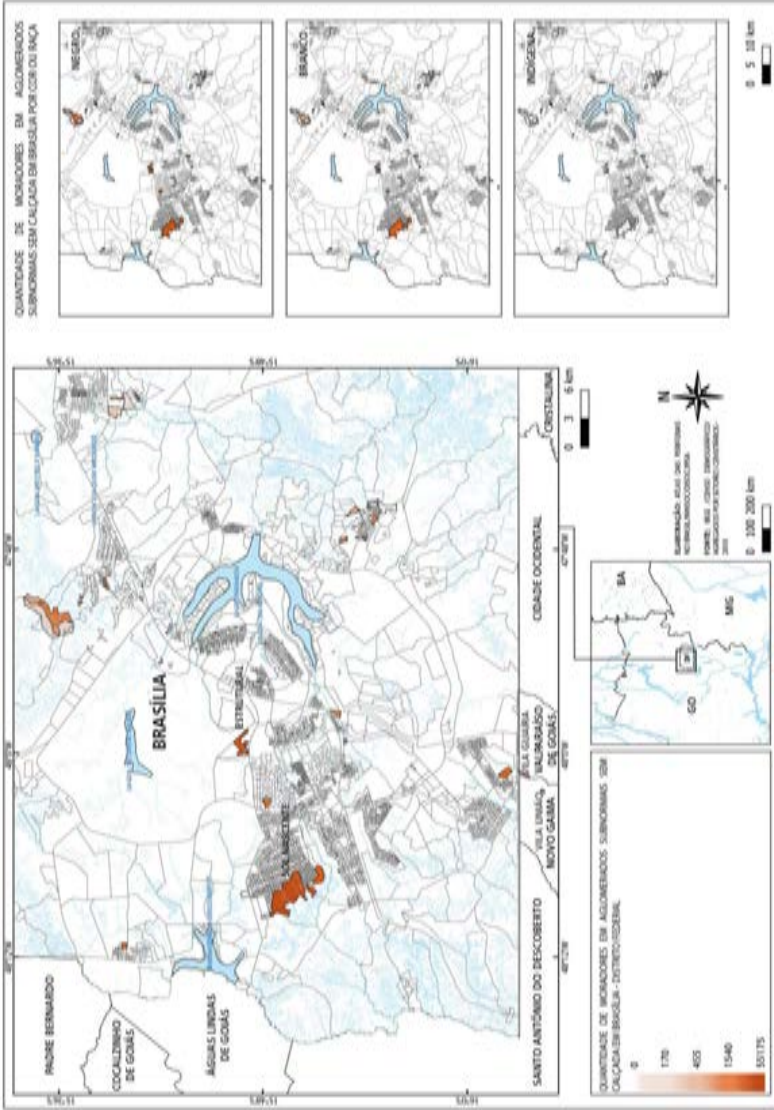
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 3  
 Brasília e entorno (Novo Gama): quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem bueiro, por raça/cor (2010)



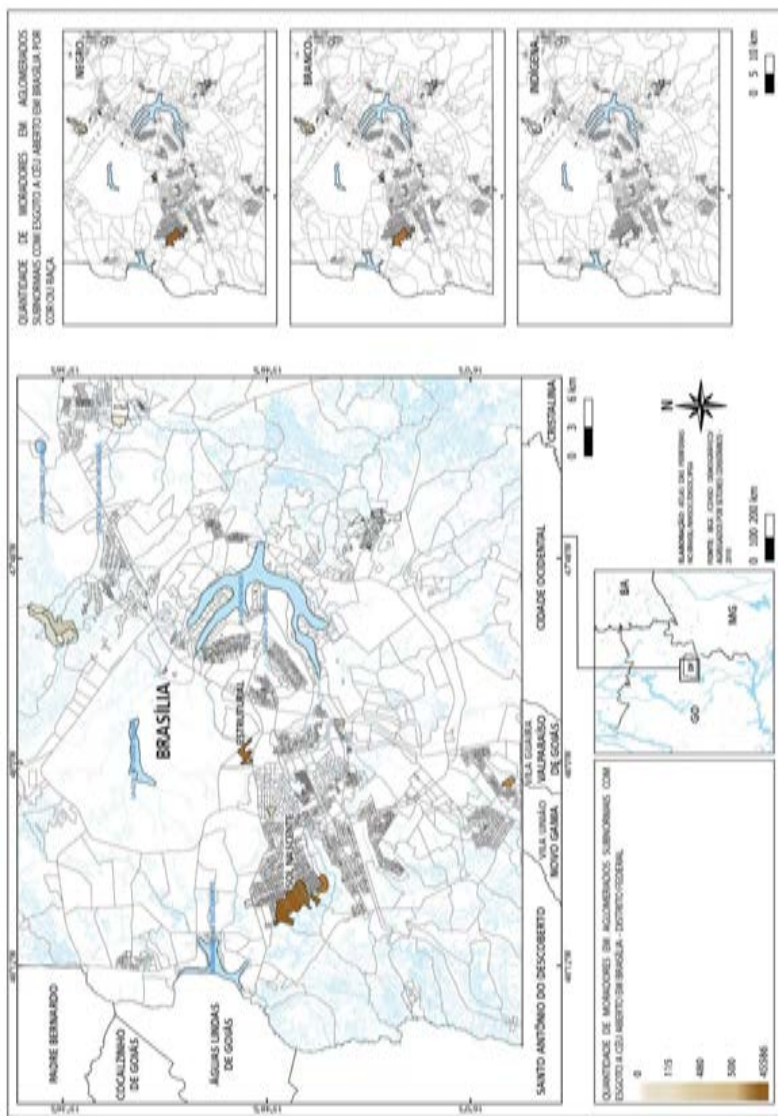
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 4  
Brasília e entorno (Novo Gama): quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem calçada, por raça/cor (2010)



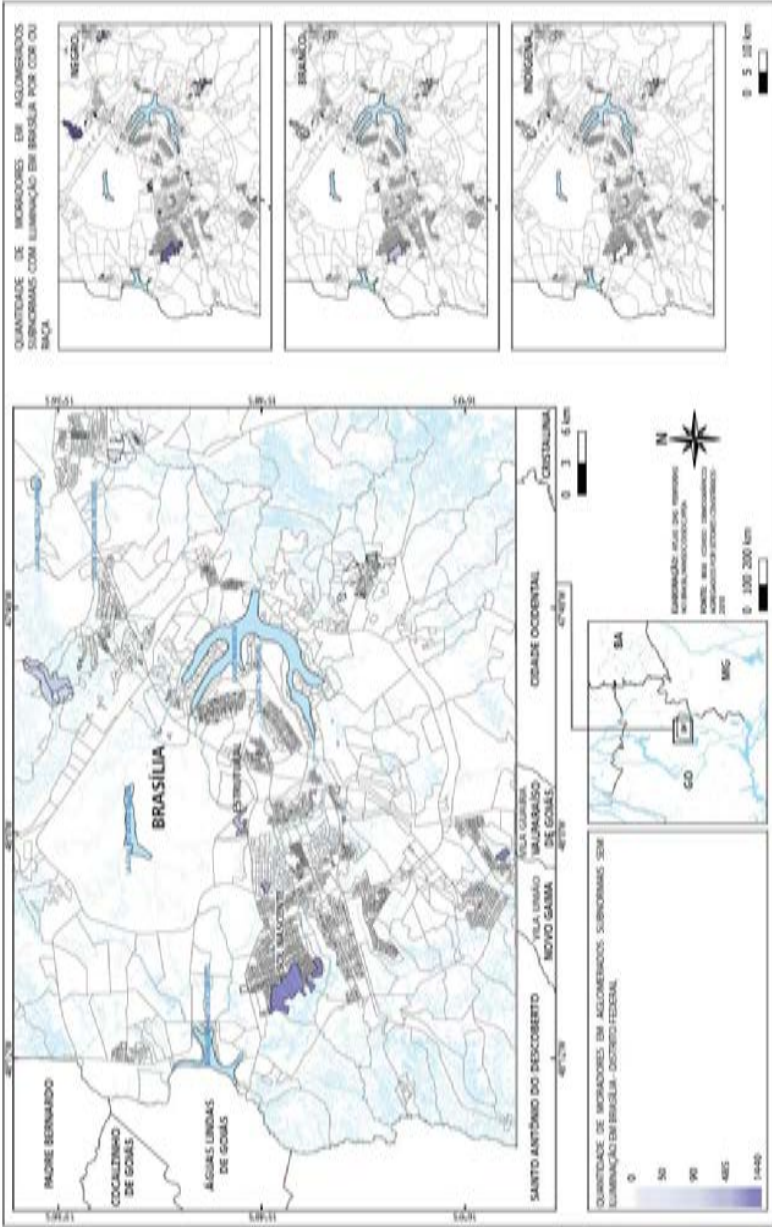
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 5  
 Brasília e entorno (Novo Gama): quantidade de moradores em aglomerados subnormais com esgoto a céu aberto, por raça/cor (2010)



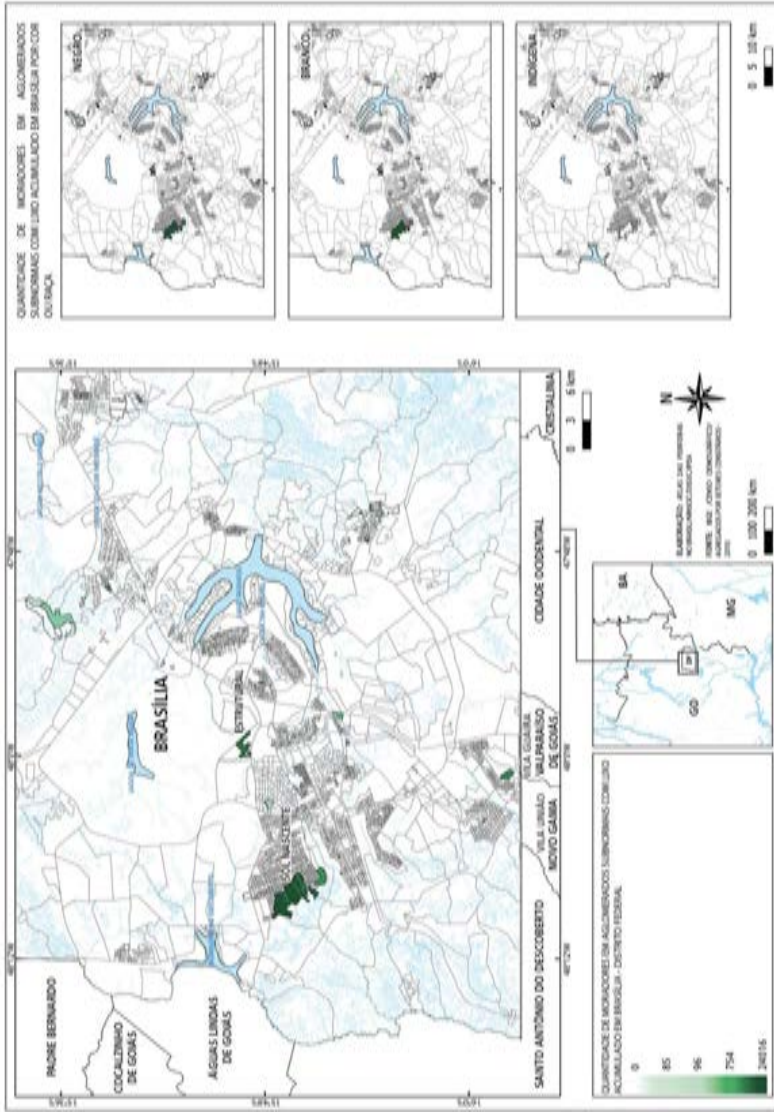
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 6  
 Brasília e entorno (Novo Gama): quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem iluminação, por raça/cor (2010)



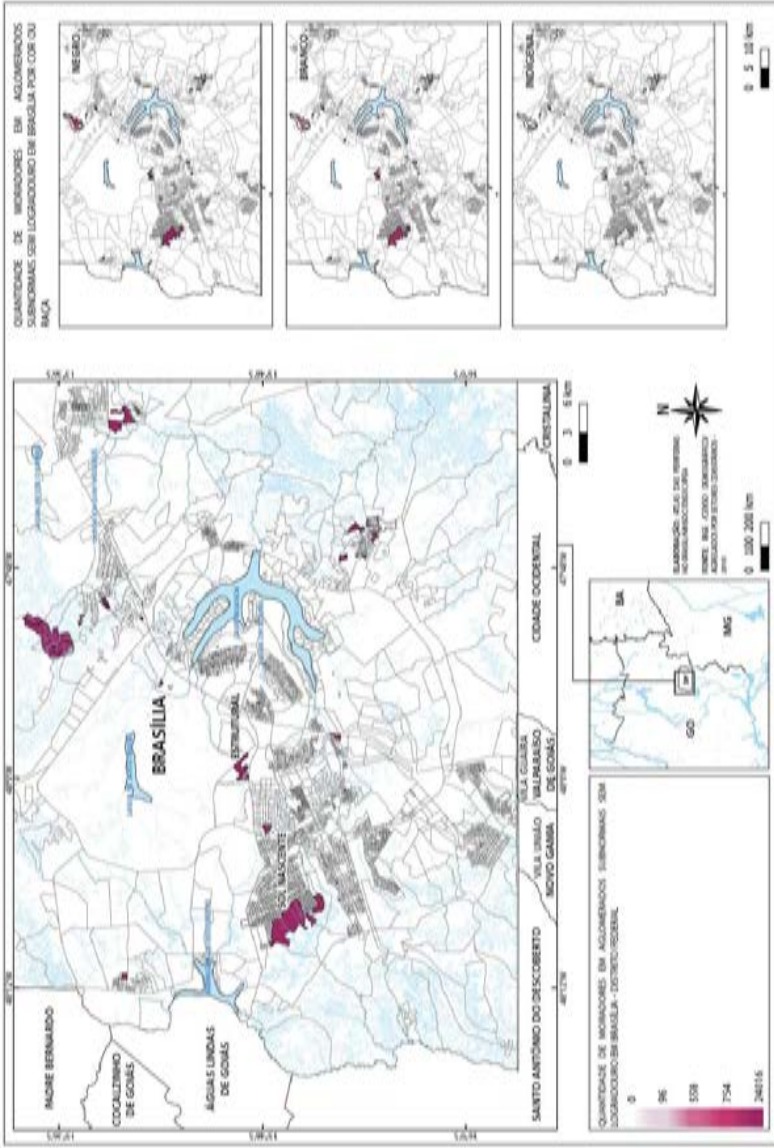
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 7  
Brasília e entorno (Novo Gama): quantidade de moradores em aglomerados subnormais com lixo acumulado, por raça/cor (2010)



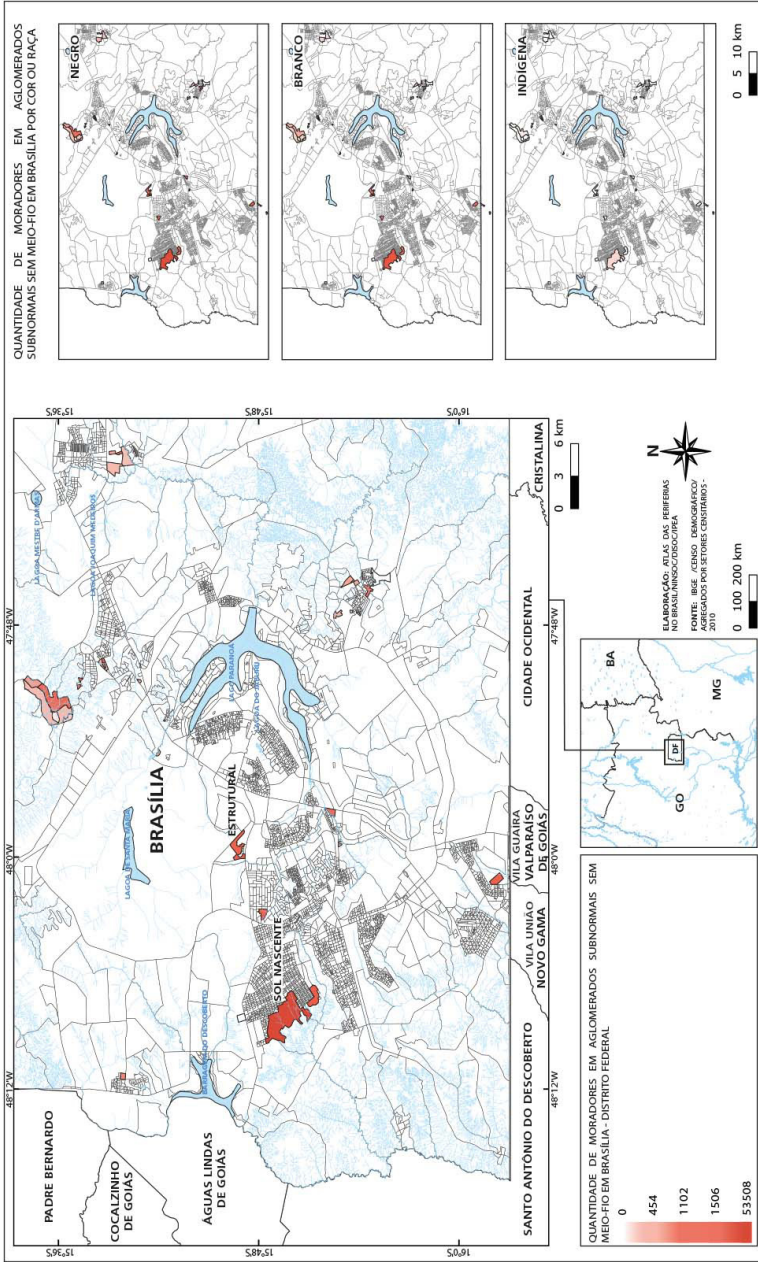
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 8  
 Brasília e entorno (Novo Gama): quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem logradouro, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

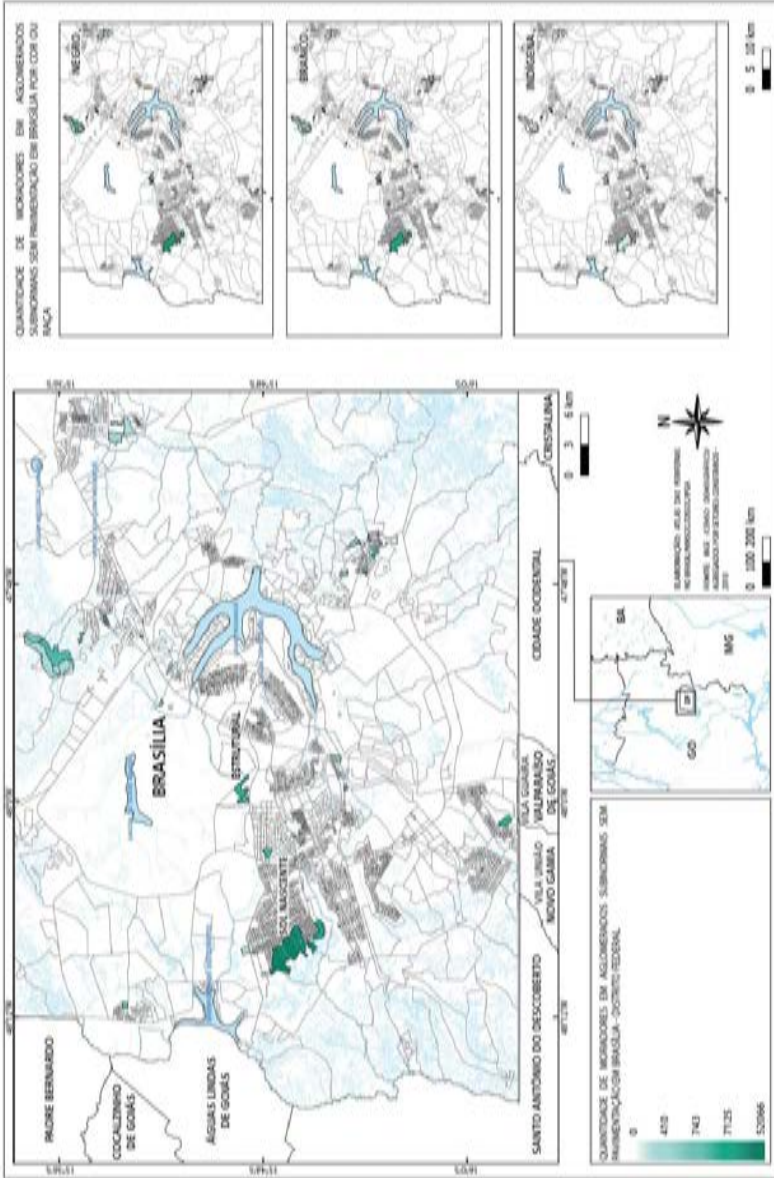
MAPA 9  
 Brasília e entorno (Novo Gama): quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem meio-fio, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE. Elaboração das autoras.

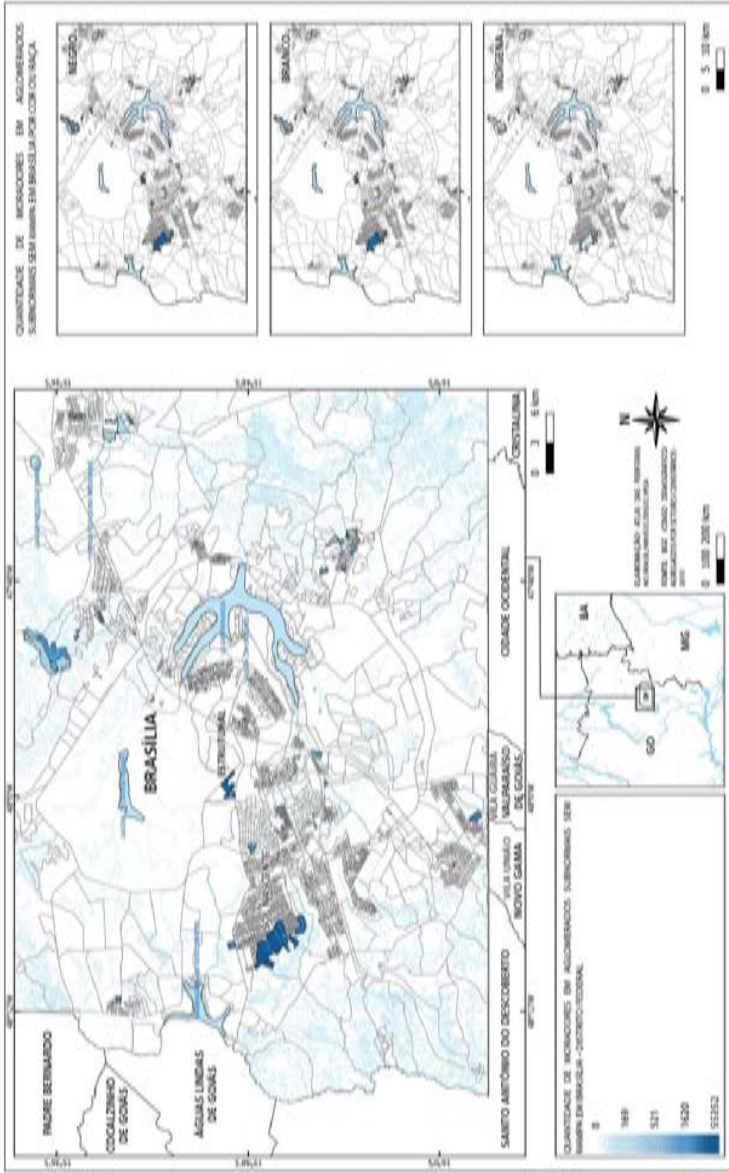


MAPA 10  
 Brasília e entorno (Novo Gama): quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem pavimentação, por raça/cor (2010)



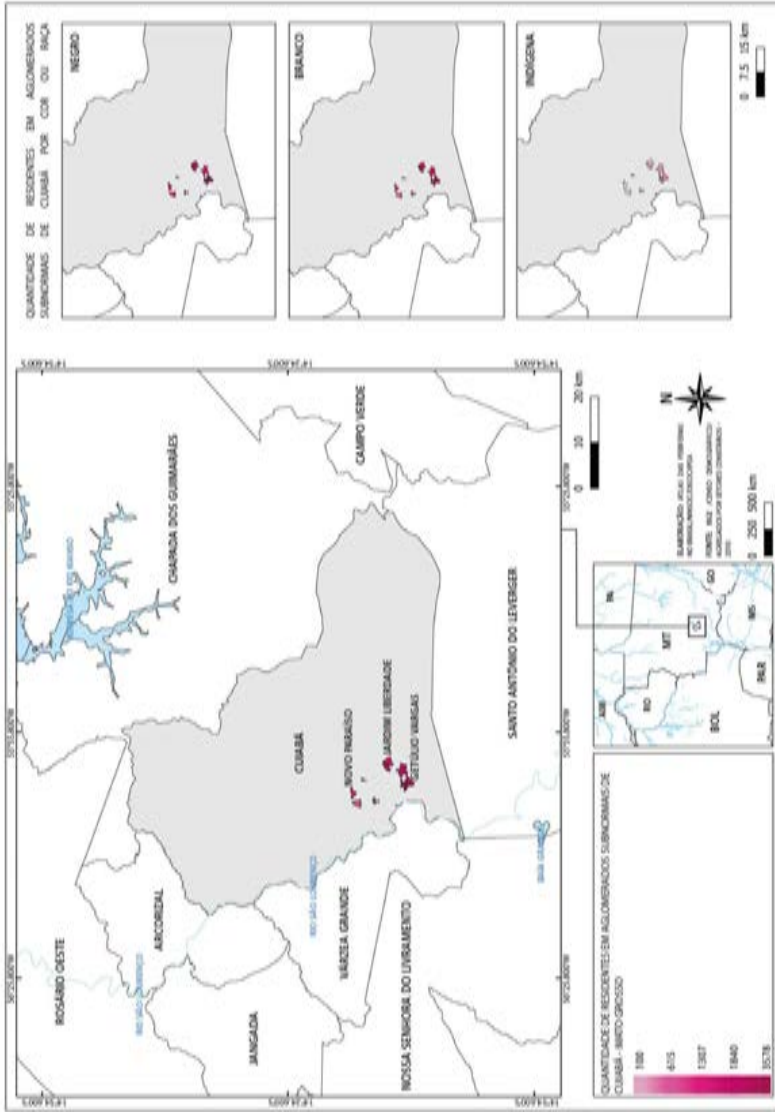
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 11  
Brasília e entorno (Novo Gama): quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem rampa, por raça/cor (2010)



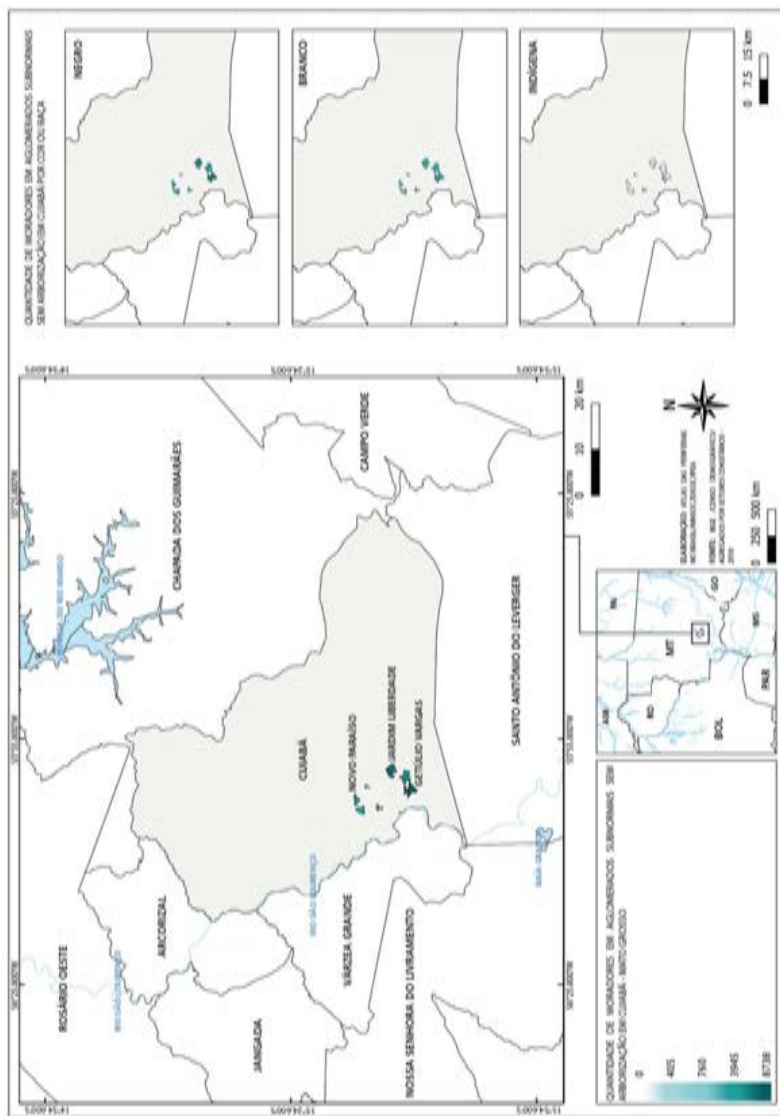
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 12  
 Cuiabá: quantidade de residentes em aglomerados subnormais, por raça/cor (2010)



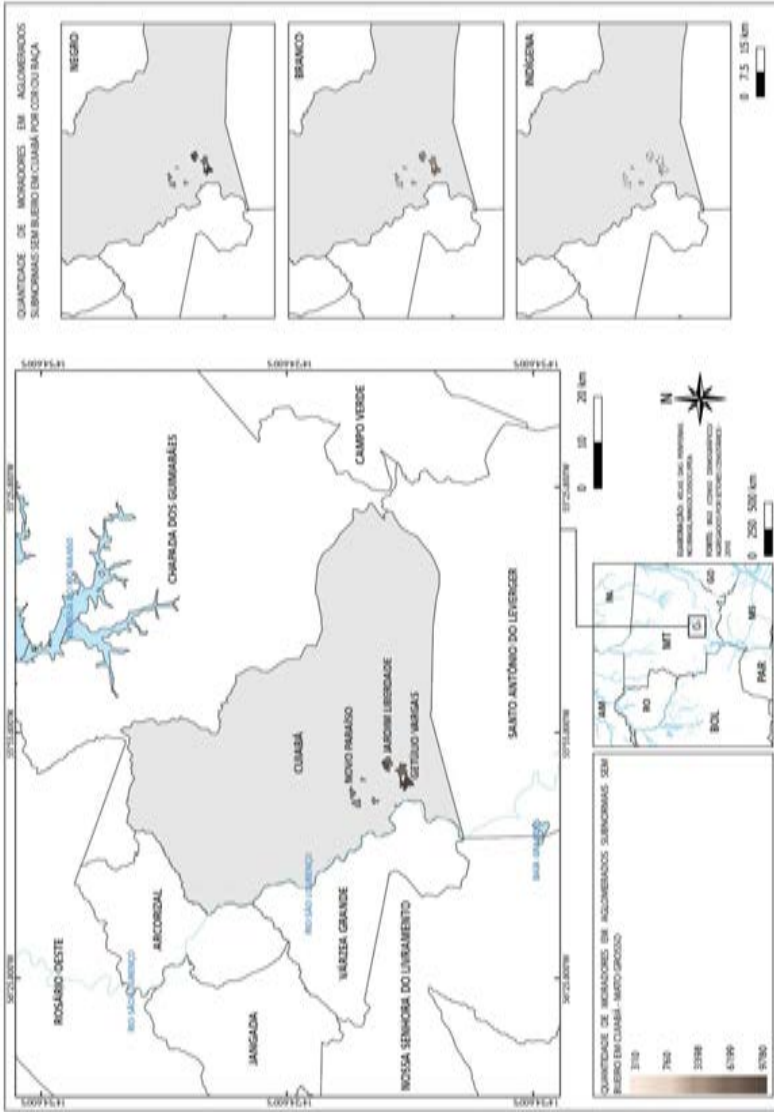
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 13  
 Cuiabá: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem arborização, por raça/cor (2010)



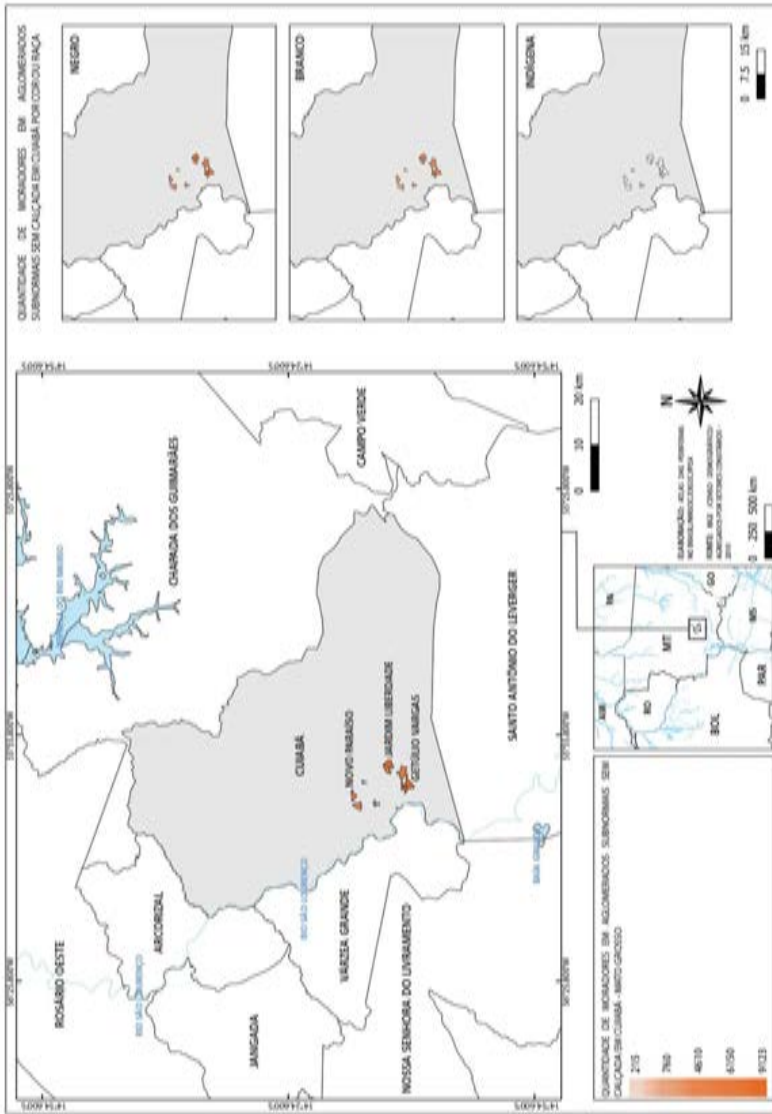
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 14  
Cuiabá: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem bueiro, por raça/cor (2010)



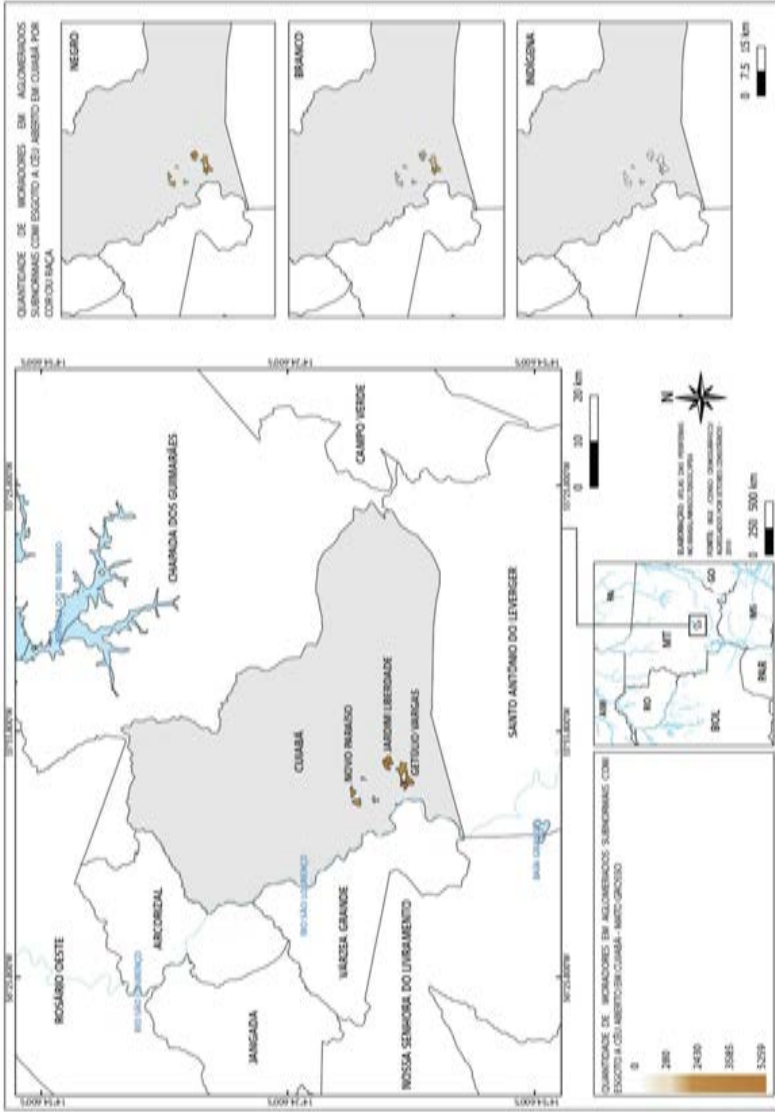
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 15  
Cuiabá: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem calçada, por raça/cor (2010)



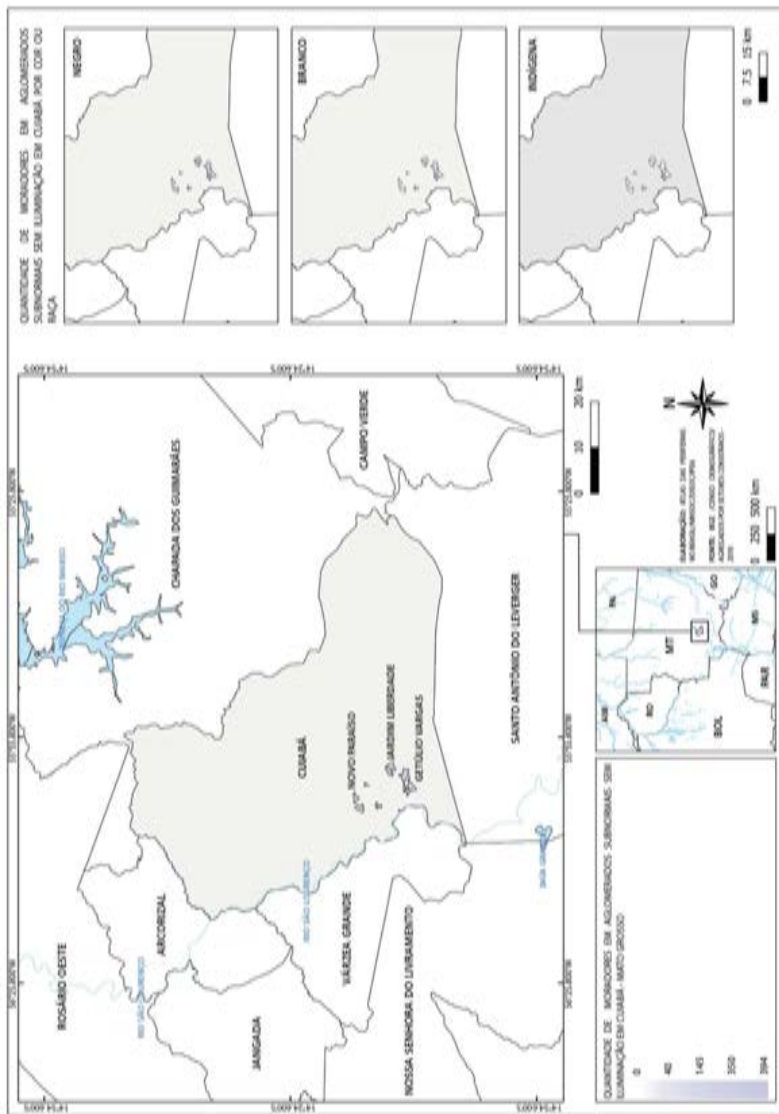
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 16  
Cuiabá: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com esgoto a céu aberto, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

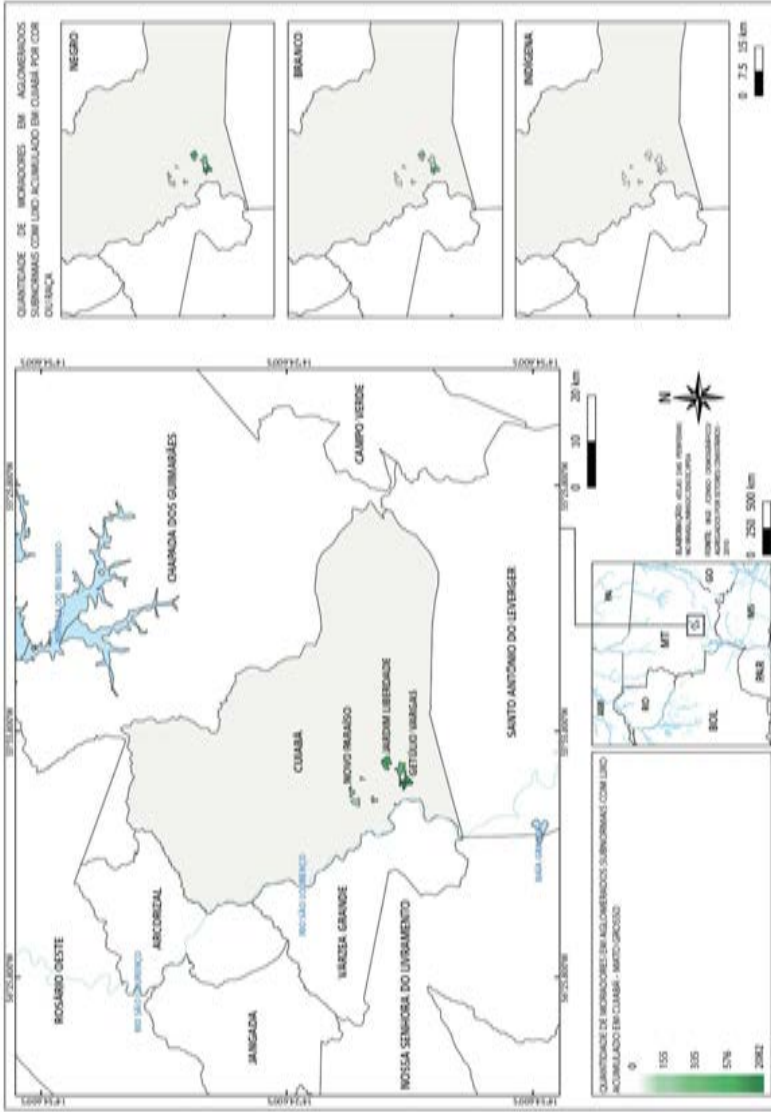
MAPA 17  
Cuiabá: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem iluminação, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

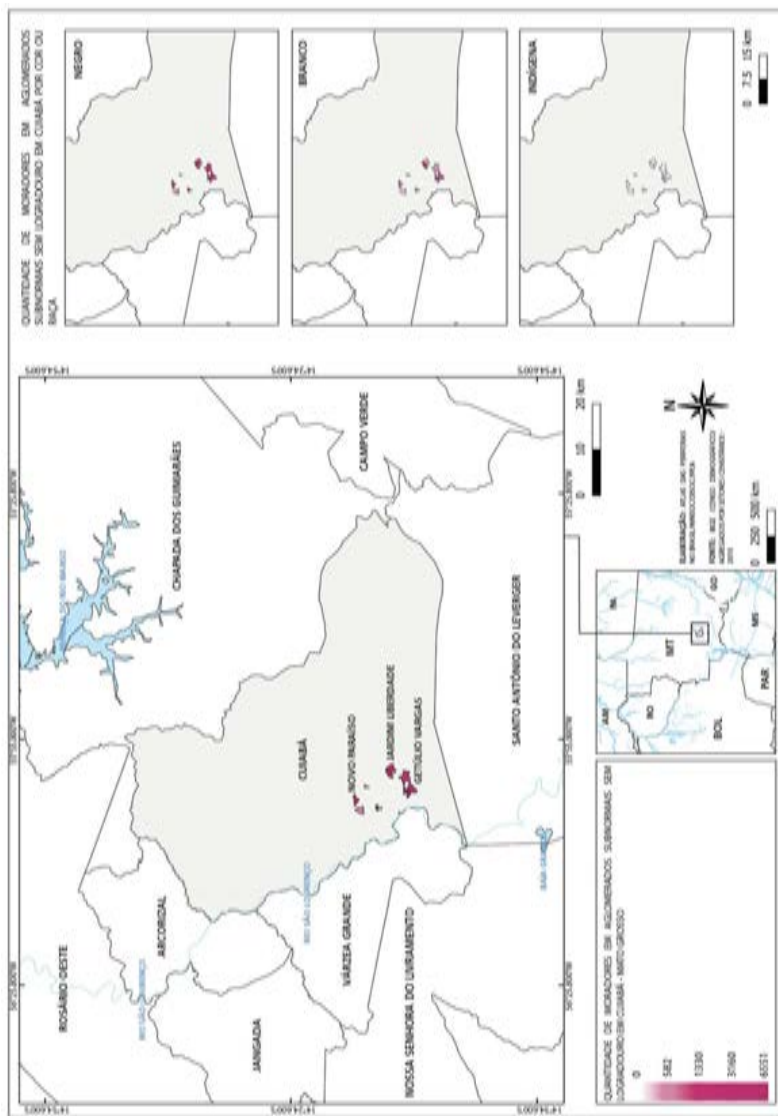


MAPA 18  
Cuiabá: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com lixo acumulado, por raça/cor (2010)



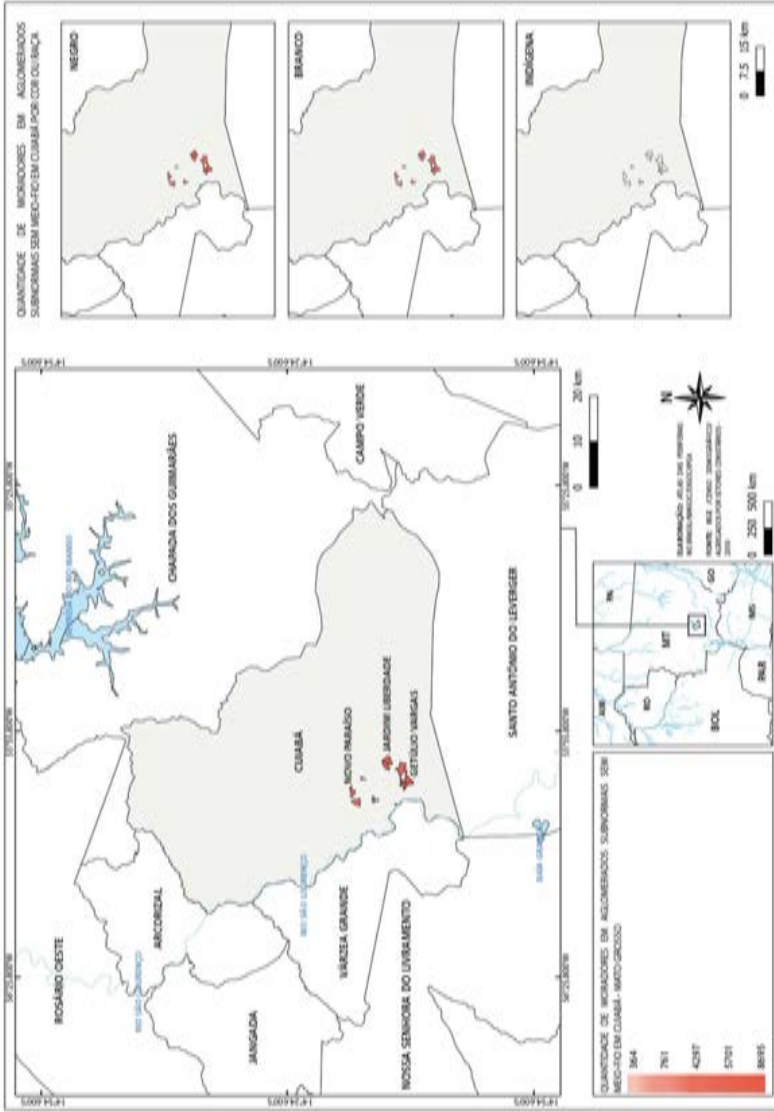
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 19  
Cuiabá: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem logradouro, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

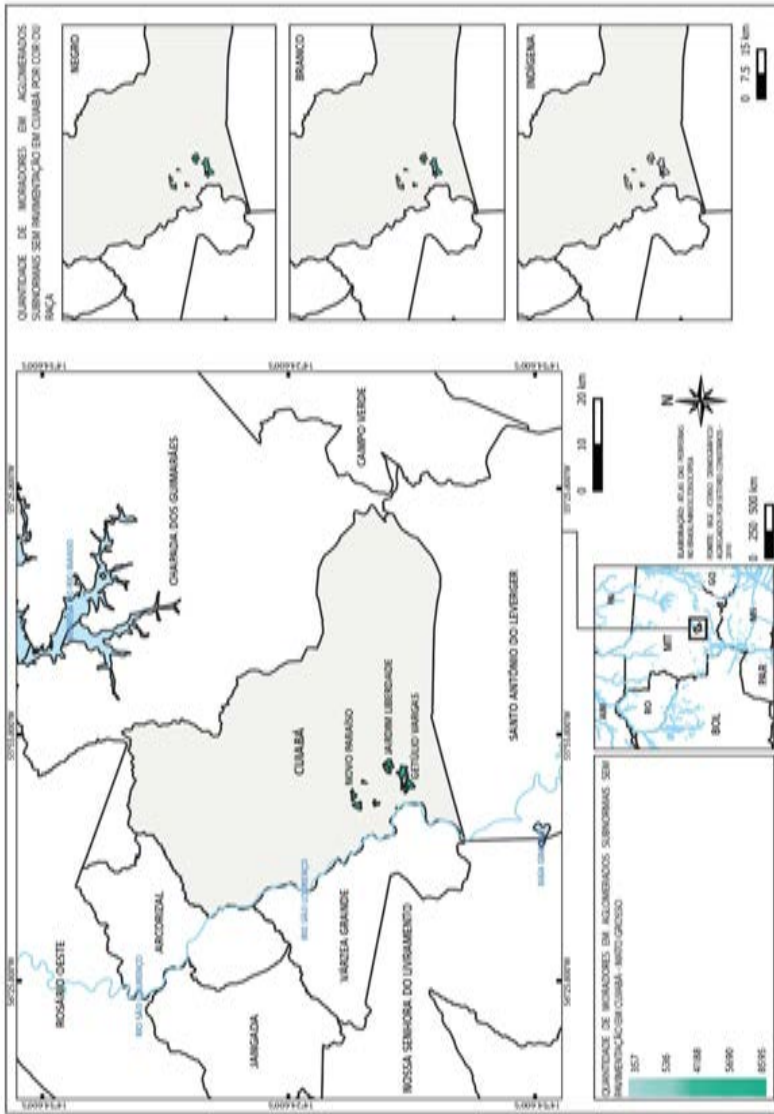
MAPA 20  
Cuiabá: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem meio-fio, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

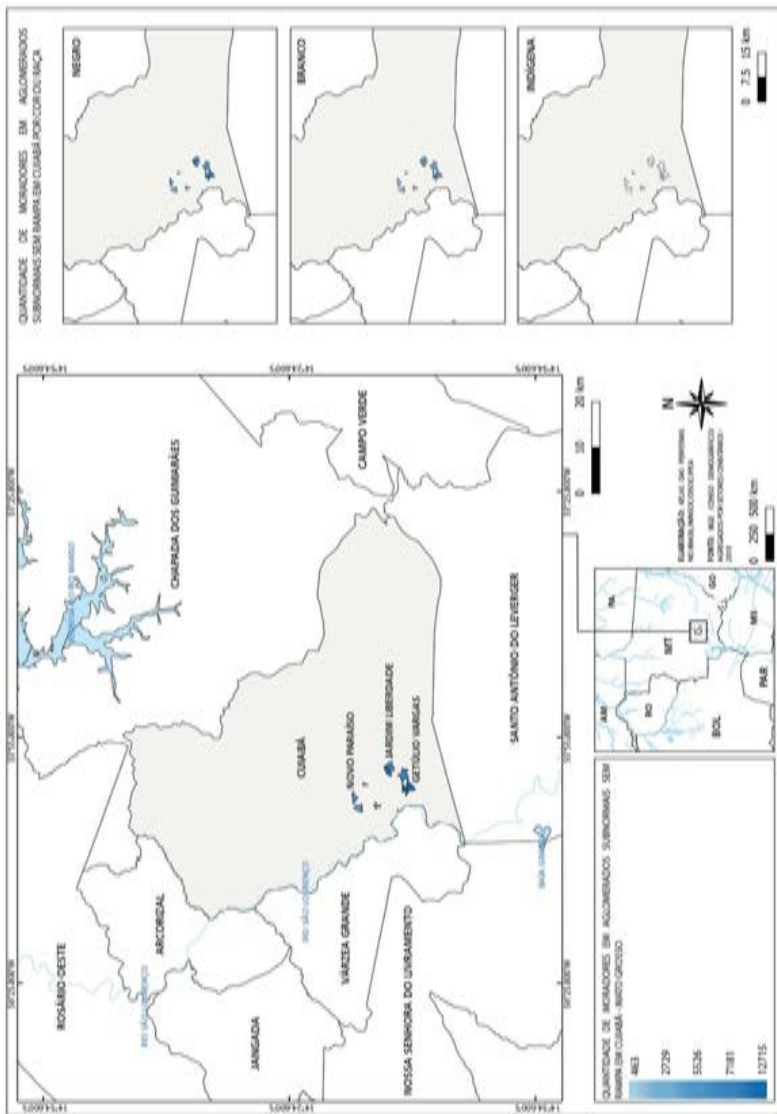
MAPA 21

Cuiabá: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem pavimentação, por raça/cor (2010)



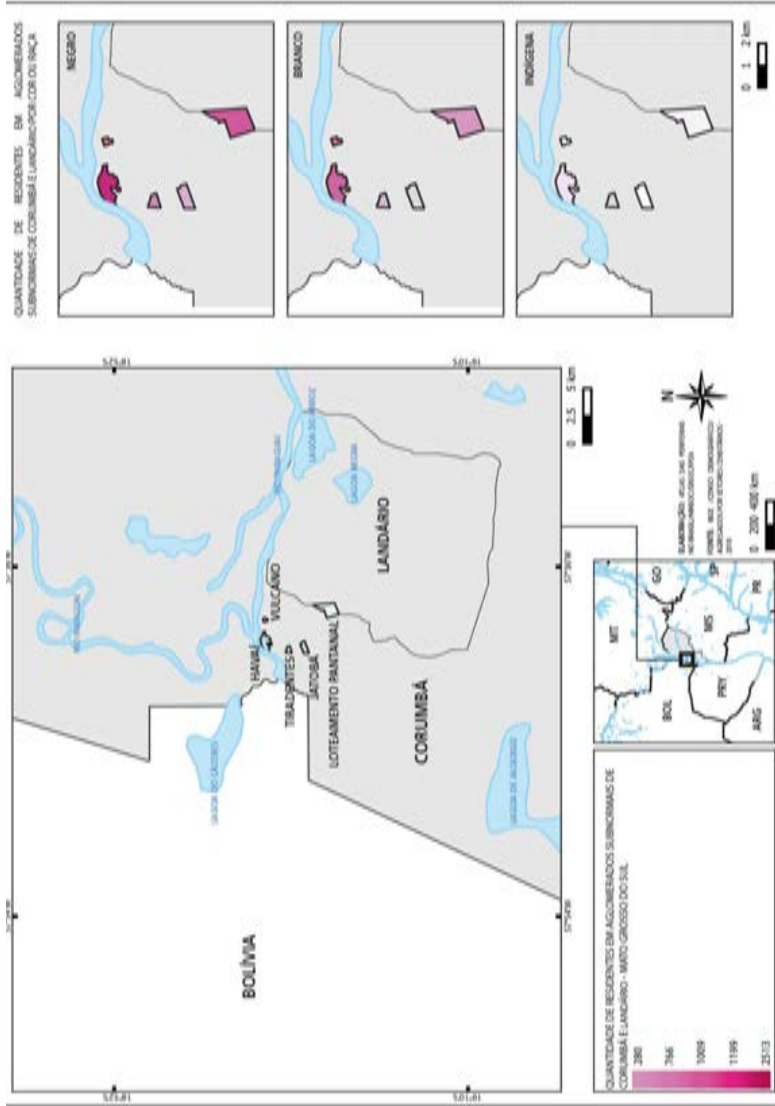
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 22  
Cuiabá: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem rampa, por raça/cor (2010)



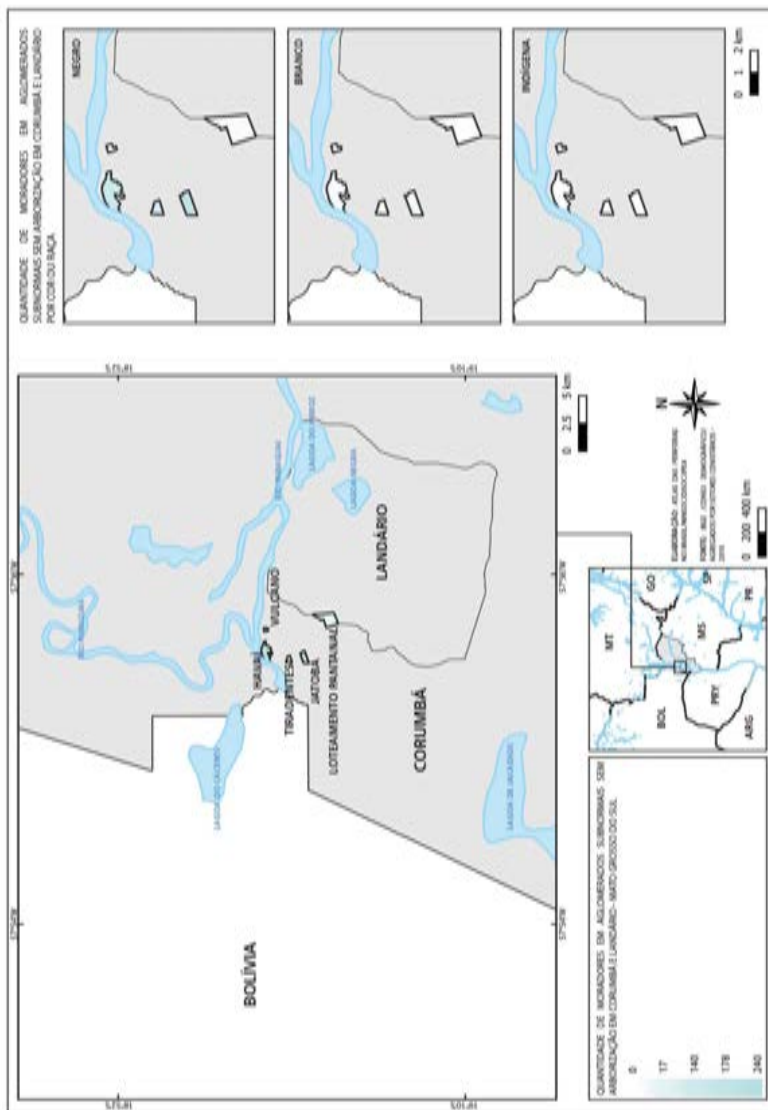
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.

MAPA 23  
 Corumbá e entorno: quantidade de residentes em aglomerados subnormais, por raça/cor (2010)



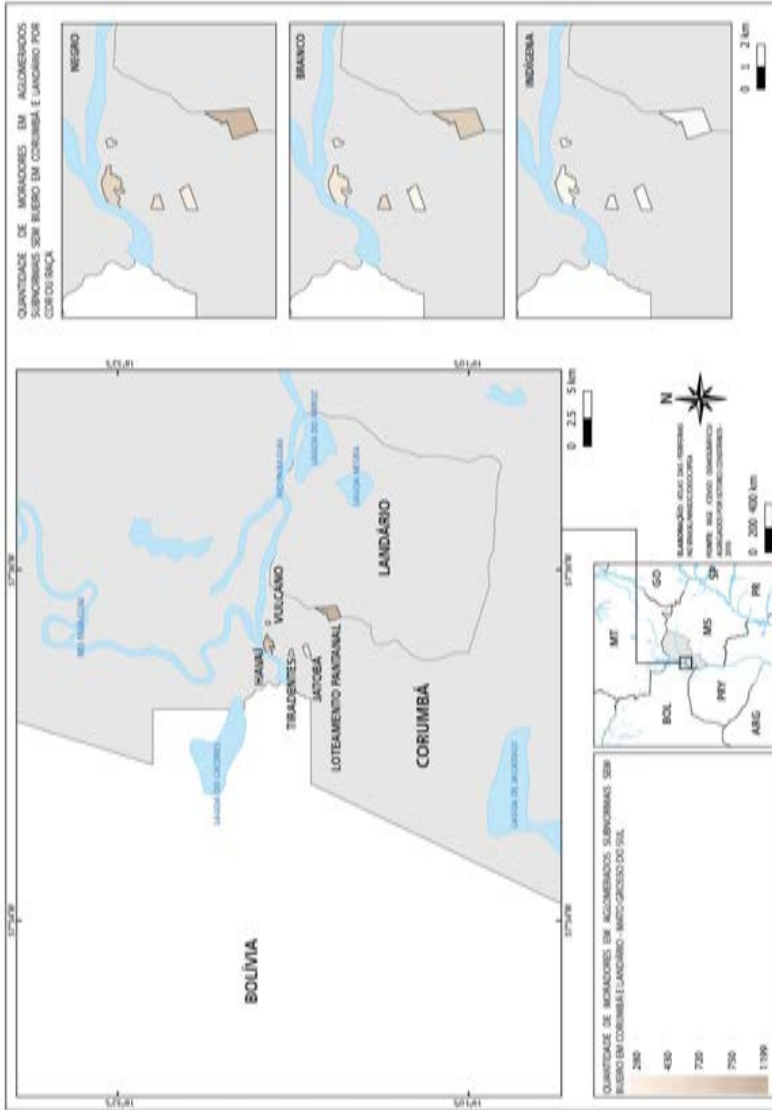
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 24  
**Corumbá e entorno: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem arborização, por raça/cor (2010)**



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

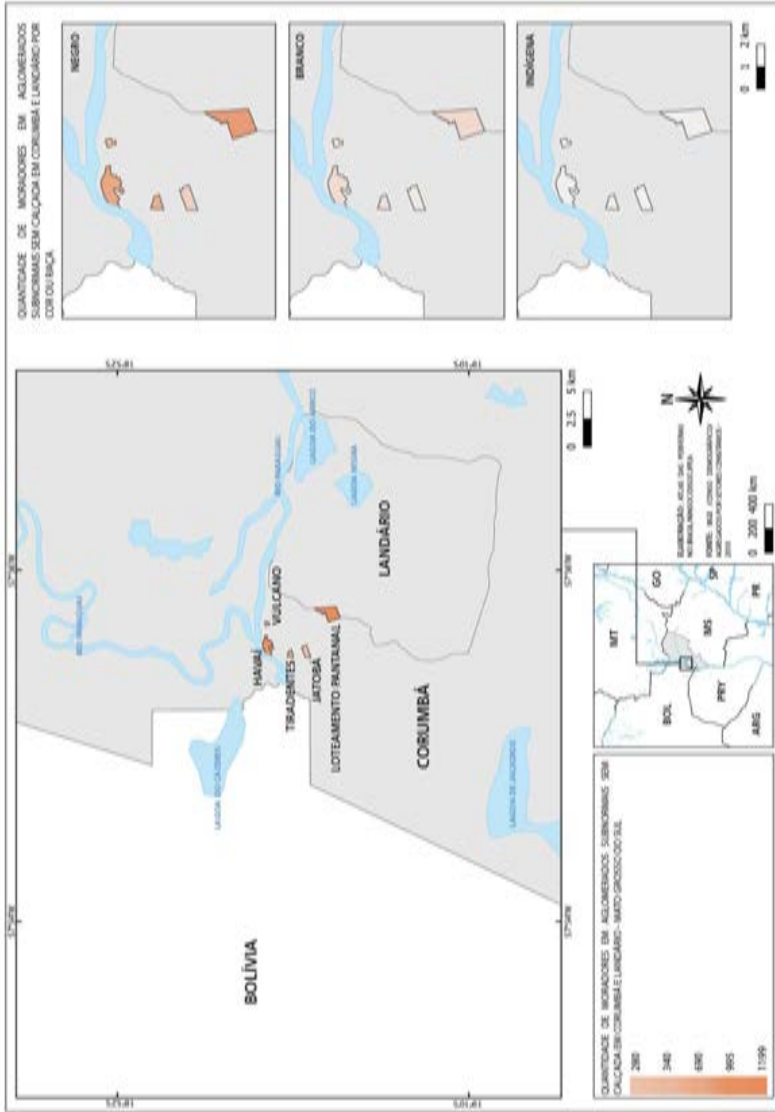
MAPA 25  
**Corumbá e entorno: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem bueiro, por raça/cor (2010)**



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

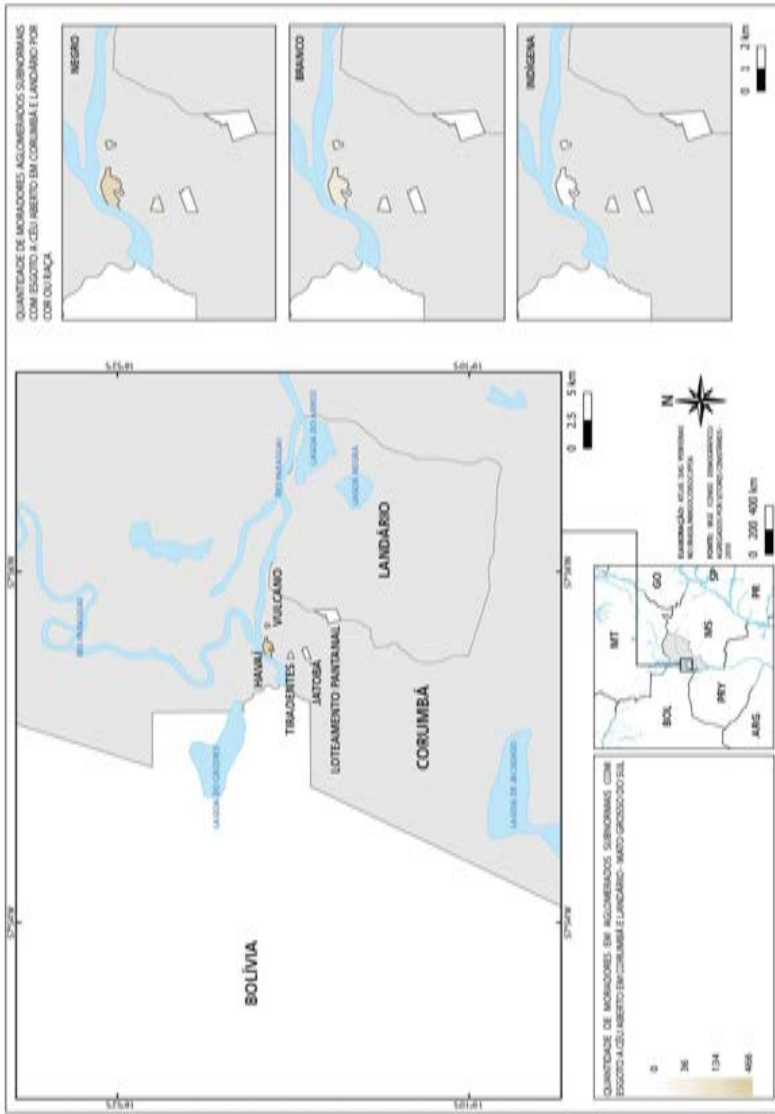


MAPA 26  
**Corumbá e entorno: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem calçada, por raça/cor (2010)**



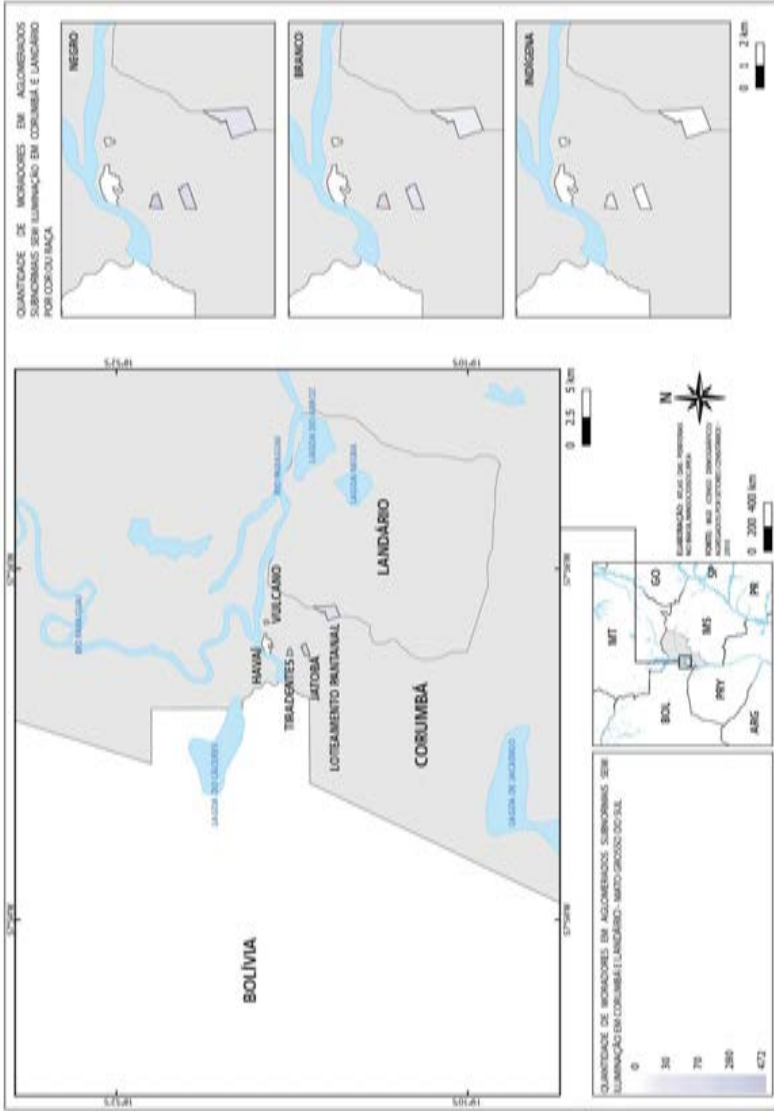
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 27  
**Corumbá e entorno: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com esgoto a céu aberto, por raça/cor (2010)**



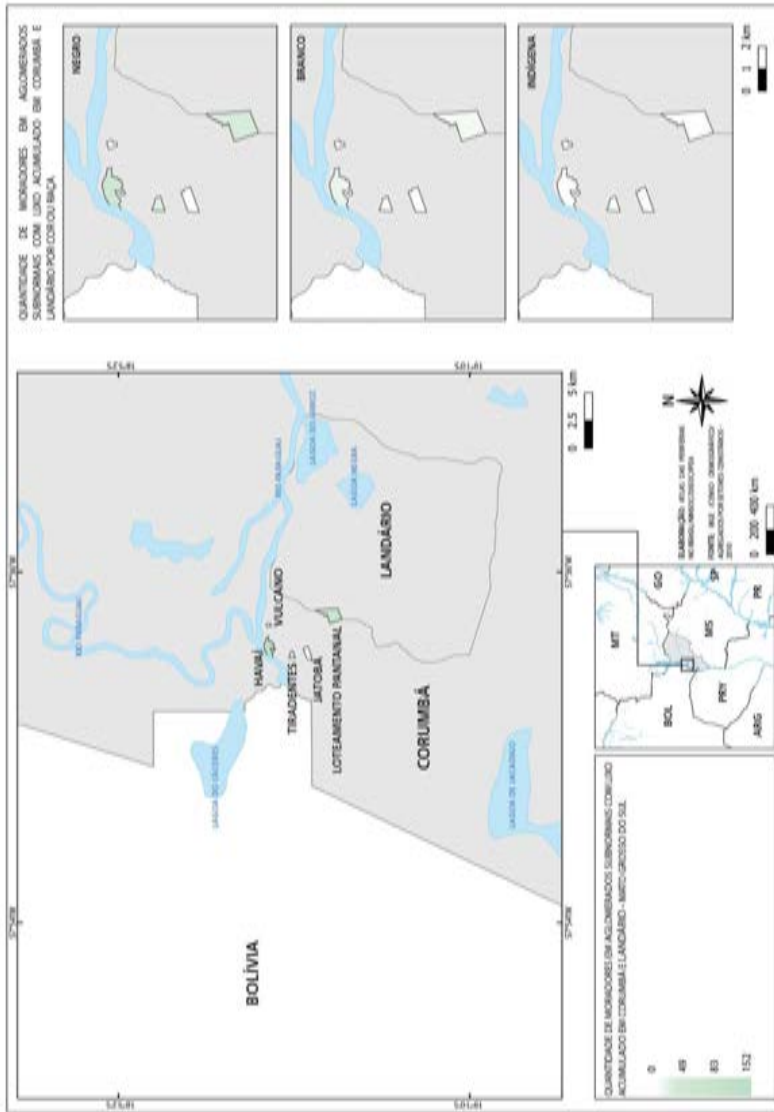
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 28  
**Corumbá e entorno: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem iluminação, por raça/cor (2010)**



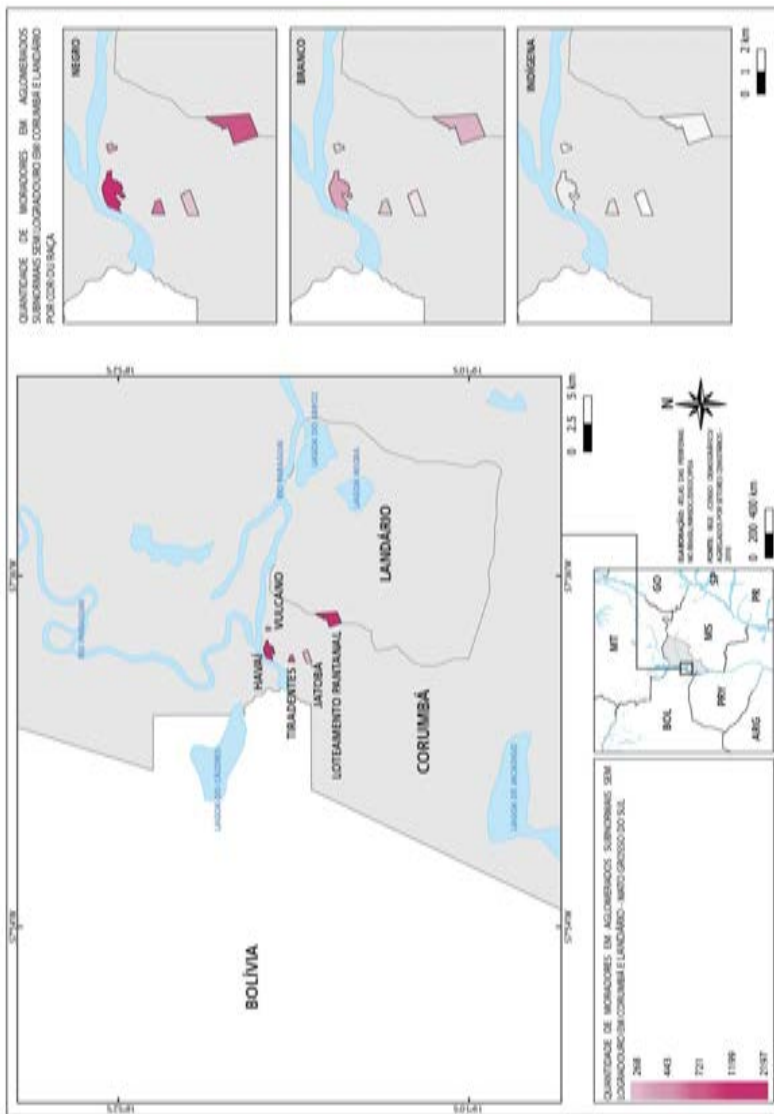
Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

MAPA 29  
**Corumbá e entorno: quantidade de moradores em aglomerados subnormais com lixo acumulado, por raça/cor (2010)**



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

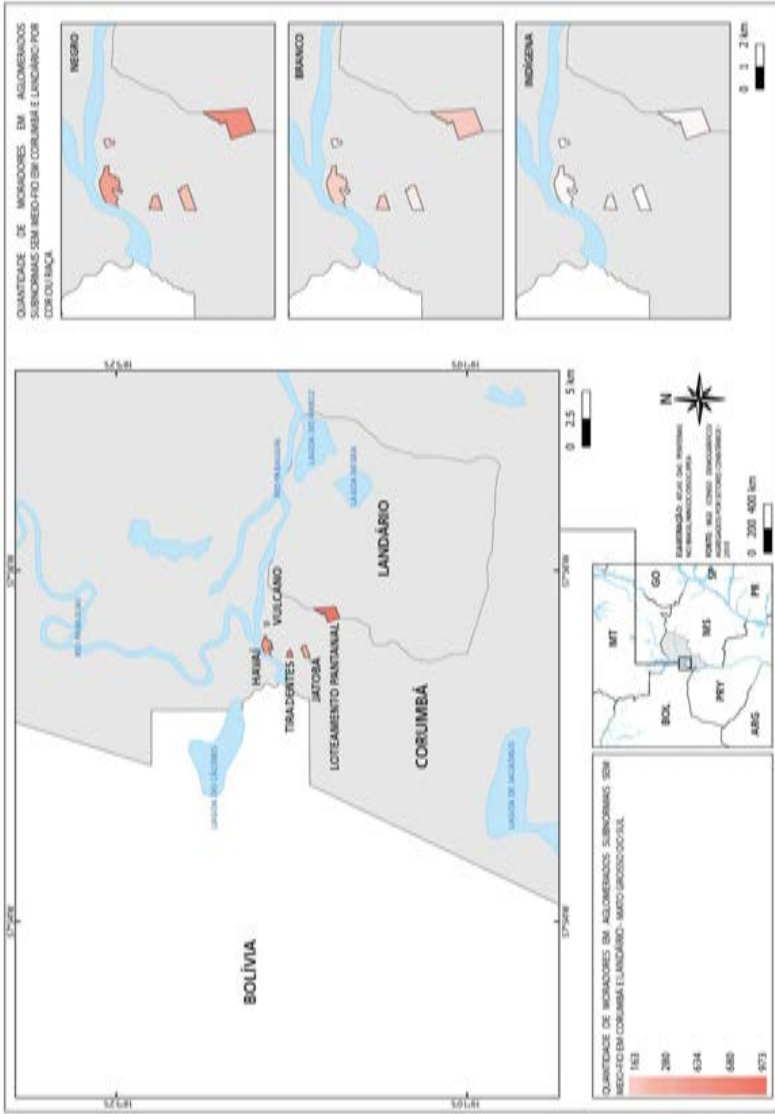
MAPA 30  
**Corumbá e entorno: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem logradouro, por raça/cor (2010)**



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

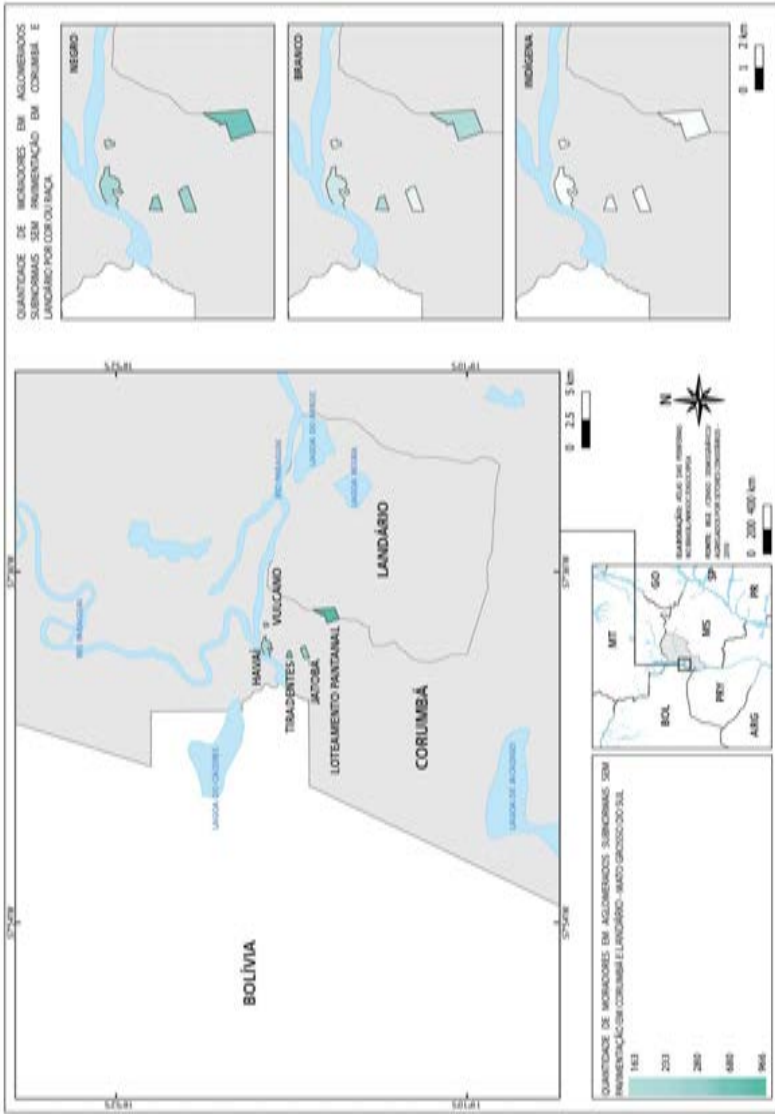
MAPA 31

Corumbá e entorno: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem meio-fio, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE. Elaboração das autoras.

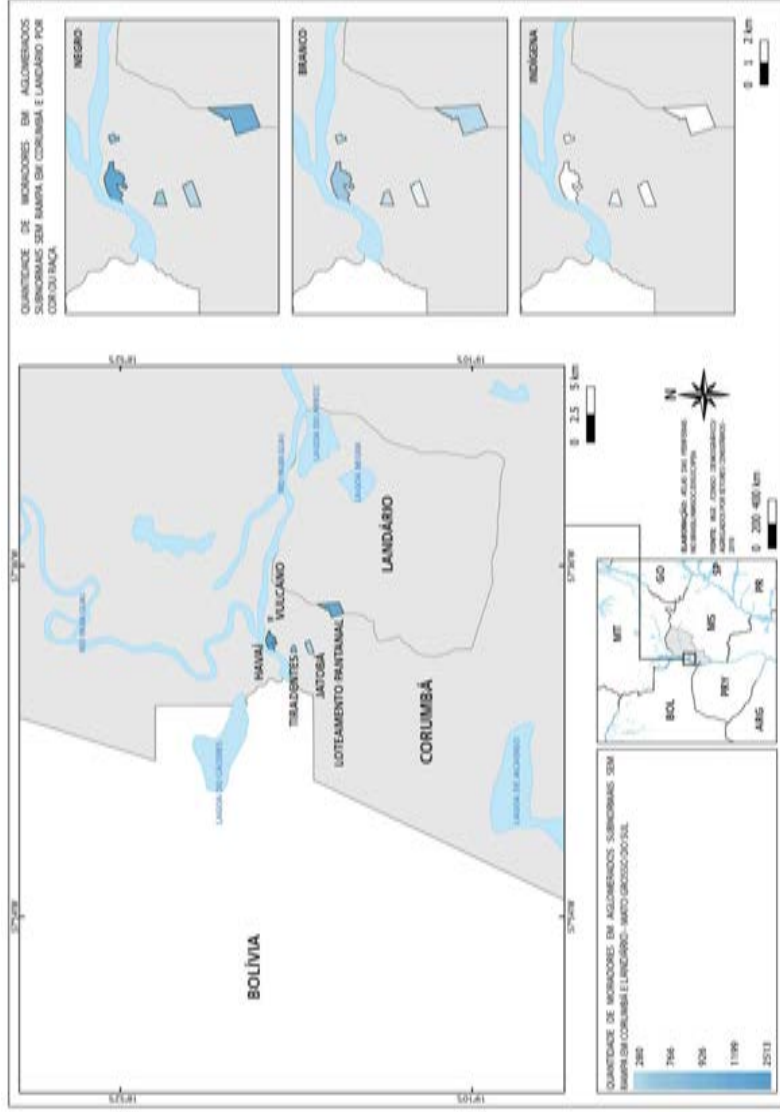
MAPA 32  
**Corumbá e entorno: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem pavimentação, por raça/cor (2010)**



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
 Elaboração das autoras.

### MAPA 33

## Corumbá e entorno: quantidade de moradores em aglomerados subnormais sem rampa, por raça/cor (2010)



Fonte: Microdados do universo aglomerados subnormais/IBGE.  
Elaboração das autoras.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas ideias iniciais, com intuito de se apresentar um olhar analítico sobre os aglomerados subnormais por meio dos dados do censo demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o uso de mapas, uniram um grupo de pesquisadoras para um aprofundamento acerca das questões urbanas que envolvem as periferias brasileiras, visto sob o prisma racial. Das diversas conclusões a que se chegou, assume-se que houve duas escalas determinantes para as percepções alcançadas. A primeira, com caráter mais contextualizado à forma, com relação central nas limitações próprias de pesquisas censitárias e domiciliares que configuram as bases de dados disponíveis pelo IBGE. A segunda, mais próxima ao conteúdo dos dados das características de residentes e de moradores no entorno do domicílio em aglomerados subnormais por raça/cor.

Agrada-nos a ideia consensual de que o censo demográfico realizado em 2010 avançou no conhecimento das favelas brasileiras. Ao elaborar um diagnóstico focalizado nos aglomerados subnormais, a pesquisa provocou maior debate acerca da metodologia de pesquisas específicas para territórios com diferenças explícitas. A hegemonia de métodos não apenas se apresenta, por vezes, incoerente com as diversidades de lugares como demonstra-se deficitária para observar e analisar a hierarquia social disforme da realidade.

Para além da necessária continuidade do censo demográfico, mediante o cronograma estabelecido pelo IBGE e de um orçamento capaz de atender a essa demanda, cabe ampliar a aplicação dos questionários nos aglomerados subnormais. Essa ampliação é, primordialmente, um modo de aprofundar com mais detalhes os saberes das realidades de uma maior quantidade de favelas e de conhecer a completude da situação social do universo das periferias.

Ademais, a busca da universalização do censo demográfico nas periferias permite um acúmulo de informações capazes de auxiliar no processo decisório direcionado ao desenho, ao acompanhamento e à avaliação de políticas públicas executadas nos aglomerados subnormais por gestores municipais locais, das Unidades da Federação (UFs) e da União. Os casos de Teresina e Timon exemplifica a aproximação que as periferias induzem às parcerias entre UFs, na gestão de infraestrutura para populações residentes em aglomerados subnormais, por possíveis consórcios públicos.

A opção pelo uso de microdados com valores absolutos nos mapas confirma o conhecimento do senso comum de que a maioria da população residente nas periferias no Brasil é negra. No entanto, uma decomposição regional desses dados também nos permite conhecer que essa configuração não é homogênea. Em determinadas regiões, a população autodeclarada branca e indígena se destacam como sobreviventes nessas periferias, reconhecendo necessidades outras que por vezes escapam de análises totalitárias – sobretudo na questão étnico-cultural. Salientamos também que mesmo intragrupos raciais não há hegemonia.

Com relação às características apresentadas, pode-se observar que a ausência de serviços públicos e de infraestrutura de responsabilidade do Estado compromete a vivência dos grupos que residem nos aglomerados subnormais em diversas áreas de convivência. Há carência enormes: quanto à acessibilidade individual nas calçadas, que não dispõem de meio-fio e rampa, e ao transporte coletivo em ruas que apresentam lacunas de pavimentação; quanto à saúde coletiva pela presença de lixo acumulado no entorno dos domicílios e a falta de rede de esgoto com tratamento; quanto à segurança em função da ausência de iluminação pública; e quanto ao desenvolvimento sustentável causado pela inexistência de bueiros, de arborização e mesmo de localização espacial oficial. Assim, fica evidente que o racismo ambiental instalado no contexto que permeia as periferias se sustenta na manutenção da desvalorização das necessidades de grupos assentados à margem da estrutura urbana socialmente compartimentada.

Uma possível comparação que permita avaliar o processo de melhorias nas periferias se dará com a execução do próximo censo demográfico a ser realizado pelo IBGE. Diante das próximas informações, uma série histórica poderá comparar o desenvolvimento estrutural das favelas nas duas décadas. Não somente com objetivo de pesquisa, para efeito de comparação, mas principalmente para que se cobrem a execução de ações de construção real no território periférico, a fim de oferecer os cuidados às pessoas que residem em aglomerados subnormais.

Nesse sentido, reconhecemos que algumas lacunas permaneceram após o término desta primeira versão do *Atlas das Periferias no Brasil*. Inicialmente, parecia ser inapropriada a divulgação do conteúdo neste formato, mas este obstáculo foi vencido. Entre os limites deste trabalho, sintetizamos dois: i) a distância do ano de realização da pesquisa para o ano de publicação; e ii) as dificuldades de metodologias disponíveis, visto que algumas periferias sequer aparecem nos dados e, quando presentes, havia poucas informações disponíveis. Porém, nenhuma desses empecilhos impossibilitou a conclusão da pesquisa. Pelo contrário, por mais complicado fosse o trabalho, o desafio serviu como um estímulo a nos fazer seguir o caminho e ultrapassar os obstáculos que vivenciamos juntas e fortalecidas.

A versão do *Atlas das Periferias no Brasil* aqui apresentada é mais uma contribuição para estimular o debate sobre os aglomerados em situação de vulnerabilidades diante das precariedades impostas pela ausência do Estado. Encerramos nossas conclusões reverenciando a todas e todos que vieram antes nós, principalmente aqueles e aquelas que se colocaram no propósito de construir uma sociedade equânime, solidária e justa. É nosso propósito que as periferias brasileiras se consubstanciem em vivos assentamentos de territórios populares negros, brancos e indígenas, livres de qualquer situação de vulnerabilidade e precariedade.



## REFERÊNCIAS<sup>1</sup>

- AGAMBEN, G. **Estado de exceção**: homo sacer. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BANIWA, G. dos S. L. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Secadi/MEC; Laced/Museu Nacional, 2006.
- BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 13.177, 21 dez. 1973. Seção 1.
- \_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.
- CAMPOS, A. O. **Do quilombo à favela**: a produção de “espaços criminalizados” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- DUSSEL, E. **1492**: o encobrimento do outro – a origem do mito da modernidade – Conferências de Frankfurt. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.
- EVARISTO, C. **Olhos d’água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Torres, 2005.
- HAESBAERT, R. **Viver no limite**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Aglomerados subnormais. Primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2011a. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd\\_2010\\_aglomerados\\_subnormais.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf)>. Acesso em: 9 dez. 2019.
- \_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios. Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011b. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd\\_2010\\_caracteristicas\\_populacao\\_domicilios.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf)>.
- \_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2010**. Características gerais dos indígenas. Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd\\_2010\\_indigenas\\_universo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf)>.
- JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros**. São Paulo: Boitempo, 2010.

---

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/????????????referencia>

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Sevilla: Fundación Biacs, 2006.

OLIVEIRA, D. A. O marketing urbano e a questão racial na era dos megaempreendimentos e eventos no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, n. 1, p. 85-106, maio 2014.

\_\_\_\_\_. Gestão racista e necropolítica do espaço urbano: apontamento teórico e político sobre o genocídio da juventude negra na cidade do Rio de Janeiro. *In*: CONGRESSO DE PESQUISADORES(AS) NEGROS(AS) DO SUDESTE, 1., 2015, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. **Anais...** Campinas: Copene Sudeste, 2015.

\_\_\_\_\_. Leituras geográficas e fanonianas do racismo, do trauma e da violência psíquica: alguns apontamentos teóricos. *In*: PASSOS, R. G.; MAGNO, P. C. (Org.). **Direitos humanos, saúde mental e racismo: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon**. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

REDES DA MARÉ. **Censo populacional da Maré/Redes da Maré**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2019. Disponível em: <<https://apublica.org/wp-content/uploads/2020/07/censomare-web-04mai.pdf>>.

ROJAS, A. Subalternos entre los subalternos: presencia e invisibilidade de la población negra en los imaginarios teóricos y sociales. *In*: RESTREPO E.; ROJAS, A. **Conflicto e (in)visibilidad – retos en los estudios de la gente negra en Colombia**. Cali: Editorial Universidad del Cauca, 2004.

SANTOS, R. E. dos. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. *In*: SANTOS, R. E. (Org.). **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis; Brasília: DP et Alii; ABPN, 2012.

SILVA, F. A. B. da; LUNELLI, I. C. **Subsídio ao relatório Brasil sobre o cumprimento da convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial (2003-2017): povos indígenas**. Brasília: Ipea, 2019.

SOUZA, C. R. *et al.* Identidades, pertencimentos e as ciências exatas e tecnológicas. **Revista da ABPN**, v. 11, edição especial, p. 252-282, 2019.

WERNECK, J. **Racismo institucional: uma abordagem conceitual**. Rio de Janeiro: Geledés; Cfêmea, 2013.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ABRAMO, P. A. Cidade COM-FUSA: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 9, n. 2, 2007.

AKOTIRENE, C. Ferramenta anticolonial poderosa: os 30 anos de interseccionalidade. **Carta Capital**, 18 set. 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniaoferramenta-anticolonial-poderosa-os-30-anos-de-interseccionalidade/>>. Acesso em: maio 2019.

BEVERIDGE, R.; KOCH, P. The post-political trap? Reflections on politics, agency and the city. **Urban Studies**, London, v. 54, n. 1, p. 31-43, 2016.

BLASER, M.; CADENA, M. de la. Introduction: pluriverse – proposals for a world of many worlds. *In*: CADENA, M. de la; BLASER, M. (Ed.). **A world of many worlds**. Durham: Duke University Press, 2018.

BOULLOSA, R. F. Mirando ao revés as políticas públicas: notas sobre um percurso de pesquisa. **Pensamento e Realidade**, São Paulo, v. 28, p. 68-86, 2013.

CALDEIRA, T. P. Peripheral urbanization: autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 35, n. 1, p. 3-20, 2017.

COSTA, M. A.; MARGUTI, B. O. **Atlas da vulnerabilidade social nas regiões metropolitanas brasileiras**. Brasília: Ipea, 2015.

\_\_\_\_\_. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: Ipea, 2015.

COSTA, V. G.; NASCIMENTO, J. A. S. do N. O conceito de favelas e assemelhados sob o olhar do IBGE, das prefeituras do Brasil e da ONU. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 5., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005.

DIRLIK, A. **Global modernity**. New York: Routledge, 2007.

FERNANDES, A. Coerção, solidariedade, hibridez: a ação pública sobre o centro de Salvador (BA). *In*: URIARTE, U. M.; CARVALHO, M. J. (Org.). **Panoramas urbanos: usar, viver e construir Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 231-260.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Brasília, p. 223-244, 1984.

GORELIK, A. Ciudad, modernidad, modernización. **Universitas Humanística**, Bogotá, n. 56, p. 11-27, 2003.



HARNEY, S.; MOTEN, F. **The undercommons**: fugitive planning and black study. New York: Automedia, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tendências demográficas**: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos censos demográficos 1991 e 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2010**. Aglomerados subnormais. Informações territoriais. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd\\_2010\\_agrn\\_if.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agrn_if.pdf)>. Acesso em: 9 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2010**. Áreas de divulgação da amostra para aglomerados subnormais. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?edicao=15949&t=downloads>>. Acesso em: 9 dez. 2019.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do desenvolvimento humano nas regiões metropolitanas brasileiras**: Baixada Santista, Campinas, Maceió e Vale do Paraíba. Brasília: PNUD/Ipea/FJP, 2015.

MATION, L. F.; NADALIN, V. G.; KRAUSE, C. **Favelização no Brasil entre 2000 e 2010**: resultados de uma classificação comparável. Brasília: Ipea, 2014. (Texto para Discussão, n. 2009).

\_\_\_\_\_. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MBEMBE, A. O negro: um problema espacial. *In*: CONGRESSO DE PESQUISADORES(AS) NEGROS(AS) DO SUDESTE, 3., 2019, Vitória, Espírito Santo. **Anais...** Campinas: Copene Sudeste, 2019.

MCKITTRICK, K. On plantations, prisons, and a black sense of place. **Social and Cultural Geography**, v. 12, n. 8, p. 947-963, 2011.

MORAES, M. da P.; KRAUSE, C.; LIMA NETO, V. C. **Caracterização e tipologia de assentamentos precários**: estudos de caso brasileiros. Brasília: Ipea, 2016.

NADALIN, V. G.; KRAUSE, C.; LIMA NETO, V. C. **Distribuição de aglomerados subnormais na rede urbana e nas grandes regiões brasileiras**. Brasília: Ipea, 2014. (Texto para Discussão, n. 2012).

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1978.

- NASCIMENTO, B. **Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas.** 1981. Monografia (Especialização) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1981.
- OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. **Revista Espaço e Debates**, São Paulo, n. 6, p. 36-54, 1982.
- PÍREZ, P. Las heterogéneas formas de producción y consumo de la urbanización latinoamericana. **Quid 16**, Buenos Aires, n. 6, p. 131-167, 2016.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: Clacso, 2005.
- SANTOS, J. E. F. **Cuidado com o vão: repercussões do homicídio entre jovens de periferia.** Salvador: EDUFBA, 2010.
- SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** São Paulo: Edusp, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização.** Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.
- SANTOS, R. E. dos *et al.* Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo? *In*: RENA, N. *et al.* (Org.). **Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico.** Belo Horizonte: Fluxos, 2018.
- SIMONE, A. **Improvised lives: rhythms of endurance in a urban south.** Cambridge: Polity Press, 2019.
- VARGAS, R. N. **Sobre produção de mulheres negras nas ciências: uma proposta para a implementação da Lei 10.639/03 no ensino de química.** 2018. 91 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.
- VIDA, S. S. Violência urbana e racismo. *In*: DIREITO À CIDADE A PARTIR DE UMA POLÍTICA ANTIRRACISTA, 2020, Salvador, Bahia. **Anais...** Salvador: DPE-BA, 2020.



# APÊNDICE

## CARACTERÍSTICAS E MAPAS

### Lista de características em ordem de aparecimento

- Residentes
- Arborização
- Bueiro/boca de lobo
- Calçada
- Esgoto a céu aberto
- Iluminação
- Lixo acumulado
- Logradouro
- Meio-fio
- Pavimentação
- Rampa

### Lista de mapas

#### Capítulo 2 – Brasil

- Mapa 1 – Quantidade de aglomerados subnormais (2010)
- Mapa 2 – Quantidades de residentes em aglomerados subnormais (2010)
- Mapa 3 – Quantidade de moradores em domicílio sem arborização em aglomerados subnormais (2010)
- Mapa 4 – Quantidade de moradores em domicílios sem bueiro/boca de lobo em aglomerados subnormais (2010)
- Mapa 5 – Quantidade de moradores em domicílios sem calçada em aglomerados subnormais (2010)
- Mapa 6 – Quantidade de moradores em domicílios sem meio-fio em aglomerados subnormais (2010)
- Mapa 7 – Quantidade de moradores em domicílios sem pavimentação em aglomerados subnormais (2010)

- Mapa 8 – Quantidade de moradores em domicílios com esgoto a céu aberto em aglomerados subnormais (2010)
- Mapa 9 – Quantidade de moradores em domicílios sem iluminação em aglomerados subnormais (2010)
- Mapa 10 – Quantidade de moradores em domicílios com lixo acumulado em aglomerados subnormais (2010)
- Mapa 11 – Quantidade de moradores em domicílios sem logradouro em aglomerados subnormais (2010)
- Mapa 12 – Quantidade de moradores em domicílios sem rampa em aglomerados subnormais (2010)

### **Capítulo 3 – Região Sul**

#### *Rio Grande do Sul*

- Mapas 1-11 – Porto Alegre
- Mapas 12-22 – Novo Hamburgo

#### *Santa Catarina*

- Mapas 23-33 – Florianópolis
- Mapas 34-44 – Blumenau

#### *Paraná*

- Mapas 45-55 – Curitiba

### **Capítulo 4 – Região Centro-Oeste**

#### *Distrito Federal*

- Mapas 1-11 – Brasília e entorno (Novo Gama)

#### *Mato Grosso*

- Mapas 12-22 – Cuiabá

#### *Mato Grosso do Sul*

- Mapas 23-33 – Corumbá

## Capítulo 5 – Região Norte

### *Acre*

- Mapas 1-11 – Rio Branco

### *Amazonas*

- Mapas 12-22 – Manaus

### *Amapá*

- Mapas 23-33 – Macapá e Santana

### *Pará*

- Mapas 34-44 – Belém, Ananindeua e Marituba

### *Rondônia*

- Mapas 45-55 – Porto Velho

## Capítulo 6 – Região Nordeste

### *Alagoas*

- Mapas 1-11 – Maceió, Rio Largo, Satuba

### *Bahia*

- Mapas 12-22 – Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari, Simões Filho, Candeias, São Francisco do Conde, Itaparica, Vera Cruz
- Mapas 23-33 – Ilhéus

### *Ceará*

- Mapas 34-44 – Fortaleza, Caucaia e Maracanaú

### *Maranhão*

- Mapas 45-55 – São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa

### *Paraíba*

- Mapas 56-66 – João Pessoa e Bayeux
- Mapas 67-77 – Campina Grande

### *Pernambuco*

- Mapas 78-88 – Recife, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho

*Rio Grande do Norte*

- Mapas 89-99 – Natal

*Sergipe*

- Mapas 100-110 – Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão

*Piauí*

- Mapas 111-121 – Teresina, Timon (Maranhão)

**Capítulo 7 – Região Sudeste***Espírito Santo*

- Mapas 1-11 – Vitória, Vila Velha

*Minas Gerais*

- Mapas 12-22 – Belo Horizonte, Contagem, Betim

*Rio de Janeiro*

- Mapas 23-33 – Rio de Janeiro
- Mapas 34-44 – Angra dos Reis

*São Paulo*

- Mapas 45-55 – São Paulo, Diadema, Santo André, São Bernardo do Campo
- Mapas 56-66 – São Paulo, Guarulhos
- Mapas 67-77 – São Paulo, Osasco

## **Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

### **EDITORIAL**

#### **Chefe do Editorial**

Reginaldo da Silva Domingos

#### **Supervisão**

Carlos Henrique Santos Vianna

#### **Revisão**

Bruna Oliveira Ranquine da Rocha

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Elaine Oliveira Couto

Lis Silva Hall

Mariana Silva de Lima

Marlon Magno Abreu de Carvalho

Vivian Barros Volotão Santos

Débora Mello Lopes (estagiária)

Matheus Tojeiro da Silva (estagiário)

Rebeca Raimundo Cardoso dos Santos (estagiária)

#### **Editoração**

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Mayana Mendes de Mattos

Mayara Barros da Mota (estagiária)

#### **Capa**

Aline Cristine Torres da Silva Martins

#### **Imagem da capa**

Talita Rocha Reis

*The manuscripts in languages other than Portuguese  
published herein have not been proofread.*

#### **Brasília**

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

Térreo – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: [livraria@ipea.gov.br](mailto:livraria@ipea.gov.br)







### **Missão do Ipea**

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

